

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - MESTRADO**

MILENE BRANDÃO PEREIRA

**“MAIS DO QUE A TERRA, QUEREMOS SOBERANIA”:
LIGA NACIONAL DOS CARPEROS E AS SOBERANIAS NO ASSENTAMENTO
DE SANTA LUCÍA NO PARAGUAI**

**TOLEDO-PR
2016**

MILENE BRANDÃO PEREIRA

**“MAIS DO QUE A TERRA, QUEREMOS SOBERANIA”:
LIGA NACIONAL DOS CARPEROS E AS SOBERANIAS NO ASSENTAMENTO DE
SANTA LUCÍA NO PARAGUAI**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais, nível de Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, *campus* de Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Arantes.
Coorientador: Prof. Dr. Gustavo Alves Biasoli.

TOLEDO-PR
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

P436m	Pereira, Milene Brandão Mais do que a terra, queremos soberania: Liga Nacional dos Carperos e as soberanias no Assentamento de Santa Lúcia no Paraguai / Milene Brandão Pereira. – Toledo, 2016. 185 f Orientador: Dr. Marco Antonio Arantes Coorientador: Dr. Gustavo Alves Biasoli Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo, 2016. 1. Movimentos sociais. 2. Assentamentos humanos. I. Arantes, Marco Antonio. II. Biasoli, Gustavo Alves. III. Título. CDD 22.ed. 303.484 CIP-NBR 12899
-------	---

MILENE BRANDÃO PEREIRA

**“MAIS DO QUE A TERRA, QUEREMOS SOBERANIA”:
LIGA NACIONAL DOS CARPEROS E AS SOBERANIAS NO ASSENTAMENTO DE
SANTA LUCÍA NO PARAGUAI**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais, nível de Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, *campus* de Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marco Antonio Arantes. (Orientador)
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Ramón Bruno Fogel
Universidad Autónoma de Asunción

Prof (a). Dr. (a) Vânia Sandeleia Vaz da Silva
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Toledo, 06 de setembro de 2016.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha grande amiga, irmã, parceira, minha inspiração, a antropóloga Adelma Ferreira, por sua orientação, carinho e experiência.

A minha amiga Liane Carine Lenz, por toda paciência, compreensão, carinho, amor e por me ajudar muitas vezes a achar soluções quando elas pareciam não aparecer.

Aos meus amigos, que me apoiaram e que sempre estiveram ao meu lado durante esta longa caminhada, em especial a minha amiga, vizinha, cuidadora e cientista social Daniele Borges, com quem, muitas vezes, compartilhei momentos de tristeza, alegria, angústia e ansiedade, mas que sempre esteve ao meu lado me apoiando e me ajudando.

A minha família da UNIOESTE, meus professores e meus mestres: Sandra Cristiana Kleinschmitt, Roberto Biscoli, Geraldo Magella Neres, Vania Sandeleia Vaz da Silva, Silvio Antônio Colognese, Osmir Dombrowski, Paulo Henrique Dias (PHD), Paulo Azevedo (Paulo Estrela), Miguel Lazzaretti e Eric Cardin. A defesa deste trabalho representa a ruptura do cordão umbilical que adiei por muito tempo. Juro que não consigo me imaginar fora da UNIOESTE, pois foram 12 (doze) anos ligada a ela.

Ao advogado Jomah H. Rabah por ter-me dado esperança e oportunidade de dedicar-me a este mestrado.

A minha cachorra Mila por fornecer todo o carinho e atenção que necessitei, acalmando-me e escutando minhas loucuras.

A Adriana Jéssica de Lima por lembrar-me da necessidade do lazer e do descanso.

A equipe do Creas II de Toledo, por suportarem meus momentos de ansiedade e hiperatividade, em especial a Vanessa, Dulce, Andressa e Josi.

Aos moradores de rua, trecheiros, andarilhos, mochileiros e hippies que conheci em Toledo, por ensinar-me a beleza da humanidade, da tolerância e das estratégias de sobrevivência.

A Deus, ao Destino, as Forças Positivas, a Natureza, a Sorte por ensinar-me que a felicidade está nas coisas simples e que às vezes é preciso perder para ganhar.

Não poderia deixar de agradecer aos meus pais por terem financiado parte desta pesquisa, por terem suportado minhas ausências, e por me socorrerem quando tudo parecia desabar. Devo a vocês a conclusão deste trabalho. Amo muito vocês!

Por fim, aos meus amados orientadores Marco Antônio Arantes e Gustavo Alves Biasoli pela oportunidade e confiança. Por acreditarem em mim nestes seis anos de caminhada. Por compreender minha hiperatividade e arriscar-se em minhas estripulias acadêmicas.

PEREIRA, Milene Brandão. **“Mais do que a terra, queremos soberania”**: liga nacional dos carperos e as soberanias no assentamento de Santa Lucía no Paraguai. 2016. 175 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo-PR, 2016.

RESUMO

As novas teorias dos movimentos sociais levam em consideração os movimentos antiglobalização ou alterglobalização que ocorreram na virada deste novo milênio, como uma das principais novidades na arena política no cenário da sociedade civil. O movimento antiglobalização ou alterglobalização criou um novo ator sociopolítico de caráter mundial que pautou, na agenda dos grandes problemas internacionais, um dos maiores desafios do século XXI. No âmbito dos movimentos sociais rurais percebe-se a luta por demandas acompanhadas do termo “soberania”: soberania alimentar, soberania energética, soberania territorial, soberania nacional, soberania popular e soberania cultural. Estas soberanias são utilizadas no discurso tanto para tratar do Estado, nação, país, povo, mas também das comunidades camponesas e indígenas. Diante do enfraquecimento dos Estados, da atuação dos organismos supranacionais, do processo de globalização e da tomada de decisões políticas fortemente influenciadas pelas transnacionais, ocorreu um regaste pelos movimentos sociais do significado de soberania, com o objetivo de contrapor os ditames das políticas neoliberais na produção dos alimentos, da cultura, da produção de energia, da representação política e na dinâmica e pertencimento do território. No Paraguai estas soberanias são constantemente afetadas pelo domínio das empresas transnacionais que são contra as políticas sociais, a reforma agrária e também são propagadores de desigualdade. A lógica econômica e social defendida pela Liga Nacional de Carperos, que após forte luta resultou no assentamento na Colônia de Santa Lucía, é divergente da lógica neoliberal. Eles defendem que a “cultura do lucro” deve ser substituída pela cultura do ser humano pleno, com direito à vida, à terra, à saúde, à defesa da identidade cultural e o respeito aos direitos humanos fundamentais. Vários fatores internos e externos impossibilitam a concretização da soberania alimentar no assentamento de Santa Lucía. A Soberania Territorial visa o desenvolvimento territorial com autonomia e a substituição da ideia de economia regionalizada (região) pela concepção moderna de território. Nesta concepção levam-se em consideração os componentes de cada território, não mais apenas os aspectos econômicos, mas também os culturais, os políticos, os sociais e os ambientais. Ser soberano é poder ajustar as técnicas e as tecnologias aos lugares, e não os lugares às técnicas e as tecnologias do mundo moderno. A Soberania Cultural é a capacidade de um país de tomar suas próprias decisões culturais. O país nesta concepção não se resume no Estado, mas sim se refere ao povo, com sua tradição política e cultural na esfera nacional e local defendendo-se dos interesses estrangeiros neoliberais e globalizantes. A Soberania Popular envolve os processos de participação direta do povo e na efetivação da vontade de maioria nas políticas públicas. Esta soberania é afetada quando a atuação estatal privilegia a minoria detentora de poder econômico. O objetivo desta pesquisa consistiu na análise e compreensão das percepções e efetivação das soberanias alimentar, popular, cultural, nacional e territorial no assentamento na Colônia de Santa Lucía, distrito de Itakyry, no Paraguai. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com o objetivo de identificar as presenças e ausências das características destas soberanias no assentamento. O método utilizado foi o monográfico, que consistiu em uma investigação que analisou todos os fatores que influenciam o grupo estudado permitindo a aplicação de várias técnicas de pesquisa e de coleta de dados. As fontes e técnicas que serão utilizadas para a coleta de dados são: documentação indireta e direta, jornais, entrevista e observação direta intensiva não participante. As técnicas de registro que utilizadas englobaram o diário de campo, gravações de áudio, fotografias, fichas, fichamento e vídeos.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento social; Soberanias; Assentamento; Paraguai.

PEREIRA, Milene Brandão. **“More than the land, we want sovereignty”**: National League of Carperos and the sovereignties in the settlements in Santa Lucía, Paraguay. 2016. 175 p. Dissertation (Masters in Social Sciences) - Western Paraná State University, Toledo-PR, 2016.

ABSTRACT

The new theories of social movements take into account the anti-globalization movements or alter-globalization (GOHN, 2003) that occurred at the turn of the new millennium, as one of the main innovations in the political arena in the civil society scene. The anti-globalization movement or alter-globalization created a new sociopolitical actor worldwide, which marked the agenda of major international problems, one of the greatest challenges of the twenty-first century. In the context of rural social movements, we see the struggle for demands accompanied by the term "sovereignty": food sovereignty, energy sovereignty, territorial sovereignty, national sovereignty, popular sovereignty and cultural sovereignty. These sovereignties are used in speech to not only address the state, nation, country, people, but also the peasant and indigenous communities. Faced with the weakening of states, the actions of supranational institutions, the process of globalization and political decision-making strongly influenced by transnational companies, there was a revival of the sovereignty meaning by the social movements, in order to oppose the dictates of neoliberal policies in food production, culture, energy production, political representation and dynamics and belonging of the territory. The aim of this research was the analysis and understanding of the perceptions and realization of food, popular, cultural, national and territorial sovereignty in the settlements of Santa Lucía village, district of Itakyry in Paraguay. In Paraguay, these sovereignties are constantly affected by the dominance of transnational companies that are against social policies, agrarian reform and are also propagators of inequality. The economic and social logic advocated by the National League of Carperos, which after strong fight resulted in the settlement of Santa Lucía, is divergent from the neoliberal logic. They argue that “the profit culture” should be replaced by the culture of whole human being with the right to life, land, health, protection of cultural identity and respect for fundamental human rights. Several internal and external factors make it impossible to achieve food sovereignty in the settlement of Santa Lucía.

Territorial sovereignty aims territorial development with autonomy and replacing the idea of regionalized economy (region) by the modern conception of territory. This design takes into account the components of each territory, not only economic, but also cultural, political, social and environmental. The cultural Sovereignty is the ability of a country to make its own cultural decisions. The country in this design is not just the state but rather refers to the people, with its political and cultural tradition at the national and local sphere defending themselves from neo-liberal and globalizing foreign interests. The Popular Sovereignty involves the processes of direct participation of the people and in the effectiveness of the will of the majority in public policy. This is a qualitative research aiming to identify the presence and absence of the characteristics of sovereignties in the settlement. The method used was the monographic, which consisted of an investigation that analyzed all the factors that influence the study group allowing the application of various research techniques and data collection. The sources and techniques that will be used for data collection are indirect and direct documentation, newspapers, interviews and intensive direct non-participant observation. The recording techniques that will be used comprise the field diary, audio recordings, photographs, records, reports and videos.

KEYWORDS: Social Movements; Sovereignties; Settlements; Paraguay.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – O OUTRO SOMOS NÓS?	12
PRIMEIRA PARTE	25
1 LEGISLAÇÃO E ASPECTOS HISTÓRICOS DA REFORMA AGRÁRIA NO PARAGUAI	26
1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS.....	26
1.2 ESTRUTURA DOS MOVIMENTOS AGRÁRIOS	32
1.3 A ORGANIZAÇÃO CAMPESINA MAIS RADICAL DO PARAGUAI	35
1.4 ASPECTOS JURÍDICOS DA DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE PÚBLICO E AS DIVERGÊNCIAS DOCUMENTAIS	42
1.5 TÍTULOS VERSUS DERECHAS	47
2 DO ACAMPAMENTO EM ÑACUNDAY PARA ASSENTAMENTO NA COLÔNIA DE SANTA LUCÍA EM ITAKYRY	48
2.1 ÑACUNDAY	51
2.2 ITAKYRY	53
3 OS CARPEROS DESEJAM SER OS NOVOS LATIFUNDIÁRIOS?	57
3.1 DOS CLÁSSICOS DA TEORIA CAMPESINA	59
3.2 DOS CONTEMPORÂNEOS DA TEORIA CAMPESINA.....	63
SEGUNDA PARTE	67
4 MOVIMENTOS SOCIAIS SOBERANISTAS	68
4.1 GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO	71
4.2 MOVIMENTO SOBERANISTA NO PARAGUAI	74
4.3 SOBERANIA ALIMENTAR.....	76
4.3.1 Compreendendo o Desenvolvimento do Conceito de Soberania Alimentar	77
4.3.2 Do Conteúdo da Soberania Alimentar	83
4.3.3 Soberania Alimentar no Assentamento em Santa Lucía	88
4.4 SOBERANIA NACIONAL OU SEGURANÇA NACIONAL?	89
4.5 SOBERANIA TERRITORIAL	94
4.6 SOBERANIA POPULAR	104
4.7 A SOBERANIA CULTURAL	107
4.7.1 Foco da Soberania Cultural no Assentamento em Santa Lucía.....	111
4.7.2 Quando a Tradição Científica Afeta a Soberania Cultural.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	120
APÊNDICE I - Projeto de pesquisa	134
APÊNDICE II – Transcrição das Entrevistas.....	139
APÊNDICE III – Fotos	152
ANEXO I - Autorização	168
ANEXO II - Termo de Ciência do Responsável pelo Campo de Estudo	169
ANEXO III - Folder	170
ANEXO IV – Solicitação de cerca, iluminação e banheiros	171
ANEXO V – Acordo realizado entre o INDERT e a Comisión Vecinal	172
ANEXO VI – Solicitação encaminhada a Itaipu Binacional do lado paraguaio	174
ANEXO VII – Comissão de fomento e desenvolvimento da terra da colônia - 2016.....	175

INTRODUÇÃO - O OUTRO SOMOS NÓS?

Ao final dos anos 80 surgem novas manifestações de movimentos sociais cujo eixos vão além das lutas de classe. O novo cenário e transformações trazidas pela globalização neoliberal e a crise da modernidade, acarretaram o surgimento de novas demandas, sujeitos sociopolíticos e abordagens teóricas em relação aos movimentos sociais contemporâneos. Entre estes novos sujeitos encontram-se os movimentos sociais anti e alterglobalização, caracterizados por sua heterogeneidade, seu sincretismo e relacionamento com a temática soberania vinculada a categorias como território, cultura, alimentação, energia, nacionalidade, autonomia dos povos, participação popular, relação global e local.

O estudo destes novos sujeitos iniciasse por meio de teóricos das relações internacionais contemporâneas imperialistas, dentre estes Michal Hardt e Antônio Negri, que consideram a nova ordem mundial, a atuação das corporações internacionais e dos entes supranacionais - como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial - na análise dos movimentos sociais. Estes dois autores trabalham com o conceito de multidão para explicar a destruição da soberania em favor da democracia, dentro da nova ordem política da globalização, que acarreta transformações econômicas, sociais, culturais e políticas. Suas principais obras são “Império” (2012) e o livro “Multidão: Guerra e democracia na era do Império” (2005), no entanto será no artigo “Movimentos em rede, soberania nacional e globalização alternativa” (2003), que Hardt irá conceituar os movimentos sociais antiglobalização e anterglobalização: o primeiro busca o fortalecimento da soberania do Estado-nação como barreira defensiva contra o controle do capital estrangeiro e global, e o segundo, defende uma alternativa não nacional e não-soberana para a configuração da globalização, visando uma igualdade global.

Diante desta conjuntura, houve a necessidade de identificar estes movimentos, compreender as soberanias defendidas e as formas que estas se manifestam. Assim, esse trabalho propõe analisar o surgimento do movimento soberanista rural antiglobalização no âmbito internacional (Via Campesina) para o local - Liga Nacional de Carperos do Paraguai - e em seguida identificar focos das soberanias no âmbito local (assentamento Santa Lucía), especificamente as soberania alimentar, soberania nacional, soberania territorial, soberania popular e soberania cultural.

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos: na primeira, apresentam-se os aspectos históricos, perpassando pelos seguintes temas: processo de independência do Paraguai (1811), Guerra do Paraguai (1864-1870), Ditadura Stroessner (1954 - 1989),

processos de migração brasileira (1950-1980), políticas de integração (1960-1980), criação dos órgãos de colonização e de Reforma Agrária (1963 e 2004), promulgação dos Estatutos Agrários do Paraguai (1940, 1963 e 2002), início do processo de democratização do país (1993), surgimento e ressurgimento dos movimentos sociais rurais no Paraguai (1910 e 1960) e sua estrutura atual, surgimento da Liga Nacional de Carperos (2008), massacre de Curuguaty (2012), impeachment do presidente Fernando Lugo (2012), e eleições de 2013; assim como a construção da mídia e de algumas publicações científicas sobre os carperos e a construção jurídica da reforma agrária no Paraguai.

Na segunda parte, apresenta-se a transição do período do acampamento em Ñacunday para o assentamento em Santa Lucía, Ytakry.

Na terceira, busca-se compreender a tipologia que a Liga Nacional de Carperos se enquadra dentro da teoria do campesinato, na sua inserção na sociedade na sociedade contemporânea.

Na quarta, propõe-se conceituar os movimentos soberanistas, o contexto de seu surgimento, a influência da globalização e do neoliberalismo; apresenta-se a Liga Nacional de Carperos dentro desse conceito, as construções e focos das soberanias – alimentar, nacional, territorial, popular e cultural – dentro do assentamento em Santa Lucía.

Nas considerações finais, quinta parte, busca-se relacionar, sucintamente, os pontos principais deste trabalho, considerando os contextos, as teorias da globalização, a teoria campesina, a teoria do esvaziamento do Estado, o conceito de movimento soberanista e os focos da soberania no âmbito local – assentamento em Santa Lucía.

Para dar conta da realizada desta pesquisa, foi utilizado as ferramentas oferecidas tanto pela ciência política, sociologia e antropologia, possibilidades que o Mestrado em Ciências Sociais permitiu usufruir e dispor de forma interdisciplinar e transdisciplinar, não prejudicando a profundidade da pesquisa, mas sim, visando captar a complexidade da realidade que foi estudada.

A EXPERIÊNCIA NA FRONTEIRA DO PARAGUAI: ALTERIDADE, INTERSECCIONALIDADES

Não é meu objetivo realizar uma autoetnografia (VERSIANI, 2005), mas nesta parte introdutória, farei uso da primeira pessoa, objetivando que “o autor não deve se esconder sistematicamente sob a capa de um observador impessoal, coletivo, onipresente e onisciente, valendo-

se da primeira pessoa do plural: nós” (OLIVEIRA, 2000, p. 30). Parto do pressuposto da negação do distanciamento entre o sujeito pesquisador e sujeito pesquisado. No decorrer deste trabalho, iremos perceber que algumas características pessoais desta pesquisadora irá interferir indiretamente no resultado da pesquisa (principalmente na soberania cultural), tanto de forma positiva quanto de forma negativa (estrangeira/brasileira).

Visando identificar os sujeitos para estabelecer a separação, identificar as interferências e criar relações que possibilitem fazer com que o entrevistado fique menos tenso para estabelecer laços de confiança visando a veracidade das informações, fiz uso de processos de identificação e performatividade (PISCITELLI, 2002). Estes aspectos não são passíveis de serem retirados, porém existe a possibilidade de serem controlados e negociados como estratégia de pesquisa (GEERTZ, 1998) (VERSIANI, 2005).

A riqueza das pesquisas nas Ciências Sociais considera a complexidade da realidade social do(a) pesquisador(a) e do posicionamento do pesquisador em relação ao objeto/sujeitos (pesquisado). Assim, características pessoais do pesquisador podem interferir no resultado de sua pesquisa, principalmente na pesquisa de campo. A relação entre autoidentidade e identidade social é complexa e em alguns momentos contraditórias, mas pode ocorrer de forma simultânea com a subjetividade quando se busca compreender as relações de poder. Tanto a imagem visual quanto o corpo do pesquisador está inserido em relações de poder na pesquisa de campo (BRAH, 2006).

O pesquisador estará exposto a classificações e a possibilidade de ser estereotipado pelo nativo como uma forma de proteção e como resultado do contexto global e local. Jacques Lacan (1979) afirma que, por meio da existência do outro, definimos e redefinimos a nós mesmos. Foucault (1977) entende a construção dos sujeitos a partir de sua relação com o outro, considerando os discursos e práticas de determinada época histórica. Freud (1919) acreditava que projetamos no outro aquilo que está em nós mesmo, ou seja, manifestamos informações sobre nós quando falamos do outro.

A Antropologia possui tradição no estudo sobre o “outro” e a produção do “eu-individual” que ocorre no contato com o outro. Para Gilberto Velho (1996), a noção do outro permite perceber as diferenças nas relações sociais. O conhecimento destas diferenças é necessário para buscar a integração quando este for o objetivo. A diferença pode ser pensada como “[...] experiência, como relação social, como subjetividade e como identidade [...]” (PISCITELLI, 2008, p. 269).

Conhecer o Paraguai também é conhecer o Brasil principalmente no que se refere ao processo de políticas de integração das fronteiras, ocasionado pela intensificação da

globalização a partir de 1960. Trata-se de um espaço de alteridades (MARTINS, 1997), que ao integrar por meio de políticas públicas, sem considerar as diferenças, acabaram por produzir mais desigualdades. A desigualdade é um processo de hierarquização, que estabelece uma relação de superioridade e inferioridade. A diferença distingue um grupo, mas sem hierarquizá-lo em relação a outro (ZAMBONI, 2015). O Brasil também foi fundamental para a configuração atual do Paraguai.

Para Marcio Zamboni (2015, p. 13), os marcadores sociais são “[...] sistemas de classificação que organizam a experiência ao identificar certos indivíduos com determinadas categoriais sociais [...]”. Essas classificações podem servir para diferenciar ou desigualar estes indivíduos ou grupos, e que por fim, podem possibilitar que alguns grupos sofram processos de discriminação e desigualdade.

Na fronteira do Paraguai, esta pesquisadora experimentou processos de interseccionalidade das diferenças, possibilitando pensar estas construções e distribuição de poder que perpassam o “[...] posicionamento desigual dos sujeitos no âmbito global [...]” (PISCITELLI, 2008. p. 269). A articulação das categorias como gênero, nacionalidade, classe social, estado civil, etnia, origem (urbana, rural) e idade estiveram presente no cotidiano da minha relação com o campo.

Categorias como pesquisadora mulher, parda, solteira, estrangeira/brasileira, classe média baixa, jovem, urbana e sozinha – sem um homem responsável por mim, podendo ser pai, marido, irmão, primo, namorado ou filho – se estabeleciam na forma de interconexões, resultando, em alguns momentos, em desigualdade e, em outros momentos, estabelecendo privilégios.

Assim, no decorrer do relato de minha experiência na fronteira do Paraguai como pesquisadora, categorias como “mulher brasileira”, “estrangeira parda”, “mulher solteira”, “pesquisadora jovem”, “mulher sozinha” e “mulher camponesa” estiveram presentes tanto de forma individual quanto de forma concomitante em minha relação com o campo e com os sujeitos. Em alguns momentos aproveitei-me dos estereótipos para conseguir informações e em outros, tentei maquiagem algumas diferenças e em vários momentos não consegui dispor dessas diferenças para buscar a neutralidade para conseguir uma pesquisa “pura e imune”, mesmo buscando ater-se ao discurso das pessoas entrevistadas (GEERTZ, 2008).

Meu interesse sobre o rural aprimorou-se durante minha adolescência, fui criada em Miracema do Tocantins, cidade conhecida pela música “A Dois Passos do Paraíso”, dos compositores Evandro Mesquita e Ricardo Barreto. Estudar o rural me remete a momentos de nostalgia, a melhor fase que minha família viveu. Momentos nos quais éramos unidos e nos

quais a felicidade estava nas coisas simples. Momentos que se alimentar embaixo de uma árvore comendo pequi com arroz e frango era, para mim, um momento mágico. Ver meu pai sorrir olhando o morro, minha mãe cozinhando no fogão a lenha, meus irmãos mais velhos plantando abacaxi, meus irmãos menores correndo das vacas e meus sobrinhos se lambuzando com as mangas era a imagem que eu pude viver com plenitude. Aos quinze anos, fui enviada para a capital, Palmas, para estudar em um dos melhores colégios do Estado do Tocantins. O que sucessivamente aconteceu com meus demais irmãos; permaneceram no interior apenas meus pais.

O amor pelo rural herdei de meu pai e o amor pela família herdei de minha mãe; porém, o Tocantins passou por momentos de turbulência econômica aumentando o número de suicídios na região em decorrência de muitas pessoas perderam suas terras para o banco por motivo de dívida e falta de acesso a uma justiça de qualidade e neutra. Meu pai foi gradativamente vendendo parte da terra, para conseguir manter a família. Mas os únicos compradores eram os sojeiros do Paraná. Meu pai não via a terra como mercadoria, sentia-se ligado a ela desde sua infância. Filho de domador de burro bravo cujo pai trabalhou para a colonizadora Companhia de Terras Norte do Paraná. Neto de quilombola cuja raça tornou-se um tabu em nossa família, um tema que remetia meu pai a lembranças dos momentos que precisou pagar o “imposto negro”¹.

Na esperança que seus filhos viessem a ter experiências diferentes do que a sua, em seu segundo casamento casou-se com uma mulher branca (minha mãe), urbana e detentora dos conhecimentos e comportamentos da elite. Fomos criados por duas culturas divergentes o que gerava constantes conflitos entre o simples que permeia no rural e a competitividade que encharca o urbano. Tentávamos constantemente conciliar e somar as duas culturas, mas existem características culturais completamente antagônicas e indissolúveis. Por amor e por medo, o urbano venceu o rural, e a ideia de felicidade inalcançável invadiu nossa família. Estar junto já não bastava mais, era necessário “ser alguém”. Não bastava mais ser agricultor, ser trabalhador e ser lutador. Era necessário sermos médicos, advogados e administradores. Assim, a agricultura familiar perdeu mais da metade da mão de obra. Em pouco tempo a produção caiu, a autoestima do meu pai foi afetada e a indignação com o rural transformou minha mãe, que estava sofrendo com o “ninho vazio”. Pergunto-me o que teria acontecido se o rural tivesse vencido, se tivéssemos lutado pela soberania cultural do rural, pela soberania alimentar, pela soberania territorial daquela região através de seu desenvolvimento a partir da agricultura

¹ É o “esforço extra” feito pelos negros para que tenham o mesmo nível de sucesso alcançado pelos brancos.

familiar e não do domínio do desenvolvimento produtivista da soja.

Com receio de que a terra perdesse o seu significado e que não se transformasse em mercadoria para estes “grandes investidores”, meu pai procurou o funcionário do órgão responsável pela reforma agrária e disse que queria destinar aquelas terras para a desapropriação por interesse público. O funcionário informou que para entrar na “fila” era necessário despendere uma quantidade significativa de dinheiro para ele, pois caso contrário a terra poderia ser considerada “inapropriada” para a reforma agrária. Perguntei para meu pai o motivo que naquela época ele não denunciou, e com os olhos pensativos resgatou a imagem e informou que naquela parte e tempo no Tocantins a realidade era outra, “temia bala” e que não dava para “confiar na Justiça”. Assim, a identidade de sua família, suas emoções, seus significados, seus aromas, a liga que nos unia, o reconhecimento, a experiência, nossa história não tinha mais valor nas negociações com os sojeiros. A terra virou mercadoria.

A formação dos seus filhos dependia de tempo, mas o banco não dava tempo e a necessidade familiar também não. A força laboral diminuiu mais uma vez com a chegada da velhice. O medo do desconhecido assolou os olhos amarelados do meu pai. Os filhos estavam distribuídos em três estados (São Paulo, Paraná e Goiás) em busca de educação e de outra forma de sobreviver, pois para o governo pessoas como nós, eram consideradas invisíveis.

Fui cursar a faculdade de Ciências Sociais com a esperança de transferir para Direito, mas me apaixonei por ela. Continuei sendo cobrada da necessidade de ter um filho advogado na família para que conseguíssemos nos proteger do sistema. Mas eu não queria desistir das Ciências Sociais em prol do Direito. Então, aproveitando que a lei daquela época permitia, fiz o vestibular, passei em Direito e acabei por levar as duas faculdades, mas priorizando a primeira faculdade. Conciliei as duas faculdades com um trabalho de seis horas e “bicos” aos finais de semana. O Direito para mim era mais uma ferramenta de luta pela sobrevivência não apenas da minha família, mas também de outras famílias.

Não consegui chegar a tempo em Tocantins para ajudar meu pai com a terra. Fiz diversos cursos direcionados ao rural, mas não consegui chegar a tempo. Pensei de que forma poderia conciliar o conhecimento acadêmico com o rural. Na faculdade de direito dediquei-me ao estudo do direito do trabalho, agrário e ambiental, finalizei realizando meu trabalho de conclusão de curso sobre a Reforma Agrária e a desapropriação por interesse pública no Brasil e no Paraguai. No Mestrado em Ciências Sociais busquei estudar o movimento social rural no Paraguai. Fui questionada várias vezes o motivo de estudar o Paraguai, pois bem, o Paraguai para nós é o outro, pois podemos entender o nosso mundo por meio do discurso do outro.

Ao entrevistar as pessoas da nova colônia e da antiga colônia em Santa Lucía, em Itakyry

no Paraguai, percebi que eles me olhavam como se eu fosse uma assistente social. Apesar de apresentar-me como uma pesquisadora aluna de um mestrado em Ciências Sociais senti a dificuldade na hora de explicar a diferença entre cientista social e assistente social dentro da realidade deles. Ao final da explicação percebia sinais de decepção no entrevistado.

Busquei usar um crachá confeccionado por mim, identificando meu nome e a instituição de origem da pesquisa, para não ser confundida com uma funcionária da prefeitura de Itakyry ou da Itaipu. Os entrevistados da nova colônia demonstravam interesse sobre o que se tratava a pesquisa. Precisei simplificar ao máximo o objetivo da pesquisa para que eles entendessem dentro de sua realidade. Não é uma tarefa fácil explicar o objeto da minha pesquisa para a própria comunidade acadêmica, quanto mais para uma população cuja base de conhecimento vem do senso comum e da tradição popular.

Na academia é mais comum se estudar assentamentos a partir de ação coletiva, grupo de interesse, luta de classes, gestão de recursos, formas de organização e etc., mas esta pesquisa propõe analisar, partindo do âmbito internacional para o local.

Percebi que “ser mulher” facilitou o contato com o assentamento, até mesmo porque, a figura masculina no Paraguai está ligada ao combate, a guerra e ao poder. A figura da mulher está ligada ao apoio, à assistência, à servidão e à submissão. Esta construção da figura homem-mulher pode ser resultado da história do Paraguai, principalmente da Guerra do Paraguai (1864-1870), que resultou na dizimação de grande parte da população masculina, incluindo adultos e crianças. Assim, a quantidade de mulheres ficou extremamente superior, ocorreu uma supervalorização da figura masculina no poder e o processo de feminização da terra, ou seja, as mulheres eram a mão de obra principal na agricultura familiar.

Por outro lado, ser “mulher brasileira” em um território estrangeiro globalizado, ativou a ideia em alguns sujeitos de que eu possuía uma “[...] disposição naturalmente intensa para fazer sexo e uma propensão à prostituição, combinadas com noções ambíguas sobre estilo de feminilidade, tidos como submissos, com uma alegre disposição para a domesticidade e a maternidade [...]” (PISCITELLI, 2008, p. 269).

Tanto em Itakyry quanto em Assunção, ambos no Paraguai, fui abordada várias vezes pela polícia por trafegar com um carro com a placa do Brasil. Mas após perceberem que era uma mulher, brasileira, desacompanhada e classe média baixa, algumas abordagens tornavam-se “cantadas” e convites.

Em outro momento, na praça em Assunção, durante uma *Huelga General* (Greve Geral), solicitei a um membro da segurança pública (farda preta) se poderia tirar foto dos policiais. O referido policial disse que autorizaria se eu anotasse em um papel o número do meu celular.

Para que ele não se sentisse rejeitado, informei que o chip do meu celular era do Brasil e que não estava com sinal aqui no Paraguai. O policial pediu o nome do hotel que eu estava hospedada e eu disse que estava com meus pais em determinado hotel. Evitei falar que estava desacompanhada, para não facilitar outras tentativas. Constantemente sentia-se cobrada por não estar acompanhada por alguém “responsável por mim”. Também não podia ser identificada como a “amiga” de alguém da segurança pública, pois poderia dificultar o meu contato com os campestinos que estavam na *Huelga*. Muito menos poderia identificar-me como uma profissional da segurança pública do Brasil².

Em outro momento, em minha busca por bibliografias acabei por adentrar uma universidade em Assunção, no Paraguai, visando conseguir fotocópia de partes de alguns livros. Separei os livros e perguntei para um funcionário da biblioteca onde poderia fotocopiar. Ele informou que os livros só poderiam ser utilizados dentro da biblioteca e que existia uma lei no país que não permitia tirar cópias do livro e muito menos de parte dele. No entanto, ele informou que poderia ajudar-me a ter o contato com o diretor da biblioteca para ver a possibilidade de eu retirar o livro. Após intermediar o contato, o diretor informou que por eu não possuir ligação com a universidade eu não poderia retirar os livros. O funcionário ofereceu pegar emprestados os livros em seu próprio nome, mas que eu teria que esperar finalizar o expediente dele. Assim fiz. Fomos até um conhecido dele que disponibilizou fotocopiar as partes que eu necessitava por um valor acima do que era cobrado cotidianamente. Depois de fotocopiar, o funcionário da biblioteca perguntou se eu não tinha o interesse de conhecer o quarto dele. Blefei e disse que precisaria voltar para o hotel, pois tinha que tomar insulina e esperar meus pais chegarem no hotel, pois eu estava com a chave que dava acesso. Disse que se eu não tomasse insulina logo, poderia desmaiar. A ideia de usar uma doença como desculpa era parecer o menos saudável e atraente possível. Funcionou.

Outra experiência como pesquisadora que me levou a adotar estratégias feministas na pesquisa foi o fato de que em nenhum momento as mulheres paraguaias me pediram algo em troca para conceder-me informações ou outra coisa que fosse muito importante para mim. Percebi certa solidariedade entre as mulheres. Assim, em meu deslocamento e busca de documentos sempre busquei solicitar ajuda ou apoio, para uma mulher em vez de um homem.

O fato de ter treinamento pessoal em abordagens policiais facilitou minha locomoção no Paraguai. Por exemplo, por eu saber o estereótipo ensinado para as polícias eu buscava me comportar de maneira diferente. Não tratarei neste trabalho qual seria este estereótipo, no

² Neste período, trabalhava como guarda municipal em Toledo- Paraná, para custear minha pesquisa e manter minhas necessidades básicas.

entanto, posso comentar que o estereótipo oposto seria apresentar-se como uma moça ingênua, que olha nos olhos do policial e com sorriso que permite uma leve abertura na boca. Esta construção facilita para que a abordagem não demore tanto. Outro fator importante é deixar os punhos sempre a mostra pois representa receptividade e verdade. Este comportamento somado ao fato de não estar acompanhada também pode ter facilitado os “convites” por parte de alguns policiais.

Outro momento que os aspectos pessoais e o treinamento profissional contribuíram na minha locomoção como pesquisadora, foi em uma das minhas voltas à fronteira do Paraguai. Um taxista foi extremamente indelicado em sua abordagem, colocando a mão em minha perna e avisando que mudaria a rota. Tirei a mão dele de minha perna e de forma masculinizada (queixo levantado, boca contraída, ombros para frente e punhos fechados) informei que estava contratando seus serviços para seguir a rota até a rodoviária na *Ciudad del Este*.

Outro taxista, ao pedir o valor para que ele me levasse de Cruce Itakyry até o assentamento em Santa Lucía, disse que não me cobraria nada desde que eu me hospedasse em um hotel com ele. Informei que nestas condições eu não poderia usar de seus serviços. Então ele informou que nenhum taxista iria se o valor não fosse três vezes maior do que é cobrado pela corrida, pois o local que eu queria ir era muito perigoso.

No meu primeiro deslocamento até Itakyry, conheci um brasileiro, paranaense, casado que trabalhava em Troncal 4, cidade próxima a Cruce Itakyry. Era próximo da meia-noite e fui informada por ele que Cruce Itakyry não tinha hotel, que seria interessante eu me hospedar em um hotel em Troncal 4 (cidade com alta concentração de brasileiros). Chegando à cidade ele ofereceu sua casa para que eu pudesse pousar e informou que sua irmã estaria presente na casa. A rua da cidade estava praticamente deserta, mas arrisquei e aceitei o convite. Chegando a uma serralheria, a irmã deste brasileiro estava presente. O restante da família deles morava no Paraná e constantemente ele se deslocava para visitá-los e levar dinheiro. A serralheria tinha um quarto com duas camas sendo que em uma delas eu dormi. Dividi com eles parte do alimento que trazia em minha mochila. Este brasileiro contou-me como alguns de seus amigos da mesma nacionalidade “perderam” as terras para os assentados.

Algumas pesquisadoras, como Sandra Cristiana Kleinschmitt, ao buscar coletar dados no Paraguai para a sua tese de Doutorado em Sociologia pela UFRGS, optaram por levar um familiar homem para evitar determinados constrangimentos. Como falei no início desta pesquisa, minha família vive em outro estado e meu pai é idoso. O único amigo que estaria preparado para acompanhar-me nesta pesquisa possui características físicas que poderiam dificultar o contato com o assentamento. Considerei melhor ir sozinha do que levar uma pessoa

que poderia desencadear outras barreiras ou não estar preparada para lidar com os imprevistos que poderiam ocorrer durante a pesquisa de campo. Quanto menos fatores para se controlar, maior é a probabilidade de obter “sucesso” na pesquisa.

Além do demarcador social gênero, outro fator que contribuiu o contato e que busquei reforçar foi à etnia. No imaginário social do assentado, o estrangeiro está construído a partir das características marcantes do paranaense latifundiário, descendente de alemão, alto – em comparação a estatura do homem médio no Paraguai – italiano, branco, loiro e olhos azuis. Esta pesquisadora é parda, baixa, olhos castanhos escuros e cabelos lisos escuros.

Uso roupas indígenas e colares em meu cotidiano por afinidade e também propositalmente, pois a cultura indígena predomina no Paraguai, e assim, eu poderia me locomover sem chamar muita atenção e até ser invisível socialmente. Troquei os brincos de ouro por brincos de madeira dentre outros acessórios buscando identificar-me mais com os valores da classe baixa, maioria da população do Paraguai. Colegas meus de trabalho e de estudo, ficavam assustados com a mudança no meu visual antes de iniciar a pesquisa de campo e durante a pesquisa de campo. Antes, em decorrência de eu trabalhar em um escritório de Advocacia, cujo espaço é mais elitizado, faz-se necessário em alguns momentos o uso de acessórios que represente poder, como uma bolsa e óculos de marca, e jóias. No âmbito da pesquisa de campo, os acessórios que representassem uma ligação com a terra e a natureza tornavam-se necessários para evitar barreiras no processo de coleta de dados e não chamar a atenção de possíveis usurpadores.

Mas, dependendo do espaço que adentrava no Paraguai, necessitava fazer a troca de “figurino” para conseguir informações. Posso citar as duas vezes que fui até a prefeitura (*municipalidad*) de Itakyry. No primeiro contato percebi uma resistência, eu estava vestida como uma campestina, mas no segundo contato busquei levar um “figurino” extra que troquei em um ponto de táxi. A diferença de tratamento foi assustadora. Ou seja, a partir do “figurino” que eu usava eles identificavam-me com uma ou outra classe social. No primeiro momento consegui apenas uma autorização, mesmo solicitando alguém para acompanhar-me até o assentamento. No segundo momento, consegui nova autorização e duas pessoas para me acompanharem até o local. O fato de possuir uma “assistente” também deu peso no tratamento. Esta “assistente” na realidade era Rocio Silvero Rojas, cientista política paraguaia formada pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), que em seu trabalho de conclusão de curso da graduação também estudou a Liga Nacional dos Carperos, a partir da análise de discurso da mídia paraguaia.

Rocio acompanhou-me como intérprete e assistente, pois necessitava concentrar-me

para captar informações, anotar, tirar foto e dirigir o carro. Quando se está em campo, em um país estrangeiro, faz-se necessário responder constantemente ao ambiente e às pessoas. Às vezes era difícil prestar atenção no ambiente e interagir com as pessoas ao mesmo tempo sem ser considerada antipática (por não dar-lhes a atenção que acreditavam merecer). Assim, em alguns momentos, a Rocio fazia “sala”, por exemplo, com a mãe do prefeito (*intendente*) enquanto eu anotava elementos do ambiente, e caso essa senhora falasse algo que seria interessante para a pesquisa, a senhorita Rocio me interrompia na escrita e pedia para a senhora repetir o que havia falado. Assim eu poderia registrar sua fala na escrita ou por gravação. Tive sorte de conseguir uma intérprete tão preparada para lidar com uma pesquisa de campo das Ciências Sociais, pois me permitiu captar informações que sozinha provavelmente não poderia captar devido à demanda exigida pelo registro e a necessidade de manter a ligação com as pessoas e o ambiente.

Outro demarcador de diferença que interferiu na pesquisa foi a nacionalidade, pois por ser uma pesquisadora estrangeira, percebi um desconforto por parte dos entrevistados em se posicionar ao tratar da nacionalidade /etnia dentro do assentamento e a proposta de reforma agrária. Assim, no capítulo da dissertação que trata sobre a soberania cultural, exponho os limites do resultado da pesquisa de campo em relação a este conceito, pois garanti aos entrevistados que eles não precisariam responder perguntas que fossem constrangedoras, inapropriadas ou impertinentes. Forçar a informação poderia ocasionar resultados diversos da realidade. Percebi um receio por parte dos entrevistados em falar algo que acreditavam que pudesse me afetar (constranger) ou que pudesse prejudicá-los.

A língua também se manifestou como um demarcador de diferença, pois existia uma estratégia entre os nativos quando queriam falar algo que não gostaria que o estrangeiro compreendesse, assim, nestes momentos usavam da língua Guaraní ao invés do Espanhol, ambas as línguas são oficiais no país. Preparei-me para lidar com o Espanhol, mas não com o Guaraní. Por este e outros motivos se fez necessário a presença de uma intérprete, pois também resguardava minha segurança de forma indireta além de favorecer uma compreensão mais ampla. As pessoas me identificavam como estrangeira apenas quando eu falava ou através da placa do meu carro. Em alguns momentos, quando adentrávamos em algum estabelecimento ou instituição não era notada como estrangeira até o momento em que havia a necessidade de falar.

Meu sotaque e a forma de falar o Espanhol não permitiam esconder minha origem. Mas também percebi que no momento que tentava me expressar buscando informações para meu deslocamento, as pessoas riam. Em um determinado momento que estava na capital Assunção, conversando com um dos meus informantes as pessoas que estavam ao lado aguardando o ônibus, riam. Com muita educação perguntei porque sorriam, eles diziam que eu falava de

maneira engraçada e que falava sorrindo mesmo quando não havia necessidade. Quando me perguntam sobre o que eu acho das pessoas paraguaias, eu sempre digo que são amistosas e simpáticas. Quase sempre me recebiam sorrindo, mas não consigo explicar se eu provocava o riso nelas ou se realmente é uma questão cultural.

No entanto, afirmo com veemência que em relação a minha pessoa os paraguaios foram muito mais receptivos do que as experiências que tive com os brasileiros durante a minha pesquisa na fronteira. Um destes momentos foi quando estava indo para Encarnación, no Paraguai, para apresentar parte da pesquisa em forma de artigo em um evento. Saí de Toledo, no Paraná, com um grupo de estudantes e professores que eram de outro campus. Levei comigo meu passaporte e a carteira de motorista como documentos de identificação. Ao chegar na fronteira e passar pela imigração para pegar a autorização para entrar no Paraguai, percebi que meu passaporte estava vencido. Mas não fiquei preocupada, pois acreditei que a carteira de motorista complementaria a minha identificação, pois no Brasil a carteira de motorista vale em todo o território e em quase todos os momentos substitua o registro de identificação. Para pegar esta autorização não é necessário o passaporte, apenas o registro de identificação é suficiente. Contudo, o funcionário da imigração não aceitou minha carteira de motorista para complementar o meu passaporte. O professor brasileiro responsável pelo ônibus pediu para que eu retirasse todos os meus pertences (dentre estes um colchão) do ônibus. Pedi para que deixassem meus pertences dentro do ônibus porque eu precisaria apenas da minha mochila, pois eu iria de outra forma para o evento. Assim, eles me deixaram na fronteira do Paraguai. Estava com o dinheiro contado apenas para a viagem com o ônibus cedido; assim, peguei um mototáxi e voltei para Foz do Iguaçu para ligar para os meus pais para pedir mais dinheiro para eu gastar com meu deslocamento. Meus pais transferiram o dinheiro e o mototaxista que peguei na fronteira do Paraguai foi muito amável aguardando o tempo de transferência do dinheiro e dando-me dica de como chegar até Encarnación. Retirei o dinheiro, troquei de roupa e adentramos o Paraguai de moto até chegar a um ponto de ônibus que não pedia documento de identidade para emitir a passagem. O sinal do meu celular estava fraco e recebia mensagens do meu coorientador preocupado com minha situação, pois o ônibus dos estudantes havia chegado e haviam dito que me deixaram na fronteira. Dentro do ônibus que peguei no interior do Paraguai conheci uma paraguaia de Encarnación, mochileira, cuja profissão era psicóloga. Ela puxou conversa comigo por causa da minha mochila de acampar e da minha roupa que expressava a cultura dos viajantes mochileiros. Expliquei minha situação para ela, fizemos amizade, ela convidou-me para ficar em sua casa durante minha participação no evento, também permitiu usar o seu celular para ligar para meu coorientador dizendo que estava tudo bem e que

estaria logo pela manhã no evento para apresentar o trabalho. Ao apresentar-me para meu coordenador a primeira palavra que ele me chamou foi de “pulga do Paraguai”. Ele sabia que eu conseguiria chegar em boa situação e a tempo.

Ao final da apresentação de meu trabalho, quando estava agradecendo as oportunidades de troca de experiências acadêmicas, agradei aos paraguaios por sempre serem muito receptivos comigo, desejei a todos que pudessem ter a mesma oportunidade que eu estava tendo de ter um ensino público e efetivamente gratuito³. E aos prantos informei que eu não poderia cursar um mestrado pago, que me sento agradecida pela UNIOESTE conceder-me esta oportunidade e que agradeço aos meus pais por estarem sempre me apoiando apesar da distância. Alguns jovens que estavam presentes também se comoveram por se identificar comigo e lembrarem-se dos seus pais. A cultura paraguaia valoriza muito a família. A solidariedade entre as pessoas faz muita diferença na vida de cada indivíduo independente de sua nacionalidade.

Durante a apresentação do trabalho busquei tentar falar Espanhol que em regra resultou em um Portunhol, mas percebi o interesse dos estudantes paraguaios pela minha tentativa. Eles participavam complementando as palavras em Espanhol que eu não recordava. Apresentei desta forma visando demonstrar que respeitava a língua e a cultura deles. Que como visitante buscava adequar-me a sua cultura e não impor a minha. O resultado foi positivo e válido. Na volta para o Brasil a mochileira paraguaia me levou até outro ponto de ônibus onde não pediam identificação e assim adentrei no ônibus até a rodoviária da *Ciudad del Leste* onde fui com outro ônibus até a rodoviária em Foz, mas sem pedir identificação. Chegando à rodoviária de Foz do Iguaçu fui comprar a passagem para Toledo, mas faltava um real para completar a passagem. O atendente da empresa que vende a passagem sem eu pedir emitiu o bilhete e disse para eu não me preocupar.

Assim, posso afirmar que as alteridades ora se manifestaram como estratégias, ora como demarcadores sociais. Nestas duas realidades consegui encontrar semelhanças entre os dois países, dentre elas, a influência do neoliberalismo nas terras na fronteira do Paraguai e nas terras do Tocantins no Brasil durante a expansão da fronteira agrícola. Os paraguaios em alguns momentos foram construídos para esta pesquisadora como “o outro” e em outros momentos como “nós”.

³ No Paraguai as universidades públicas não são gratuitas, pois o poder público arca parcialmente com os custos.

PRIMEIRA PARTE

1 LEGISLAÇÃO E ASPECTOS HISTÓRICOS DA REFORMA AGRÁRIA NO PARAGUAI

1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

Antes da Guerra do Paraguai (1864-1870) e diferentemente da conjuntura atual o Paraguai possuía um nacionalismo econômico, não admitindo a submissão ao capital estrangeiro e considerado o país mais desenvolvido da América do Sul. Estas características afetavam os interesses da Inglaterra, sendo necessário acabar com o modelo nacionalista paraguaio para que outros países não o adotassem, dificultando o controle. Na década de 1860, o ditador Solano Lopes almejava ampliar as conquistas paraguaias, formando o Grande Paraguai. Necessitava conquistar o Uruguai, pelas regiões argentinas de Corrientes e Entre Rios, o estado do Rio Grande do Sul e parte do Mato Grosso, ambos no Brasil. Estas conquistas dariam mais autonomia para o Paraguai, pois incluía uma saída para o mar através do Rio da Prata, ficando livre das altas taxas alfandegárias cobradas pela Argentina. Perder a Guerra mudou drasticamente a realidade econômica, geográfica, política, populacional e cultural do Paraguai.

Desde o século XVII, foram realizadas várias tentativas de implantar políticas agrárias para desenvolver o Paraguai. Mesmo depois da Independência (1811) permaneceram vigentes as Leis das Índias (GONZÁLEZ, 1986), aplicáveis às colônias espanholas nas Américas visando regular a vida social, econômica e política, de acordo com Rubino (s.d.). Durante as ditaduras, foi iniciada a implantação das primeiras leis de expropriação e arrendamento para os cidadãos paraguaios e estrangeiros.

As terras pertencentes ao Estado Paraguaio cresceram amplamente antes de serem repassadas para militares, políticos e estrangeiros. Com a *Ley de Reforma de Regulares de 1824*, foram revertidos para o Estado todos os bens das ordens e sociedades religiosas.

Posteriormente, no ano de 1825, o ditador José Gaspar Rodríguez de Francia ditou um decreto obrigando todos os proprietários dos imóveis a apresentar os títulos ou certificados que representassem o direito de domínio, dentro de um prazo de três meses, caso não realizassem, os imóveis incorporavam automaticamente os bens do Estado, segundo González (1986).

Em 7 de outubro de 1848, durante o governo de Carlos Antônio Lopez, foi publicado outro decreto que declarava como propriedade do Estado todos os bens dos vinte e um povos indígenas do Paraguai. As terras durante a ditadura estavam ameaçadas pelo avanço da guerra

da Tríplice Aliança⁴, diante disto o então governante Francisco Solano López (1860-1870) passou para sua companheira, Elisa Lynch, enormes extensões de terras que se situavam entre os Rios Pilcomayo e Bermejo – hoje pertencentes à Argentina –, pois acreditava que sendo Elisa uma súdita britânica, poderia obter apoio para conservar estes territórios dentro da soberania paraguaia. Ao final da guerra (1870) foi anulado o ato que favoreceu a companheira do governante, mas grande parte dos imóveis rurais estava como propriedade do Estado, sendo que a maioria dos proprietários já não possuía os registros que justificavam os títulos de propriedade (GONZÁLEZ, 1986).

A Guerra do Paraguai (Guerra da Tríplice Aliança), arrasou com o país: 80 % da população morreu – maioria homens –, o resquício industrial foi destruído, obrigando o país a dedicar-se exclusivamente à agricultura e a depender do capital estrangeiro (ALBUQUERQUE, 2010).

De acordo com o INDERT, em decorrência das dificuldades ocasionadas pelas guerras de 1864-1870 (Guerra da Tríplice Aliança) e de 1932-1935 (Guerra do Chaco)⁵, o Paraguai encontrou-se em condições precárias por causa das batalhas e doenças. Para Gasparetto Júnior (2009), houve a queda no número de habitantes, deixando o país praticamente na mão de mulheres, crianças e idosos. Muitos documentos foram perdidos e queimados, o que dificultou a identificação das terras. Ao término desta guerra, 97,8 % do território nacional era propriedade do Estado e 2,2% restante pertenciam ao domínio privado, conforme dados do INDERT.

Para González (1986), processo inverso ocorreu no governo do General Bernadino Caballero, nos anos de 1883 a 1885, quando foram realizadas leis de vendas de terras públicas, principalmente para estrangeiros, passando grande parte das terras para o âmbito privado originando a formação dos grandes latifúndios no país.

O Paraguai, no decorrer de sua história, passou por três estatutos agrários, o de 1940, o de 1963 e o de 2002. No primeiro, o instituto executor da reforma era o *Instituto de Reforma Agraria* (IRA), no segundo, o *Instituto de Bienestar Rural* (IBR) e atualmente, o *Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra* (INDERT) (PORTAL GUARANI, 2008).

Com a ajuda dos Estados Unidos, o militar Alfredo Gustavo Stroessner chega ao poder. Durante a Ditadura de Stroessner (1958-1988) foram repassadas terras públicas para a iniciativa

⁴ Ocorreu de 1864 à 1870, com a derrota do Paraguai para os países que formaram a chamada Tríplice Aliança: o Brasil, a Argentina e o Uruguai. Foi uma tentativa do governo do ditador paraguaio, Francisco Solano López, de ampliar o território do seu país, apossando-se de terras dos países vizinhos, e ter acesso ao mar pelo porto de Montevideú.

⁵ A Guerra do Chaco ocorreu entre 1932 e 1935, envolvendo o Paraguai e a Bolívia pela disputa da região do Chaco Boreal.

privada, por meio de “presentes” para militares (SINDITAMARATY, 2015), políticos visando seu apoio e para estrangeiros com valores irrisórios. Também foi criado, por meio da lei Nº 852, de 22 de março de 1963, o IBR juntamente com o segundo estatuto agrário do Paraguai.

O Paraguai possui características muito peculiares, como a ausência de saída para o mar, acarretando na necessidade de firmar acordos visando renegociar seus espaços e limites com os países vizinhos. No período compreendido como Ditadura Stroessner (1954 a 1989) a política externa era do tipo pendular, pois oscilava entre Brasil e Argentina, como destaca Menezes (1987).

Na busca de reverter à situação da população rural, que foi a mais prejudicada durante toda a história do Paraguai, e também, com o intuito de resgatar a soberania territorial que estava sendo ditada por multinacionais, o governo ampliou a finalidade da reforma agrária em comparação ao objetivo contido no primeiro estatuto agrário (1940). Este se destinava mais a colonização do que ao resgate do bem-estar social da população rural, que na época era a maioria da população do Paraguai.

Entre 1960 e 1980, nos períodos militares, os governos brasileiro e paraguaio realizaram políticas de integração, através do Tratado de Itaipu (1973), Tratado de Amizade e Cooperação (1975), construção da Ponte da Amizade (ligando a cidade de Foz do Iguaçu a *Ciudad del Este*) e da construção da hidrelétrica de Itaipu; porém a fronteira entre Brasil e Paraguai é marcada por conflitos sociais, decorrentes da modernização agrícola neoliberal produtivista e a construção dessa hidrelétrica, que ocasionou a expropriação e expulsão de pequenos produtores de suas terras (FABRINI, 2012).

Em 1967, o governo paraguaio limitou a aquisição de terras na fronteira por estrangeiros, mas o órgão responsável pelo processo de colonização da fronteira Leste do Paraguai, *Instituto de Bienestar Rural* (IBR), não respeitou todas as regras e praticou a corrupção concedendo títulos ilegais. Os projetos de colonização nas fronteiras eram dirigidos por brasileiros e deveria visar à reprodução da agricultura familiar e à criação de uma fronteira democrática de supostas oportunidades e desenvolvimento (FABRINI, 2012).

Antes de 1970 a imigração de brasileiros para o Paraguai era menor e destinava-se a extração de madeira, plantio de menta, agricultura de subsistência, desbravando as matas, com posse precária e provisória. A partir deste período, em decorrência da extração da madeira, do plantio da soja, da modernização agrícola, dos baixos preços das terras paraguaias e da propaganda do Estado Paraguaio, o território foi ocupado por vários imigrantes brasileiros, principalmente os paranaenses, devido a menor distância geográfica em relação as terras da fronteira e as indenizações pagas pelas Usina Hidrelétrica de Itaipu (FIORETIN, 2012).

Os processos de emigração de brasileiros para o Paraguai articulam-se com os conflitos pela posse da terra nos estados do sul do Brasil, cujo marco inicial perpassa a Revolta dos Posseiros de 1957, no Sudoeste do Paraná (COELHO, 2015). A procura de terras geradas pela omissão do Estado brasileiro em fazer reforma agrária, dando resposta aos desapropriados da terra geradas pela construção da Hidrelétrica de Itaipu (1970), com sua formação do seu reservatório (1982) que alagou aproximadamente 100.000 hectares de terra e o processo de modernização da agricultura que também expulsou várias famílias de camponeses, acabou por afetar significativamente o Paraguai. Várias famílias foram procurar alternativas no país vizinho e outros foram fugiram dos jagunços contratos por latifundiários paranaenses. Com a globalização, os problemas pontuais expandem-se, fazendo que o problema agrário de um país seja repensado considerando as articulações com outros países.

No ano de 1980, os conflitos com os brasileiros, que adquiriram terras no Paraguai, começaram a aumentar, quando muitas famílias paraguaias perderam suas terras, sem ao menos terem a oportunidade de adquiri-las através do Estado paraguaio (ALBUQUERQUE, 2010).

A política interna dos municípios só obteve autonomia, a partir de 1992, por meio de uma nova Constituição, porém, ainda dispõem de poucos recursos para a efetivação de suas decisões, mantendo, assim, os laços antigos com a capital. As decisões políticas ocorrem na forma de “planalto-planície”, pois se concentram na capital, sendo resultado da adoção do modelo de república unitária. Até 1989, tanto os administradores municipais quanto os governadores departamentais eram nomeados diretamente pelo Presidente da República (MORÍNIGO, 2004).

Após o início do processo democrático (1993) e com a posse do ex-bispo Fernando Lugo como presidente do Paraguai para um mandato de cinco anos, o Partido Colorado, chegou ao fim de seis décadas de domínio político. Cresceram os movimentos sociais pela reforma agrária que foi o objetivo principal da campanha eleitoral de Fernando Lugo. Porém, suas tentativas de cumprimento desta promessa acabaram despertando inimigos que provocaram seu impeachment em 22 de junho de 2012, após o massacre de *Curuguaty*.

A Liga Nacional dos Carperos surgiu nos últimos anos do governo Lugo, sendo conhecida popularmente por sua postura e estratégia radical ao ser comparado com os movimentos tradicionais existentes. Entre os seus projetos, consta a luta pela reforma agrária, e, principalmente, pela soberania. Tal movimento é denominado de Liga Nacional dos *Carperos*, surgiu em 2008, após haver um descontentamento com a forma com que a linha tradicional vinha relacionando-se com o Estado. Os *carperos* são identificados por viverem em *carpas* (barracas), por constituírem-se em 192 comissões convencionais e por realizarem

grandes ocupações de terras, que segundo eles, foram obtidas de forma irregular através de títulos falsos. Seus inimigos são a oligarquia agroexportadora, os *sojeiros* reunidos em grêmios (APS, UGP e CAPECO), a Monsanto (corporação ligada ao agronegócio), os juízes, os fiscais e os policiais corruptos. Mas, o principal inimigo dos *carperos* é Tranquilino Fávero, o maior produtor de soja do Paraguai (FOGEL, 2013).

Suas reivindicações são: o acesso à terra; o desenvolvimento campesino; o aumento do valor do imposto sobre as exportações, destinando-o para a produção cooperativa com a constituição de comunidades sustentáveis; a troca estrutural do modelo agroexportador, que favorece uma minoria, para o modelo agroindustrial que permite o desenvolvimento do mercado interno; a busca por reforma agrária; o fortalecimento da soberania nacional, soberania alimentar, soberania territorial, soberania cultural; concessão de crédito; assistência técnica; e execução da proposta de modelo de desenvolvimento econômico e social que visa educação com respeito à cultura Guaraní, saúde e preços baixos.

O Paraguai possui características muito peculiares. Em decorrência da ausência de saída para o mar, o país necessita firmar acordos visando renegociar seus espaços e limites com os países vizinhos. No período compreendido como Ditadura Stroessner (1954 a 1989) a política externa era do tipo pendular, pois oscilava entre Brasil e Argentina (MENEZES, 1987). Com a criação do MERCOSUL (1991) e o reingresso do Paraguai no bloco em 2013, a pressão externa e a fiscalização da democracia no Paraguai são constantes.

O caráter extremamente agrário, o enfraquecimento do Estado para garantir o direito à terra, as irregularidades na documentação das terras, a corrupção, a frágil institucionalização e a crise de identidade – ocasionada pela globalização – foram alguns dos fatores que estimularam o crescimento dos movimentos sociais agrários no Paraguai.

O Paraguai, em 2005, foi o país com a maior população rural da América Latina¹², pois, conforme a *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos*, em 2014, a população rural estava em torno de 2.792.873 habitantes, o que representa 40,5% da população total do país.

Em 2012, uma crise política ocorreu no Paraguai após o massacre em *Curuguaty*, município localizado a 240 quilômetros de Assunção. Entre os mortos estão 11 *carperos*, 6 policiais, além de 83 feridos. Entre 1989 e 2003 foram assassinados aproximadamente 150 campesinos. Estes fatos, juntamente com outras acusações, ocasionaram um abalo na democracia do Paraguai, o que resultou no *impeachment* do então presidente Lugo. Dentre as acusações estavam o uso de forças militares contra colonos em um conflito de terras localizadas em Ñacunday, departamento do Alto Paraná, o não colocar em prática uma política eficaz para diminuir a insegurança e o compromisso feito com o MERCOSUL, o qual firmava um acordo

democrático para o país.

Os deputados acusadores temiam que os países vizinhos pudessem cortar o abastecimento de energia à República do Paraguai com base na quebra deste compromisso. Em 29 de junho, o Paraguai sentiu o impacto após o afastamento de Lugo, pois só poderia retornar ao Mercosul após as eleições de abril de 2013, devido à suspensão política aplicada pelo bloco por não observar o compromisso democrático presente no Tratado de Usuhaia, de 1998.

Ao mesmo tempo em que o ex-presidente é acusado de possuir atitudes que iam contra a democracia do Paraguai, autores como Ramón Fogel (2013) acreditam que o presidente foi perseguido pela classe hegemônica por caminhar com o país rumo à realização da reforma agrária, através do fortalecimento do Estado, da diminuição da desigualdade social do país, dispondo para a população de um sistema de saúde público e gratuito. Inicialmente, acreditava-se que suas palavras não saíam do papel. Porém, os primeiros passos foram dados em dezembro de 2014 com a Resolução nº 1.074, do Ministério da Saúde Pública e Bem-Estar Social, a qual estabelecia a gratuidade da saúde pública. O povo paraguaio comemorou, pois a medida prevê a isenção de todas as tarifas a serem cobradas em hospitais, centros de saúde e postos de serviços, fornecimentos, medicamentos ou estudos.

Atualmente, o Estado paraguaio arca com 95% das despesas com o serviço prestado, e os outros 5% são pagos pela família do paciente – conforme declaração dada pelo ministro da saúde, Antonio Barrios, em agosto de 2014. Em 2010, mais um passo foi dado em direção ao fortalecimento do Estado paraguaio. Fernando Lugo renegociou com o Brasil o valor pago pelo excedente da energia da Hidrelétrica de Itaipu, a qual o país compra do Paraguai, que usa apenas 5% da energia a que tem direito. Esse acordo triplicou os repasses anuais, subindo de 120 milhões de dólares (preços de 2008) para 360 milhões de dólares – o equivalente a cerca de R\$610 milhões. O acordo originou o Decreto Legislativo nº 129, de 12 de maio de 2011, o qual aprova o Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as bases financeiras do anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1º de setembro de 2009.

O próximo passo almejado por Fernando Lugo era realizar a reforma agrária no Paraguai, conforme havia prometido em campanha, e também, demonstrado por meios dos encaminhamentos dado ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra (INDERT). A candidatura dele nas eleições de 2008 teve o apoio de líderes da esquerda, incluindo sindicalistas, indígenas e o movimento campesino. Durante o governo de Lugo, o INDERT interessou-se em localizar e recuperar as terras que pertenciam ao Estado e que estava nas mãos de terceiros. Alguns fatores políticos e econômicos influenciaram o desenvolvimento do

Paraguai, tais como a posse de uma liderança de esquerda pela primeira vez em sua história, somada à conjuntura partidária dominante nos governos dos países da América Latina. Apesar do desenvolvimento social-econômico ocorrido no país, havia muitos descontentes com a situação que estava se formando no Paraguai. Os sojeiros, muitos deles acusados de possuir títulos ilegais, através de seus grêmios, tomaram parte ativa no conflito buscando a defesa dos títulos presenteados na época da ditadura no Paraguai (FOGEL, 2013). Para fortalecer o Estado, Lugo estava adentrando na esfera econômica e política. Estava se transformando em uma ameaça aos neoliberais e as multinacionais, pois começava a fortalecer o Estado-nação.

Fernando Lugo ao tentar buscar o interesse da coletividade, deparou-se com a crise da democracia liberal capitalista. A queda do presidente Lugo foi definida pelo professor do curso de Ciência Política e Sociologia da UNILA, Fabrício Pereira da Silva, como uma “tentativa de golpe branco” (UNILA, 2012).

De acordo com o Banco Mundial (2015, p. 1, tradução nossa), a economia paraguaia é “[...] altamente dependente da produção agropecuária”, sendo que “[...] a soja e a carne representou cerca de 40 % das exportações em 2013”. Percebe-se que é grande a importância da terra para a sociedade paraguaia, porém, a regulamentação da reforma agrária no país é precária e carece de revisões e desenvolvimento dos critérios e graus para possibilitar sua reivindicação.

A Liga Nacional dos Carperos construiu um projeto para participar das eleições de 2013, com o intuito de diversificar o parlamento, que estava representado quase que exclusivamente pelos interesses da classe hegemônica (FOGEL, 2013). Ela apresentou candidatos para concorrer em diferentes cargos, ampliação o debate e aumentando a possibilidade de um indígena participar do Congresso.

1.2 ESTRUTURA DOS MOVIMENTOS AGRÁRIOS

Segundo Riquelme (1996), no Paraguai, as primeiras organizações campesinas surgiram entre 1910 a 1920, nos distritos de Limpio, Luqué e Itá sob influência do Anarco-Sindicalismo campesino; porém não resistiram em decorrência das perseguições e mortes de seus líderes.

Entre 1956 e 1958 o Paraguai teve sua primeira Greve Geral (*Huelga General*) que terminou com o encarceramento dos dirigentes sindicais. Em 1960, novas organizações campesinas ressurgiram como expressão do sindicalismo campesino e da tutela da Igreja Católica, dentre elas, as *Juventudes Agrarias Cristianas* (JAC), as *Comunidades Eclesiales de Base* (CEBs) e as *Ligas Agrarias Cristianas* (LAC), que surgiram em Misiones, com

inspirações educacionais e cristãs. Elas duraram até 1976, quando foram dissolvidas após várias repressões, desaparecimentos de membros e assassinatos dos dirigentes.

Para Miranda (1992), o governo acusou as *Ligas Agrarias Cristianas* (LAC) de atuar junto à *Organización Primero de Marzo* (OPM), que nasceu no mesmo período, era a luz da clandestinidade buscando uma resistência armada à ditadura de Stroessner. Em abril de 1976, o governo reprimiu camponeses, trabalhadores e estudantes que aderiram às Ligas, o que resultou em 400 presos, em torno de 200 torturados e outras mortes. Este período ficou conhecido como “Páscoa Dolorosa”, que é lembrado todos os anos no Paraguai (ESTRAGÓ, 2011).

Em 1996, existiam em torno de 10 organizações de nível nacional, 30 organizações regionais e menos de 650 organizações de nível local, comunidade e de *Comisiones Vecinales* (PALAU, 1996). Parte destas organizações originaram-se das Ligas Agrarias Cristianas.

Para compreender a classificação das organizações camponesas, no Paraguai, será utilizada a classificação de Tomás Palau (1996), disponível em seu estudo “*Las organizaciones campesinas paraguayas y el desarrollo rural sustentable*”. De acordo com Palau (1996), as organizações dividem-se em nacionais, regionais e locais.

As organizações nacionais, podem ser chamadas de federações ou confederações de organizações regionais e locais. Dentro desta categoria, há a subdivisão que discrimina as organizações de camponeses com propriedade e de camponeses sem propriedade. Das 10 organizações nacionais existentes em 1996, apenas 2 eram de federações de camponeses sem-terra e 1 confederação.

As organizações de nível regional possuem limites direcionados de um a dois departamentos. Sua subclassificação separa-se em organizações camponesas autônomas e as coordenações departamentais. As autônomas, neste período, totalizavam 20 organizações e 10 era o número existente de coordenações departamentais.

As organizações de nível local podem atuar de 1 a 3 *compañías vecinales*. Estas *compañías* subdividem-se em *comisiones vecinales*, *comisiones de fomento rural* e *organización zonal*. A primeira tem a função de “[...] obtenção ou legitimação de ocupação de terras”, a “[...] segunda constitui-se para a solução de um problema pontual [...]” – quando se resolve ela é extinta – e a terceira destina-se “[...] a promoção de atividades diretamente vinculadas ao processo produtivo [...]” (PALAU, 1996, p. 17).

Os tipos de reivindicações priorizadas por organização podem variar entre as denominadas “comuns” e as “específicas”. As reivindicações comuns às organizações camponesas são as de caráter sociopolítico, sendo facilmente identificadas nas organizações de

nível nacional. As reivindicações de caráter econômico-produtivo são encontradas no âmbito das organizações regionais, pois buscam considerar suas peculiaridades geográficas. Existem demandas específicas de algumas organizações, que podem operar nos níveis nacional, regional ou local. Podem-se citar como exemplo as organizações de mulheres, de jovens e de indígenas. No entanto, a maioria das organizações campesinas possui reivindicações mistas, com demandas sociopolíticas e econômico-produtivas (PALAU, 1996).

As organizações campesinas podem ser classificadas como movimentos territoriais, pois de acordo Maria da Glória Gohn (2010, p. 04), neste tipo de movimento “[...] o território torna-se um referente central para os projetos de agregação das ações coletivas e não mais as ideologias ou correntes de opiniões políticas [...]”.

Estas organizações campesinas buscam formar outras associações para tratar das demandas de caráter comum. De acordo com o Centro Cooperativo Sueco *We Effect* (2015), o Paraguai possui os seguintes espaços de cooperação campesina: a *Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas* (MCNOC), que é uma associação de organizações campesinas e indígenas que visa à reforma agrária e à agricultura familiar. Ela é utilizada como ferramenta de unidade, propostas, promoção, pressão, controle participativo e de representação.

Também existe a *Coordinadora de Organizaciones Campesinas e Indígenas del Paraguay* (COCIP), que é composta por cinco organizações campesinas de caráter nacional: *Organización Nacional Campesina* (ONAC), *Coordinadora Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas* (CONAMURI), *Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas* (MCNOC), *Movimiento Agrario y Popular* (MAP) e o *Central Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Populares* (CNOCIP). A *Federación Nacional Campesina* (FNC) e a *Liga Nacional de Carperos* (LNC) não estão inclusos neste grupo, porém são também organizações de caráter nacional.

A *Coordinadora de Empresas Asociativas Rurales* (CEARD) é uma organização de segundo grau formada por cooperativas e empresas associativas de caráter rural que buscam representar, defender e fortalecer a integração destas empresas como instrumento para melhorar a qualidade de vida das famílias campesinas através do esforço e da ajuda mútua.

A *Plataforma de Desarrollo Rural Sostenible* (PDRS) é integrada pela CEARD, COCIP e CLOC-Vía Campesina Paraguay, cujo objetivo é promover o desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar campesina. A PDRS é o resultado da preocupação que têm seus membros por impulsionar este modelo no interior das bases das organizações a partir das experiências de produção sustentável existentes.

A iniciativa *Proyecto Democratización de la Información* (DEMOINFO) é formada por

um conjunto de organizações e cooperativas campesinas. Dentre elas, as cooperativas de habitação por ajuda mútua, as organizações comunitárias e de residentes e as associações de rádios comunitárias, que buscam a democratização da informação sobre os direitos das pessoas da cidade e do campo que vivem em condições de pobreza. Para combater e resistir aos inimigos da reforma agrária, cujo perfil ultrapassa os limites das fronteiras, fez-se necessária a criação de uma rede de resistência entre as organizações campesinas que funciona a partir de trocas de experiências ocorridas via fóruns, conferências, internet, dentre outros espaços. No âmbito transnacional, esta rede possui a participação de outros movimentos sociais agrários – como os Movimentos dos sem-terra, do Brasil e a Via Campesina, da Argentina –, mas também de outros movimentos sociais que atuam dentro de temáticas em comum: movimentos sociais universitários, movimentos sociais em prol dos direitos humanos, movimentos sociais ambientalistas, movimentos sociais dos trabalhadores, dentre outros, que surgiram a partir da década de 90 (GOHN, 2003). Esta diversidade não enfraquece a luta e possibilita a troca de experiências, de estratégias, de apoio em prol do que os une em um só movimento:

O que essas facções contestam é a forma como a globalização se processa. O que une as várias entidades/organizações e suas facções num só movimento é o fato de todos serem contra a parcela do status quo vigente que legitima uma ordem socioeconômica e moral de injustiças, criando grandes distâncias entre ricos e pobres, incluídos e excluídos. Recusa-se às imposições de um mercado global, uno, voraz. Contestam-se também os valores que impulsionam a sociedade capitalista, alicerçados no lucro e no consumo de mercadorias supérfluas (GOHN, 2003, p. 35).

No Paraguai, estas características de territorialidade, de diversidade e de atuação em rede marcam a luta pela reforma agrária, pois o processo de globalização e desigualdade se processa dentro do país, que é marcado pelo domínio estrangeiro sobre sua economia e política.

As organizações campesinas são diversas no Paraguai, mas buscam atuar em conjunto, questionando as explorações, as desigualdades e os valores que o mercado global impõe ao Paraguai. Estes questionamentos serão analisados a partir dos conceitos de Soberania Alimentar, Soberania Territorial, Soberania Popular e Soberania Cultural, no decorrer deste trabalho.

1.3 A ORGANIZAÇÃO CAMPESINA MAIS RADICAL DO PARAGUAI

Antes de se ter o primeiro contato com os membros da *Liga Nacional de los Carperos*, informou-se pela mídia brasileira e paraguaia que se tratava de uma das organizações mais radicais do país. A construção do imaginário social sobre a LNC variava conforme os interesses

que estavam em jogo, desde lutadores a invasores.

O Paraguai é dotado de várias organizações campesinas, as mais conhecidas são: *Federación Nacional Campesina* (FNC), *Organización Nacional Campesina* (ONAC), *Movimiento Campesino Paraguayo* (MCP), *Movimiento Agrario y Popular* (MAP), *Central Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Populares* (CNOCIP), *Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras, Rurales e Indígenas* (CONAMURI), *Organización de Lucha por la Tierra* (OLT), *Movimiento Agrario del Paraguay* (MOAPA), *Alianza Campesina* (AC), *Movimiento de Trabajadores Rurales y Urbanos* (MTRU) e *Asociación de Agricultores de Alto Paraná* (ASAGRAPA).

No entanto, mesmo existindo várias organizações campesinas no Paraguai, a *Liga Nacional de Carperos*, durante o governo de Fernando Lugo e Frederico Franco, foi a organização campesina que mais realizou ocupações e adquiriu do governo o assentamento que, de acordo com o INDERT, tornou-se referência nacional.

Fernando Lugo teve o apoio de movimentos sociais durante sua campanha e prometeu realizar a reforma agrária no país. Indaga-se quais foram as características ou os fatores que levaram a *Liga Nacional de Carperos* ter realizado mais ocupações no país em comparação a outras organizações que possuíam mais tempo de existência. No entanto, alguns fatores dificultam um olhar mais amplo, pois parte (14 presos) dos líderes, da época do acampamento, está preso desde 2012 e ficará até que a Justiça Paraguaia investigue as mortes no massacre *Curuguay*. Na época foram presos 60 *carperos* acusados por 12 delitos, conforme Fogel (2013, p. 113). Dentre os delitos imputados ao grupo está o de “associação criminosa” (ATRIBUYEN, 2012). O atual líder da LNC, José Rodriguez, foi preso, em 2011, pelo crime de instigação ao delito (TELESUR TV, 2011), atualmente está solto; mesmo assim, o poder do Estado de tirar a liberdade e a vida afronta muitos campesinos.

A lógica econômica e social defendida pela LNC é divergente da lógica neoliberal. Eles são contra as privatizações, o uso indiscriminado de agrotóxico, “a cultura do lucro”, a desigualdade social e a exploração do trabalho camponês. Eles defendem que a “cultura do lucro” deve ser substituída pela cultura do ser humano pleno, com direito à vida, à terra, à saúde, à defesa da identidade cultural e o respeito aos direitos humanos fundamentais. Porém, para combater a nova lógica de mercado, faz-se necessário o fortalecimento do Estado para que este consiga limitar a atuação negativa nos atores transnacionais privados, os quais são contra as políticas sociais, a reforma agrária e também são propagadores de desigualdade.

No decorrer dos anos de 2010 a 2014, a LNC defendeu diferentes tipos de soberania: a popular, a nacional, a territorial, a cultural e, atualmente, a alimentar. Isto se deve às novas

configurações, diálogos e relações que estabeleceram com os movimentos sociais nacionais e transnacionais.

Escassas são as pesquisas brasileiras sobre a LNC em decorrência de barreiras como a distância, a língua (guarani), o receio das ações da EPP (Exército do Povo Paraguaio) que é um grupo de guerrilheiros de orientação marxista-leninista que surgiu em 2008 (mesmo ano do nascimento da LNC), e que as mídias paraguaia e brasileira propagam o boato (não existem provas) de que possuem relação direta com os *carperos*. Apesar de a mídia paraguaia não possuir amplo poder ao ponto de barrar a comunidade científica, ela, pelo menos, desperta o medo em alguns pesquisadores.

Algumas publicações brasileiras retratam a *Liga Nacional de Carperos* como a organização mais violenta do Paraguai, porém não conceituam ou sequer contextualizam o que consideram violência. Pode-se utilizar como exemplo o estudo de Kamila Silva, graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Na Revista *Fronteiras*, Silva (2013) fez a seguinte colocação sobre a *Liga Nacional de Carperos*:

Os *carperos*, que receberam este nome devido aos barracos de lona (carpa, em Espanhol) que instalam em propriedades que alegam ser ilegítimas, diferentemente do FNC agem de **forma mais violenta e não tão organizada** com constantes características **xenofóbicas** a estrangeiros latifundiários de qualquer origem. Devido à grande quantidade de brasileiros exercendo atividades agrícolas no país, estes são inevitavelmente os principais alvos das manifestações deste grupo (SILVA, 2013. p. 25-26, grifos nossos).

Analisando a publicação, não se trata de possuir alvos, mas de possuir objetivos, que, neste caso, é a busca pela reforma agrária. Os movimentos sociais do Paraguai, diferentemente do Brasil, em decorrência das legislações precárias e cheias de lacunas sobre a função social da terra e dos fatores históricos que construíram o país, perceberam que o caminho mais efetivo e de maior proporção é o de adquirir o direito a um pedaço de terra a partir daqueles que não possuem o título legítimo da propriedade. Não se trata de propriedade ilegítima e sim título da propriedade conforme expõe a autora.

As desapropriações, por interesse público destinado à Reforma Agrária, em decorrência da função social da terra no Paraguai, são inferiores em relação às desapropriações em decorrência da titularidade da propriedade, pois a própria legislação paraguaia deixou de regulamentar alguns aspectos essenciais, criando barreira para sua realização. Sendo assim, não são os brasileiros os alvos da LNC, e, por enquanto, também não são os latifundiários, mas sim os sujeitos que possuem títulos ilegítimos e que por consequência das políticas públicas de integração, do tratamento do público como privado, na época da ditadura e da corrupção

resultaram na maioria dos estrangeiros que hoje são detentores de grande parte das propriedades privadas rurais do país.

Não se enquadra em qualquer conceito de violência o fato de um movimento campestino ocupar terras que não exercem sua função social ou não possui títulos legítimos. Confundir estratégia e reivindicação com violência demonstra a falta de neutralidade por parte da pesquisadora.

Complicado é imputar que a *Liga Nacional de Carperos* possui atuação xenofóbica sem ao menos compreender a trajetória de defesa de sua cultura, que, nesta dissertação, chama-se de Soberania Cultural. A Carta das Nações Unidas, Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945 (BRASIL, 1945), estabelece como princípio o respeito à autodeterminação dos povos, o que afetará também na capacidade do país de eleger as políticas públicas nacionais e internacionais que protegerão seus membros. Esta proteção envolve o direito a uma alimentação adequada e livre de produtos que afetarão sua saúde (Soberania Alimentar - vide cap. V). Esta proteção também busca escutar a maioria da população na tomada de decisões e não apenas uma minoria hegemônica detentora de regalias (Soberania Popular). E, por fim, esta proteção deverá considerar os fatores históricos, culturais e socioeconômicos que ligam o homem, as mulheres e seus familiares a sua terra, garantindo o não sofrimento que as migrações causam à pessoa que as realiza e que, muitas vezes, a coloca a margem da nova sociedade. Chamar de xenofobia, sem antes ouvir o povo objeto do estudo, é favorecer o seu massacre, é desrespeitar a ética e seus códigos de conduta.

Algumas publicações brasileiras, baseadas em mídias de grupos com interesse no fato, chamam de “violência” as ocupações realizadas pelos paraguaios. É fato que nos últimos nove meses do governo de Fernando Lugo ocorreram 16 ocupações e no governo de Federico Franco aconteceram 14 ocupações. Destas 30 ocupações foi possível identificar os atores em apenas 16 casos, por meio de publicações midiáticas, sendo que 6 ocupações foram realizadas pela *Liga Nacional de Carperos* (LNC), 5 pelas Comissões locais, 2 pelas *Comunidades Indígenas*, 2 pelo *Movimiento Agrario y Popular* (MAP) e 1 pelo *Movimiento Campesino Paraguayo* (MCP), de acordo com informações da *Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción Al Desarrollo A.C.* (ALOP, 2013).

Para a mídia paraguaia, a *Liga Nacional de Carperos* é a organização campestina que mais realizava ocupações, no entanto, o termo que ela utilizada para esta ação dos campestinos é “invasão”.

Os meios de comunicação que apoiam os latifundiários estrangeiros - e o governo paraguaio - taxam, em suas reportagens, os campestinos como invasores e criminosos (ABC

COLOR, 2012). Dentre eles, destaca-se o jornal ABC Color (FOGEL, 2013).

No Brasil, as publicações sobre a *Liga Nacional de Carperos* são fundamentadas em jornais paraguaios, principalmente em publicações do ABC Color, que é uma das maiores empresas de comunicação. Não é à toa que boa parte das publicações brasileiras sobre a LNC carrega uma ideologia, que não permite ouvir a própria organização, divulgando apenas as partes que lhe interessam sem respeitar uma tentativa de neutralidade jornalística.

Diferentemente de outras organizações campesinas, a *Liga Nacional de Carperos* não possui uma página oficial onde se pode acompanhar suas atividades. Porém possui páginas em redes sociais, com temática específica, destaca-se a que trata sobre as mortes de *Curuguaty*, cuja página no *Facebook* intitula-se “*Qué paso em Curuguaty*” (QUE PASÓ, 2015). O líder da LNC possui também uma página pessoal nesta rede social, porém suas atualizações não são constantes. Muitas mortes de líderes campesinos ainda estão ocorrendo no Paraguai, atualmente, uma das organizações campesinas mais tradicionais do país, a *Federación Nacional Campesina* (FNC), teve seu líder assassinado, Nery Benítez, consoante dados da Alba TV (CARTA, 2014).

De acordo com Ramón Fogel (2013), sociólogo paraguaio, não é interessante para a Liga, que os meios de comunicação divulguem todos os líderes que compõem a organização e cada passo que será dado. Talvez este seja um dos diferenciais da LNC, que é uma das organizações que mais realiza ocupações no Paraguai.

Boa parte das informações propagadas no Brasil sobre a Liga Nacional de Carperos via mídia, possuem como fonte a *Agence France-Presse* (AFP), que é uma agência estrangeira no Paraguai, sua sede fica em Paris na França. Norberto Duarte foi o fotógrafo, que, de acordo com sites brasileiros, cobriu o movimento na época do acampamento em Ñacunday (DUARTE, 2012). No entanto, ao buscar a fonte de origem da matéria com a foto no site da *Agence France-Presse*, nada foi encontrado sobre a Liga Nacional de Carperos (AFP, 2015).

Os campesinos paraguaios alegam que empresas estrangeiras, dentre estas as francesas, são as causadoras dos embates, pois elas correm risco de perder, e algumas já perderam, suas terras em decorrência da ilegalidade dos títulos. Caso semelhante aconteceu em *Puerto Guaraní*, no Departamento do *Alto Paraguay*, no conflito entre campesinos e a empresa estrangeira *Abialor Paraguay S.A* (MANENA, 2015). De acordo com a Embaixada da França no Brasil (A FRANÇA NO BRASIL, 2014), a França é a primeira potência agrícola da Europa, para manter sua colocação é necessária uma enorme quantidade de terra que o país não possui, sendo necessário adquirir em outras nações.

O Paraguai possui terras com preços inferiores aos praticados nos países de origem

destas multinacionais. Enquanto que no Brasil, em 2012, o preço de 1 hectare de terra variava entre 5.000 a 10.000 dólares, em Chaco (Paraguai) uma terra desta dimensão era vendida a 350 dólares. Há dez anos, o preço desta terra era de 50 dólares o hectare, no Paraguai (ZIBECHI, 2014).

Em 2011, a concentração de terras nas mãos de estrangeiros correspondeu a maioria das terras com mais de 1.000 hectares, sendo 55% das terras pertencentes a brasileiros e 7,3% a outras nacionalidades (GALEANO, 2011 Apud FOGEL, 2013). Em 2012, aproximadamente 8 milhões de hectares, ou seja, 30% das terras aráveis pertenciam a estrangeiros, sendo 5 milhões de hectares pertencentes a brasileiros e 2 milhões foram comprados por uruguaios.

Segundo a *Dirección de Estadísticas y Censos* (PARAGUAY, 2012), o Paraguai possui uma superfície de 40 milhões de hectares, dentre estes 24 milhões são de terras aráveis. Aproximadamente 8 milhões são de terras concedidas irregularmente pelo Estado, sendo que, na América Latina, o Paraguai é o país com maior desigualdade social e com maior população rural, apenas 1% dos proprietários possui 77% da área produtiva, 40% dos agricultores possuem apenas 1% das terras e 53% da população vivia na pobreza (GALEANO, 2011 apud FOGEL, 2013).

A foto sobre Liga Nacional de Carperos considerada mais polêmica buscou representar os camponeses como uma milícia armada, como se estivessem realizando algo ilícito, motivo pelo qual estariam escondendo os rostos com panos. Esta foto foi publicada pela revista Veja, no dia 27 de setembro de 2012 (CARPEROS, 2012). Em seguida, exibe-se a foto e parte da reportagem:

Figura 1 - Camponeses armados se preparam para uma guerra pela posse da terra na fronteira com o Brasil (Alberto Espinola/AFP/AFP)



Fonte: CARPEROS, 2012.

Os ‘carperos’, camponeses sem-terra que exigem uma reforma agrária no Paraguai, longe de desaparecerem após o impeachment do ex-presidente Fernando Lugo, que os defendia, retomaram a sua ofensiva e agora exigem a expropriação de quatro propriedades de brasiguaios. Os chamados brasiguaios são colonos brasileiros e seus descendentes - cerca de 400.000 pessoas, segundo fontes oficiais - que chegaram nos últimos 50 anos e que protagonizaram uma revolução agrícola no leste do Paraguai.

"Se nos provocarem, ‘iputatrinka’ (haverá batalha, em guarani) e ninguém poderá ‘nos enfrentar. Muitos de nós vão morrer, mas eles também’, afirmou o líder camponês Federico Ayala à agência France-Presse no acampamento em que vive com outros 2.500 camponeses às margens do rio Ñacunday (leste), que desemboca no Paraná vários quilômetros depois.

‘Estas eram as terras de Anastasio Somoza (ex-ditador nicaraguense que morreu assassinado no Paraguai em 1980). Para lá, ficam as terras do (ex-ditador chileno Augusto) Pinochet’, aponta Ayala, que exige a expropriação de 4.000 hectares, atualmente explorados por brasiguaios.

Essa região produz entre 13 e 15 milhões de toneladas de grãos, principalmente soja, fazendo do Paraguai o quarto maior exportador mundial. O hectare está avaliado em cerca de 10.000 dólares. Além de Ñacunday, existem outros três focos de tensão nos departamentos de San Pedro, Alto Paraná (na fronteira com Brasil e Argentina) e Canindeyú (fronteira com o Brasil) (CARPEROS, 2012, s.p.).

A revista escolheu palavras que permitiram dar configuração diversa à imagem dos campesinos. Em vez de usar a palavra “lutam” preferiu colocar “exigem”, tentando demonstrar um tom de arrogância por parte do movimento. Também definiu a figura dos brasiguaios apenas como colonos, desconsiderando as palavras essenciais e mais utilizadas no discurso da LNC que é “latifundiários”, com títulos ilegais.

O texto da reportagem também dá crédito à suposta “revolução agrícola”, no leste do Paraguai, apenas aos brasiguaios, desconsiderando a participação da mão de obra barata dos campesinos paraguaios e o papel do Estado ao abrir as portas das vendas das terras por baixos valores. Muitos destes campesinos abriram mão de suas terras e as venderam a valores

irrisórios, porque não tinham como competir no mercado com os estrangeiros e o governo paraguaio carecia de incentivos. (FOGEL, 2013).

A revolução agrícola ocorreu baseada nos agrotóxicos, afetando a saúde da comunidade e dos trabalhadores envolvidos. Este fato será aprofundado no capítulo sobre a “Soberania Alimentar”.

No primeiro parágrafo da reportagem demonstra-se a preocupação com a duração da existência dos *carperos*, supondo, de forma indireta, que com o *impeachment* do ex-presidente Fernando Lugo, sem o seu incentivo político, a LNC deixaria de existir. Esta suposição é a mesma propagada pela oligarquia agroexportadora e dos sojeiros reunidos em grêmios.

Conforme já abordado, os movimentos sociais que lutam pela reforma agrária aumentaram no governo de Lugo. Para muitos, sua saída ou queda seria a possibilidade de impedir o aumento ou até mesmo a extirpação dos movimentos sociais. No entanto, os atos e os fatos demonstraram realidade diferente do esperado. O Paraguai sofreu em 2014 com uma “*huelga general*”, ou seja, greve geral.

Para reforçar a ideia de violência propagada pela foto, onde constam pessoas encapuzadas com armas nas mãos e a bandeira do Paraguai, foram escolhidos trechos isolados da fala dos entrevistados. As duas únicas frases escolhidas referem-se à morte e ao assassinato de um ex-ditador dono de parte das terras. Em nenhum momento a reportagem tratou da ilegalidade dos títulos, da corrupção que possibilitou muitos estrangeiros adquirir as terras ou algo semelhante.

Foto parecida foi incorporada ao procedimento de despejo, de 15 de junho de 2012. No entanto, as armas que aparecem nesta foto nunca foram encontradas, apenas uma escopeta foi apreendida, foi questionada a hipótese de pertencer a policiais infiltrados dias antes da ação (FOGEL, 2013).

1.4 ASPECTOS JURÍDICOS DA DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE PÚBLICO E AS DIVERGÊNCIAS DOCUMENTAIS

De acordo com informações disponíveis no site do *Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra* (INDERT, 2015c), o *Instituto de Reforma Agraria* (IRA) foi o primeiro órgão de aplicação da reforma agrária, no Paraguai, criado em 04 de junho de 1951, com a Lei nº 86. Ele se destinava mais a colonização do país do que a reforma agrária em toda sua extensão.

Em 22 de março de 1963, por meio da lei Nº 852, foi substituído o IRA pelo *Instituto*

de *Bienestar Rural* (IBR), cuja parte da legislação paraguaia ainda faz referência. Seu objetivo principal era a reforma agrária, porém a história desta instituição foi marcada por muita corrupção. De 1945 a 2004 o IBR entregou mais de nove mil hectares paraguaios que em regra deveria ser apenas para os camponeses que não possuíam terras (NACE, 2004).

Em 15 de julho de 2004, com a promulgação da Lei nº 2.419, foi criado o *Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra* (INDERT), cuja finalidade é “[...] promover a integração harmoniosa da população rural para o desenvolvimento econômico e social da Nação, conforme decreta a Constituição Nacional, artigos 114 a 116 [...]” (PARAGUAY, 2004). O INDERT herdou os direitos patrimoniais do IBR, esta mudança foi uma tentativa de melhorar a imagem da instituição executora, a qual passou por vários escândalos em decorrência do fornecimento de títulos de forma ilegal.

Boa parte das desapropriações ocorridas no Paraguai destinada à reforma agrária decorre da ilegitimidade do título do possuidor, em decorrência da falsificação ou ilegalidade procedimental. Este último é consequência da compra de terras por pessoas que não se enquadravam como beneficiários do Estatuto Agrário. Conforme art. 16 e 17 do referido estatuto, as pessoas que podem ser beneficiárias necessitam atender alguns requisitos. Para assentamentos agrícolas é necessário que a pessoa possua cidadania paraguaia independentemente do sexo, idade mais comprovado com o respectivo Certificado de Polícia de Identidade e ser de bom comportamento; trabalhe na agricultura como a principal atividade econômica; não pode ser proprietário de imóveis, exceto a de um urbano ou suburbano, ou possuir uma propriedade rural com superfície menor que um UBEF; também não pode ter sido beneficiário de terra pelo Instituto de Bem Estar Rural.

Existem outros beneficiários da presente lei, porém com determinadas limitações para cada caso. Os cidadãos estrangeiros podem adquirir terras, no entanto devem possuir residência permanente no país e não inferior a cinco anos, contados da data de vigência desta Lei; as pessoas singulares ou coletivas cuja atividade econômica se destinada ao beneficiamento, transformação e comercialização da produção agrícola; as cooperativas de agricultura, silvicultura e agroindustrial de produção e outras organizações de produtores e produtores rurais, formalmente constituídos; as Comunidades Indígenas, que tenham habitat sobre terras do patrimônio do INDERT; as organizações civis não-governamentais de interesse público, sem fins lucrativos, cujos objetivos de forma consistente com os efeitos da presente lei; as instituições oficiais do Estado para cumprir seus fins; e os veteranos da Guerra do Chaco, de acordo com as disposições da Lei nº 431/73.

Conforme exposto, os cidadãos estrangeiros com menos de cinco anos de permanência

no Paraguai, pessoas físicas ou jurídicas que não tenham como atividade econômica principal a produção agrária, dentre outras situações, não poderiam usufruir dos benefícios do referido Estatuto. Porém, existiu e ainda ocorrem práticas ilícitas em que pessoas com estas características adquirem a propriedade de um beneficiário, validando os títulos por meio de representantes locais do INDERT (HETHERINGTON, 2014).

Outros títulos decorrem de terras *malhavidas*, ou seja, terras públicas ou fiscais passadas para a iniciativa privada durante a Ditadura de Stroessner (1958-1988) por meio de “presentes” para militares e da corrupção do *Instituto do Bienestar Rural* (IBR) atual INDERT (SINDITAMARATY, 2015).

A Função Social da Propriedade decorre das Leis das Índias⁶, elaborado no período colonial do Paraguai (PÉREZ, 2004). Atualmente, ela está consolidada no Art. 109 da Constituição da República Paraguaia e no Art. 3º do Estatuto Agrário.

No Brasil (art. 186 da CF) a função social da terra exige quatro requisitos⁷, a do Paraguai exige apenas dois – uso eficiente, racional da terra e a sustentabilidade ambiental observando a legislação ambiental em vigor –, deixando de fora o critério de observância das disposições que regulam as relações de trabalho e da exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. Tal omissão foi proposital, pois a inclusão destes critérios ampliaria as possibilidades de desapropriação e o aumento de terras destinadas à reforma agrária, considerando também que o Paraguai é marcado pela exploração do trabalho informal, do trabalho escravo e do trabalho infantil (PEREIRA, 2015).

Com o segundo (1963) e o terceiro (2002) estatutos agrários, novas diretrizes permearam o foco da reforma Agrária, que agora destinava a incorporação efetiva da população rural para o desenvolvimento econômico e social da nação levando em consideração um sistema de distribuição equitativa da propriedade e posse da terra, dispondo de crédito, tecnologia, educação e cuidados de saúde dos agricultores.

A produção, a industrialização e a racionalização do mercado foram incentivadas por meio da criação de cooperativas agrícolas e outras associações similares visando o desenvolvimento integral da agricultura (PARAGUAY, 1992).

De acordo com o Art. 115, da Constituição da República do Paraguai, de 1992, a reforma

⁶ Eram ordenações estabelecidas para organizar a vida nas colônias espanholas.

⁷ Requisitos para o cumprimento da função social da terra no Brasil (Art. 2º, § 1º, da Lei 4504/64 – Estatuto da Terra): a) favorecer o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) manter níveis satisfatórios de produtividade; c) assegurar a conservação dos recursos naturais; d) observar as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem (Art. 2º, § 1º) (BRASIL, 1964).

agrária e o desenvolvimento rural devem ser executados de acordo com as seguintes regras: (a) adoção de um sistema de impostos e outras medidas para incentivar a produção, a posse de terra e assegurar o desenvolvimento da pequena e média propriedade rural, de acordo com as peculiaridades de cada região; (b) racionalização e de regularização do uso da terra e práticas agrícolas para evitar a degradação, bem como a promoção da produção agrícola intensiva e diversificada; (c) promoção de pequenas e médias propriedades; (d) programação de assentamentos rurais; (e) atribuição de lotes de propriedade da terra aos beneficiários da reforma agrária, fornecendo a infraestrutura necessária para a liquidação e enraizamento, com ênfase nas estradas, educação e saúde; (f) estabelecimento de sistemas e organizações para garantir preços justos para os produtores primários; (g) concessão de empréstimos agrícolas, a baixo do custo e sem intermediários; (h) defesa e preservação do meio ambiente; (i) criação de um seguro agrícola; (j) apoio às mulheres rurais, especialmente que as que são chefes de família; (l) participação das mulheres rurais, em igualdade com os homens, nos planos de reforma agrária; (m) participação dos sujeitos de reforma agrária no respectivo processo e a promoção de organizações de agricultores para defender os seus interesses econômicos, sociais e culturais (n) apoio preferencial a compatriotas em planos de reforma agrária; (o) educação do agricultor e da sua família, a fim de treiná-los como agentes ativos do desenvolvimento nacional; (p) criação de centros regionais para o estudo e caracterização de solos agroecológicos para estabelecer áreas agrícolas em regiões adequadas; (q) adoção de políticas para estimular o interesse da população na agricultura através da criação de centros de formação profissional nas zonas rurais, e (r) promoção da migração interna, com base em razões demográficas, econômicas e sociais (PARAGUAY, 1992, s.p.).

No Estatuto Agrário, Lei nº 1.863/02, Capítulo XVII, Título Único, “*De la Expropiación*”, art. 94, afirma-se que os imóveis rurais de domínio privado sujeitos a expropriação e a declaração de interesse social são: (a) os imóveis que não estão racionalmente utilizados, que sejam aptos para a formação de colônias agropecuárias e se encontram localizados com problemas de índole social; (b) os que servem de assento para populações estáveis, consolidadas há mais de dez anos, sob os termos e requisitos da Lei nº 622/60, De Colonização e Urbanização e Feito; e (c) os imóveis afetados pela Lei nº 662/60, De Parcelamento Proporcional de Propriedades Maiores, conforme procedimento indicado na mesma (PARAGUAY, 2002).

Nas situações dos parágrafos "b" e "c", não ocorrerá à expropriação se o proprietário mostrar interesse de realizar uma colonização privada dentro de 90 dias. Diante desta situação, haverá a intervenção do Órgão de Aplicação (INDERT), que será responsável pela atuação de

forma que não ocorra dano ao imóvel.

O projeto de expropriação poderá ser iniciado por meio de iniciativas parlamentares. Também, por meio do Poder Legislativo será publicada a lei que classifica determinado imóvel como de utilidade pública. Conforme Pettit e Franco (2001), este ato não é de natureza legislativa *stricto sensu*, mas, de natureza administrativa.

O procedimento para expropriação possui duas fases. A primeira fase é a administrativa, na qual o poder Executivo poderá decretar a expropriação do imóvel com fundamento na classificação legislativa, segundo Machuca (2010). Antes de iniciar o procedimento, o órgão de aplicação (INDERT) dará prazo de 30 (trinta) dias para o proprietário se manifestar, a contar da notificação, conforme artigo 71 da referida lei. Transcorrido este prazo, não havendo resposta ou nenhum interesse em efetuar a colonização da terra de forma privativa, o poder Executivo dará início a desapropriação do imóvel por meio da solicitação do Organismo de Aplicação, acompanhado dos estudos – agro econômico e ambiental que justifique a viabilidade integral do projeto de assentamento – previstos em lei. Mas, caso haja o interesse de colonização de forma privativa, será dado mais 60 (sessenta) dias de prazo para iniciar a preparação da colonização, podendo este prazo ser prorrogado após a solicitação do proprietário ao órgão de aplicação. A extensão deste prazo dependerá de cada caso (PARAGUAY, 2002).

O procedimento para a expropriação está contido no artigo 96 da Lei nº 1.863 de 2002. Ele informa que o INDERT deverá notificar o proprietário das etapas que serão realizadas, depois fará os estudos de Avaliação de Impacto Ambiental, e de Uso e Potencial dos Solos. Buscará comprovar o estado de utilização do imóvel, demonstrando as terras aptas para a criação de um assentamento colonial; comprovará a existência de um problema social na respectiva área; fará uma declaração nos termos desta Lei, em relação se a propriedade é ou não colonizável e sujeita a expropriação conforme as conclusões e conforme seus resultados (PARAGUAY, 2002).

Se o proprietário for ignorado ou possuir endereço desconhecido, será notificado o Registro de Poderes, para que este realize publicação de anúncios em um jornal de grande circulação de Assunção, dez vezes no prazo de trinta dias.

A segunda fase é a judicial, é iniciada quando não há acordo entre as partes e foram esgotadas as instâncias administrativas. O proprietário poderá questionar a classificação como de utilidade pública dada pelo poder executivo via lei, como também, o valor da indenização fixada pelo executivo.

Havendo acordo entre as partes, o procedimento aplicado será a do artigo 225, da Lei nº 22 de 1909, que trata da Organização Administrativa e Financeira do Estado, diz que o

Executivo pode pagar ao proprietário o valor acima da avaliação e dos pareceres técnicos, considerando o valor justo da coisa e da compensação (PARAGUAY, 1909).

Conforme Pereira (2015), apesar destes objetivos tão amplos e visionários, a legislação do país carece de normativas que possibilite a consolidação da reforma agrária levando em consideração todas estas diretrizes.

1.5 TÍTULOS VERSUS DERECHAS

Após a expropriação, o INDERT divide a propriedade e concede as licenças para os solicitantes, as quais são intransferíveis. Estas licenças são conhecidas popularmente como *derechas*, que são formulários de uma página, contendo o nome do ocupante e o número do lote. Segundo Hetherington (2014), a partir da expedição deste documento, o responsável terá de pagar quotas anuais na época da colheita do algodão.

O beneficiário poderá adquirir apenas um lote colonial agrícola (art. 43), podendo este ser de forma onerosa ou gratuita (art. 29, 40, 41, 44 e 59). Depois de finalizar o pagamento das *derechas*, os agricultores recebem o título da terra com algumas limitações, dentre elas, está a impossibilidade de vendê-la no prazo de 10 anos (HETHERINGTON, 2014).

2 DO ACAMPAMENTO EM ÑACUNDAY PARA ASSENTAMENTO NA COLÔNIA DE SANTA LUCÍA EM ITAKYRY

Este trabalho foi produzido no Oeste do Paraná, no Brasil, região de origem da maioria dos produtores rurais brasileiros que possuem terras no Paraguai, em decorrência disto, obtive a oportunidade de conversar com alguns destes produtores. Um destes deles juntamente com sua esposa, expressou que não vê com bons olhos esta pesquisa sobre a *Liga Nacional de Carperos* do Paraguai e do assentamento que consideram um novo modelo, pois entendem que se estaria “dando voz” ao grupo e demonstrando ao Estado que a criação de assentamentos dá reconhecimento internacional desta política pública. Isto poderia ocasionar a perda de terras para outros brasileiros, que adquiriram a terra de boa-fé, sem saber que existiam vícios nos títulos. As relações no período militar eram baseadas na confiança e não na burocratização do Estado. Questionar um documento da autoridade era considerado uma insulta. A palavra da autoridade dava a legitimidade ao documento culturalmente falando, muito mais do que o procedimento que aquele documento seguia.

A burocratização afastou o aspecto pessoal das relações, deixando-a impessoal, longe dos atos de confiança na pessoa. A formalização e supervalorização do processo mais do que a palavra oral, juntamente com o processo de democratização, permitiu o questionamento destes documentos dentro da liberdade de expressão e da participação cidadã. No Paraguai, pedir para mostrar o título de terra é considerado ainda um insulto por parte de pessoas que ali desbravaram. Entendem que trouxeram avanços para o país, deram empregos para os campesinos que não tinham capital para melhorar a produção.

Como pesquisadora, acredita-se em um nível necessário de neutralidade, não possuo terras e nem parentes no Paraguai, não tenho ligação com nenhum assentamento, porém tenho muita curiosidade em entender como um grupo tão desprivilegiado economicamente abalou as estruturas de um país recém-democratizado. Esse abalo envolveu o *impeachment* de um presidente, a criação de um assentamento modelo e a intervenção de países vizinhos. Deseja-se entender como pensam, como é sua ideologia e suas experiências no acampamento em Ñacunday e no assentamento de Itakyry.

Conforme o principal estudioso da LNC, no Paraguai, Ramón Fogel (2013), a organização possui 50.000 membros, 254.000 famílias e que as *comisiones vecinales* possuem em média 260 campesinos.

A LNC é uma organização campesina de nível nacional, composta por 193 *Comisiones Vecinales*, criada há três anos na *Plaza Uruguaya*, em *Assunción*, em reunião com líderes

insatisfeitos com as organizações campesinas tradicionais. Suas reivindicações são: o acesso à terra; o desenvolvimento campesino, o aumento do valor do imposto sobre a soja, destinando-o para a produção cooperativa com a constituição de comunidades sustentáveis; a recuperação da soberania nacional; a troca estrutural do modelo agroexportador, que favorece uma minoria, para o modelo agroindustrial que permite o desenvolvimento do mercado interno.

Suas lideranças entendem que para conquistar estes objetivos é necessária a atuação em conjunto, que a reforma agrária se faz por meio do Estado; sendo assim, é necessário o apoio do poder legislativo, do poder judiciário e do poder executivo. A *Liga Nacional de Carperos* busca o aumento da representatividade dos setores campesinos no Congresso Nacional. Para ganhar este apoio, é necessário dar voz ao povo campesino de forma coletiva, pressionar para alcançar as reivindicações da organização.

Em atuação em conjunto com outras organizações, na “*Huelga General*” (greve geral), realizada no dia 26 de março de 2014, em que se esteve presente, foi pleiteada a participação das mulheres campesinas nos programas de reforma agrária, foram elas que permitiram a continuidade do país após os efeitos da Guerra do Paraguai (1864-1870), que dizimou boa parte da população masculina.

Também foi pleiteada a expropriação de latifúndios improdutivos; a adoção de um sistema tributário que estimule a produção rural, modelo econômico que responda os interesses nacionais; a não discriminação dos trabalhadores; mais direitos trabalhistas; mais políticas de emprego; salário justo que permita ao trabalhador e sua família uma vida digna; implementação da reforma agrária; abolição da Lei de Aliança Pública e Privado (APP); fim das políticas antipopulares; abolição da Lei de militarização; fim das repressões; mais liberdade de manifestação, associação e de reunião; retirada da base militar norte-americana em Santa Rosa del Aguary e a solução do caso de Curuguaty que resultou na morte de vários campesinos⁸.

⁸ Informações retiradas dos documentos coletados no local, folhetos que foram distribuídos e que seguem anexo – Anexo III.

Figura 2 - Greve Geral no Paraguai. Concentração na praça da Democracia, em frente ao Congresso Nacional



Fonte: Arquivo pessoal, 26 mar. 2014.

Figura 3 - Greve Geral no Paraguai. Concentração na praça da Democracia, em frente ao Congresso Nacional. Campesinos pedem a liberdade dos campesinos presos.



Fonte: Arquivo pessoal, 26 mar. 2014.

Figura 4 - Greve Geral no Paraguai. Campesinos pedem a liberdade dos campesinos presos.



Fonte: Arquivo pessoal, 26 mar. 2014.

As ações dos campesinos são: ocupações, acampamentos em lugares próximos às terras pretendidas buscando obter mais informações, campanhas, greves e piquetes.

2.1 ÑACUNDAY

O distrito de Ñacunday possui uma superfície de 85.000 hectares e 53% desta área pertence ao *Grupo Favero*, grande produtor de soja transgênica no país. Parte das terras adquiridas por meio da transferência de terras de Sylvia Amalia Barthe (herdeira de Domingo Barthe), em 1999, para a empresa AGROTO, pertencente ao *Grupo Favero*. Os campesinos acreditam que parte destas terras pertence ao Estado e que elas estão ligadas a uma ação judicial da década de 50, cuja sentença saiu em 1953 restituindo ao governo 257 mil hectares (PARO, 2011).

O maior acampamento já realizado pela *Liga Nacional de Carperos* ficou localizado neste distrito, que durou de abril de 2011 a março de 2014, no entanto, este acampamento teve deslocamentos em três momentos. Inicialmente, 400 famílias ocuparam 3.000 hectares da Fazenda *Espigón* do *Grupo Favero*. Em 13 de julho de 2011, após serem despejados, os *carperos* instalaram o acampamento próximo à torre de transmissão de energia da *Administración Nacional de Eletricidade* (ANDE), sendo novamente despejados por ordem judicial em 19 de dezembro de 2011. Em março de 2012, os *Carperos*, por orientação do governo, que prometeu buscar terras para assentá-los, ficaram instalados no Parque Ñacunday,

de propriedade pública.

Estas transições foram marcadas por conflitos, violências, medos, esperança, estigmas e precariedades. Os líderes da organização campesina pressionavam para obter condições básicas para os acampados. O número de *carperos* no local multiplicou-se alcançando, em março de 2012, o total de 4.000 famílias, sendo que a metade se deslocava constantemente para a *Cidade del Este* para trabalhar e buscar mantimentos, porém não perderam os laços com o acampamento.

Foram necessárias 35 *comisiones vecinales* para organizar o cotidiano do acampamento. Neste período, as decisões eram tomadas em assembleias, com a existência de delegados e participação direta. Nas articulações participavam os presidentes, no entanto, existe uma política interna de não revelar os nomes de todos os líderes por receio de perseguições e assassinatos, que marcaram a história do Paraguai desde o período da ditadura.

Sabe-se que uma das estratégias para desmobilizar um grupo é atingir seus líderes, porém, a *Liga Nacional de Carperos* busca não possuir uma estrutura rígida, suas mobilizações não ocorrem de cima para baixo. O processo de mobilização ocorre a partir da motivação de seus membros e não com a imposição de regras e normas, porém estas existem para moldar as ações e não para iniciar as ações. Conforme o movimento cresce, fica mais difícil controlar os conflitos internos.

Em regra, não se dedicam a uma ocupação de cada vez, pois facilitaria a união de força dos grupos considerados inimigos no ataque. Este é um dos motivos de serem reconhecidos como a organização campesina que mais realiza ocupações.

Um dos requisitos para ser um *carpero* é não possuir casa nem terra, é participar das ações buscando construir sua identidade por meio da interação com os demais membros. Seus objetivos e ideologias são passados por meio de reuniões, assembleias e escola campesina. No entanto, ser um *carpero* dá *status* inferior para às pessoas vivem no meio urbano e para a oligarquias, pois os *carperos* são estigmatizados como delinquentes, vagabundos dirigidos por oportunistas e aventureiros.

Os líderes da Liga Nacional de Carperos buscam dialogar diretamente com o governo paraguaio, evitam fazer “conchavos” com outros políticos.

Em Ñacunday, o número de acampados diminuiu a cada “batida” policial, perseguições midiáticas, prisões, mortes e divergências nas escolhas dos tipos de ações a serem realizadas. Em 15 de março de 2011, 97 *carperos* foram detidos e 101 processados. Cinco dias depois o cabeça da *Liga Nacional de Carperos*, Victoriano Lopez, foi preso preventivamente acusado de abuso sexual de uma menina de 12 anos, resistência e invasão de imóveis. A cada

medida fiscal, novas acusações ocorriam contra os *carperos*. O líder da LNC ficou preso por 5 meses e 5 dias, sendo solto em 3 de novembro de 2012. Com a prisão, o movimento perdeu força aumentando as divergências internas. Uma nova figura *carpera* ganhou nome na mídia, José Rodriguez, que se formou agrônomo na *Universidad Nacional de Asunción* em 1994. Outro líder *carpero* identificado pela mídia foi Eulálio Lopes. Ambos, em algum momento, já foram detidos pela polícia.

No entanto, o medo se alastrou em Ñacunday após o massacre em Curuguaty, em 15 de junho de 2012, que ocasionou a morte de 11 campesinos e 14 prisões. Apesar de não mais viverem na ditadura, a democracia do Paraguai foi questionada.

A pressão da oligarquia paraguaia ocasionou a destituição do presidente do INDERT e a desistência da medida judicial das terras de Ñacunday, conforme Resolução nº 382, de 18 de julho de 2013.

Figura 5 - Assentamento da *Liga Nacional de Carperos* em Ñacunday



Fonte: CESAN, 2012.

2.2 ITAKYRY

A Colônia de Santa Lucía surgiu em 1970, porém foi criada em 1994, através da resolução do Presidente. Sua superfície era de 6.329 hectares e existia uma tentativa do governo (IBR) de realizar uma colônia de campesinos paraguaios. A região tinha forte presença de brasileiros atraídos pelos baixos preços das terras, que foram loteadas por empresas privadas. No entanto, o primeiro objetivo não deu certo e os lotes foram vendidos.

Algumas terras também foram vendidas pelo *Instituto de Bienestar Rural*, antecessor do INDERT, outras terras foram abandonadas por camponeses forma expulsos e algumas terras foram vendidas de forma irregular. O INDERT determinou a devolução para o Estado das terras vendidas irregularmente. Estas terras são compostas por parte uma arenosa e outra formada por barro. Atualmente, no distrito de Itakyry, a base econômica é a soja, segundo Vera e Lezcano (2014).

Conforme Ferreira (2014), em 28 de maio de 2014, iniciou-se a transferência de aproximadamente 570 famílias de Ñacunday para a Colônia de Santa Lucía, no distrito de Itakyry, no Departamento do Alto Paraná. A Colônia fica a 140 quilômetros da *Ciudad del Este* e 500 quilômetros de Assunção.

O distrito de Itakyry é um dos 22 distritos que compõe o Departamento do Alto Paraná, que é o segundo departamento mais povoado do país, de acordo com a *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos* (2013).

Figura 6 - Colonia Santa Lucía: modelo de la reforma agraria en Paraguay.
Localização do Distrito de Itakyry no Departamento do Alto Paraná



Fonte: INDERT, 2015.

Para o INDERT, a Colônia foi “refundada” com uma comunidade de 5.000 habitantes, incluindo as famílias assentadas. Foi necessária a atuação de 17 instituições envolvidas na prestação dos serviços básicos incluindo eletricidade, distribuição de água potável, assistência técnica para a produção, serviços médicos, educacionais e construção das casas, conforme reportagem da ABC Color (INDERT, 2012). Os dados sobre os assentados não são considerados de forma individualizada, mas coletivamente, considerando a unidade familiar composta por sete membros.

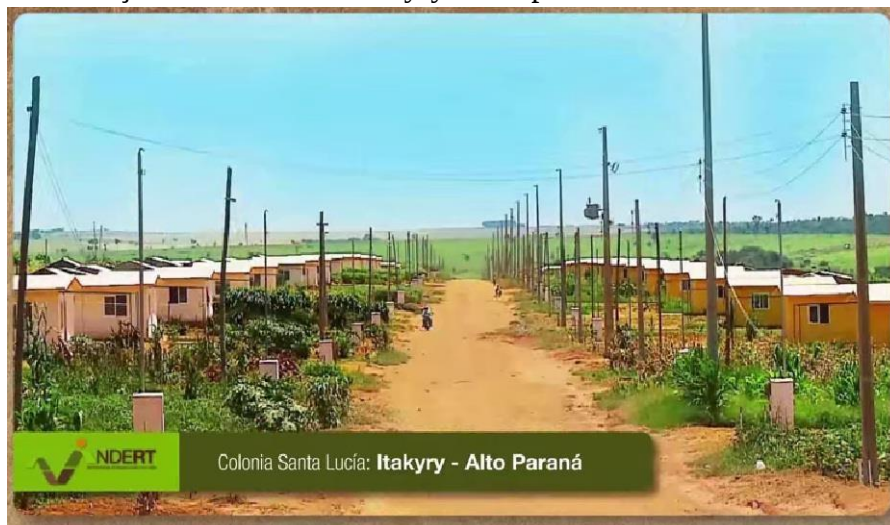
O *Centro de Entrenamiento Conjunto de Operaciones de Paz* (CECOPAZ), de origem

militar, coordenou a operação de mudança e assentamento definitivo das famílias em Santa Lucía, dispondo-se na perfuração de postos artesianos, distribuição de água potável, habitação e agricultura inicial.

Conforme vídeo do INDERT, cada família recebeu um hectare para cultivo de produtos para autoconsumo e 5 hectares para cultivo destinado a renda, assistência alimentar, sistema de saúde, escola e capacitação técnica. O assentamento decorreu da reversão de mais de 3.000 hectares vendidos irregularmente, que voltaram para as mãos do Estado. Atualmente, mais de 370 famílias receberam seu certificado de ocupação.

O modelo de assentamento adotado pelo INDERT coloca as terras destinadas para o plantio perto da cidade, para que as famílias tenham acesso mais fácil ao local de trabalho. A preocupação de parte dos campesinos com este modelo é o roubo da produção e as visitas inadequadas que suas esposas possam sofrer enquanto eles estiverem trabalhando, como apontam Vera e Lezcano (2014).

Figura 7 - Colonia Santa Lucía: modelo de la reforma agraria en Paraguay.
Localização do Distrito de Itakyry no Departamento do Alto Paraná - 2



Fonte: INDERT, 2015.

Figura 8 - Colonia Santa Lucía: modelo de la reforma agraria en Paraguay. Localização do Distrito de Itakyry no Departamento do Alto Paraná - 3



Fonte: INDERT, 2015.

Ao serem transferidos para a Colônia de Santa Lucía, os camponeses instalaram suas tendas ao arredor das casas temporárias e também das permanentes que eram pré-fabricadas e estavam sendo construídas naquele momento pelo governo, de acordo com Ferreira (2014).

De acordo com o vídeo do INDERT (2015a), os estudos técnicos realizados apontaram que nesta superfície existiam 2.750 hectares sem títulos, 953 hectares com títulos, 437 hectares de reserva florestal, totalizando desta forma 4.130 hectares, sendo 3.187 hectares recuperáveis.

Em 13 de janeiro de 2015, houve o primeiro enfrentamento entre sojeiros da colônia e carperos. Houve tiros com balas de borracha e feridos (COLHEITA, 2015). O assentamento não dispõe de transporte público e os campesinos estão praticamente ilhados. Para realizar a pesquisa de campo foi necessário ir com carro próprio, pois os taxistas cobravam altos valores para ir até o assentamento em decorrência do suposto risco.

Em 14 de fevereiro de 2015, o dirigente da Comisión Vecinal, Juan Noguera, manifestou, na mídia, que existia um descontentamento por parte dos campesinos, que foi pauta da reunião daquele dia. O problema estava nas terras para a renda, visto que parte delas é improdutiva e que até aquele momento apenas 140 famílias das 575 possuíam certificado, além de estarem sendo molestados pelos supostos donos (SANTA, 2015)

3 OS CARPEROS DESEJAM SER OS NOVOS LATIFUNDIÁRIOS?

Os carperos são acusados constantemente pela mídia e por outros sujeitos de quererem tornar-se os novos latifundiários. Apesar de o termo camponês ser utilizado com maior frequência no discurso dos integrantes do assentamento, o seu ideal de funcionamento da unidade de produção é classificado como agricultura familiar moderna, em decorrência da tendência à medianização do ponto de vista da lógica produtiva familiar, com constância do papel da família nas relações de produção e de sua inserção na modernidade e na busca de maior autonomia possível (LAMARCHE, 1998). A não compreensão de suas demandas como agricultores familiares, passíveis de integração com o mercado moderno e o estereótipo de camponês, cuja produção se destina apenas para a subsistência, interfere, também, nos parâmetros de assentamento adotado. Por destinar parte da produção para o mercado moderno, os agricultores familiares necessitam de mais terra para realizar seu plantio, boa localização e formação de uma rede adequada para escoamento dos produtos, e de transporte coletivo para que as famílias possam se integrar com a cidade, possibilitando-as exercer a pluriatividade para complementar a renda, quando fatores naturais, sociais e políticos as exigirem.

Os saberes e valores da cultura camponesa existem desde o período neolítico, acumulando traços, reinventando-se em cada sociedade com seu processo histórico e estrutural. O conceito de camponês como categoria científica de destaque nas ciências sociais brasileira ocorreu por volta de 1950. Ao final do século XX, o conceito de agricultura familiar foi proposto como aspecto norteador do conceito de camponês, em relação ao desenvolvimento do capitalismo na realidade agrária (MARQUES, 2016 apud STEDILE, 2016).

A construção do conceito do camponês teve início na Europa, no período da idade média (MARQUES, 2008), mas a nomenclatura antecede esse período, muitas vezes de forma imprecisa. Essa imprecisão decorre da não necessidade de delimitar o termo camponês – como no caso dos gregos, egípcios e espanhóis –, pois a estrutura social da época não exigia isto (CARRARA, 2008).

Fatores como o contexto social, a separação do possuidor da posse em relação ao possuidor da propriedade, a própria construção da ideia de propriedade em diferentes sociedades e tempos, somadas as diferenças das estruturas sociais, da divisão social do trabalho, das diferentes formas de apropriação da terra e da variedade de forma que ligam o trabalhador com a terra, influenciam direta e indiretamente nas mudanças e nos limites da palavra camponês.

A teoria sobre o campesinato é desenvolvida por meio de diferentes enfoques e

considera a complexidade de cada realidade social. Não é de estranhar que dependendo do ponto em que se parte a observação da realidade social, o resultado da análise pode ser diferente, com concepções divergentes entre si.

A compreensão da questão agrária está, inicialmente, marcada por análises estruturais, reunindo autores como Lênin, Kautsky, Chayanov e, em um segundo momento, é efetivada pela compreensão conjuntural realizada por Abramovay, Lamarche, Mendras, dentre outros.

Ademais, é possível olhar a realidade do campesinato por meio de uma perspectiva macroeconômica, assim como foi feita pelos marxistas clássicos – Karl Marx, Lênin e Kautsky –, ou a partir de uma perspectiva microeconômica, acolhida por Chayanov e outros autores neoclássicos, incluindo os neomarxistas (DEPONTI, 2007).

Dentro das divergências e contradições, existem autores que reconhecerão ou não os camponeses como classe social; como um modo de vida, continuidade e ruptura. O olhar científico sobre o campesinato pode ser construído por meio do materialismo dialético e também da construção de tipologias.

Por este motivo, ao iniciar a pesquisa é necessário situar o tempo, o local e o público que determinará a terminologia adotada, facilitando a compreensão das teorias que dialogarão, bem como evitar preconceitos e barreiras no debate. Não é interesse desse trabalho destrinchar o uso do termo camponês nos últimos dez mil anos, mas diferenciar as concepções de grandes estudiosos, para, assim, delimitar a linguagem e classificação que será adotada nesta pesquisa.

Além dos aspectos acima citados, a amplitude da população considerada camponesa varia em decorrência dos aspectos regionais de cada país. No caso brasileiro, podemos citar os seguintes: labradores, varzeiros, ribeirinhos, quilombolas, extratores, posseiros, colonos, assentados, castanheiros, seringueiros, meeiros (VIA CAMPESINA, 2004) – este rol não é taxativo, mas exemplificativo.

No Paraguai, o termo camponês é mais usual do que no Brasil. Nos anos 50 o conceito camponês ganhou status nas ciências sociais brasileira (MARQUES, 2008), mas com a globalização, os termos tendem a uma amplitude, a uma homogeneização que desconsidera as especificidades de cada realidade social.

Assim, partindo do estudo de autores como Karl Marx, Engels, Lênin, Gramsci, Tepicht, Chayanov, Abramovay, Lamarche, Mendras, Wanderley e Eric Sabourin, focar-se-á na análise do conceito de camponês e de agricultura familiar: sua relação, suas divergências, rupturas, permanências e seus paradigmas. Para alguns desses autores, o conceito de campesinato se diverge do conceito de agricultura familiar, para outros, o campesinato é a continuidade da agricultura familiar.

3.1 DOS CLÁSSICOS DA TEORIA CAMPESINA

As teorias consideradas clássicas neste trabalho são aquelas que deram base a outras produções científicas, mas que consideram o campesinato a partir da concepção de classe social e com foco nos aspectos econômicos.

Karl Marx em meados do século XIX e início do século XX, nas obras “Manifesto do Partido Comunista” (1848) e “O 18 Brumários de Luís Bonaparte” (1851) e não buscou conceituar o camponês, mas sim, analisar o papel do campesinato no processo revolucionário.

O autor deixa claro que o principal agente revolucionário é o proletariado urbano, que seria dirigente nesse processo, enquanto que o campesinato seria uma força auxiliar na busca de superação do capitalismo. Isto decorre porque para Marx e Engels, o campesinato é considerado uma classe conservadora, às vezes contrarrevolucionária e apegada à propriedade privada. Seu *modus vivendi* era incompatível com a ordem do sistema capitalista (CUNHA, 2012). Essa incompatibilidade decorre do fato que o campesinato tende a “[...] abrir mão da taxa de lucro e da renda da terra, satisfazendo-se com a remuneração de assalariados de si próprios. Nessa perspectiva [...] não se regularia pela taxa de remuneração capital [...] criando barreiras para acumulação do capital [...]” (COSTA, 2014, p. 191-192). Isto poderia ocasionar a extinção do campesinato, ponto este que divergirá com vários outros autores contemporâneos, que defendem a teoria de adaptação do campesinato dentro do capitalismo e a teoria de recampanização.

Apesar dessas barreiras, Engels, na obra “As guerras camponesas na Alemanha” (1850), defendia a inclusão dos camponeses como aliados, pois o proletariado industrial não era maioria do povo alemão e essa inclusão viabilizaria a capacidade estratégica e de intervenção. Ele não acreditava na exclusão desse grupo, pois além de serem mais numerosos, eles estavam sofrendo com a exploração decorrente do sistema capitalista. A política de superação dessa condição ocorreria de forma gradativa, com a eliminação da propriedade privada, implantação da propriedade coletiva e do cooperativismo que permitiriam sua reprodução social – aspecto oposto oferecido pelo sistema capitalista (CUNHA, 2012).

Conforme Paulo Ribeiro da Cunha (2012), ao analisar o campesinato russo durante a política tsarista, Lênin, na obra “Duas táticas da social-democracia na Revolução Democrática” (1905), também não conceitua o camponês, mas analisa o campesinato como ator político e histórico no processo revolucionário, partindo da perspectiva macroeconômica. Assim como Karl Marx, ele entende que o camponês deveria ser incluído como força auxiliar, mas buscando aplicar os princípios norteadores do socialismo científico. No entanto, essa

força não era tão confiável em decorrência das suas aspirações de pequeno-burguês.

Para Lênin, a viabilidade da ação política e a aplicação de uma estratégia revolucionária possuíam como barreira a heterogeneidade do campesinato. Os operários deveriam lutar ao lado dos camponeses pobres, mas os intelectuais da vanguarda de classe precisavam cuidar da educação dos camponeses e de seus possíveis desvios (CUNHA, 2012).

Caberia, também, ao partido político desenvolver a consciência política nos camponeses, pois o partido seria uma ferramenta necessária e autônoma de participação e transformação dos trabalhadores (CUNHA, 2012). No seu programa agrário, Lênin defendia a nacionalização das terras, a imediata abolição da propriedade privada, as transformações dos latifúndios em fazendas-modelo, a possibilidade de arrendamento das terras do Estado e o cultivo por meio de cooperativas (GERARDI; SALAMONI, 2014, CUNHA, 2012)

Lênin acreditava na desintegração (ou descamponização) do campesinato (antigo patriarcal), com o surgimento de outros grupos tolerados pela economia capitalista, com a intensificação dos seus extremos classistas decorrentes da eliminação dos camponeses médios, resultando na burguesia rural e no proletário rural (DEPONTI, 2007).

Antônio Gramsci nos artigos “Democracia Operária” (1919), “Operário e camponeses (I, II, III)” (1919-1912) e “Conselho de Fábrica” (1920), analisa o período antes da ascensão do fascismo na Itália, considerando a realidade da Primeira Guerra, entre 1914-1918, e a Revolução Russa de 1917. Essa análise do campesinato está inserida fundamentalmente neste contexto histórico, destacando que na Revolução Russa o movimento revolucionário teve início por meio de levantes no campo e o maior inimigo era o fascismo e os burgueses. Gramsci também não conceitua o camponês e parte de uma análise macroeconômica para explicar o campesinato no processo revolucionário para a implantação do comunismo, ele elabora estratégias revolucionárias para serem aplicadas na Itália após a Primeira Guerra.

Gramsci discorda de Karl Marx quando trata do camponês no processo revolucionário, pois entende que o estigma de pequeno-burguês, apegado a propriedade privada e não passível de confiança, por tender, em alguns momentos, a ser um inimigo potencial do proletariado, deveria ser superado. A heterogeneidade da massa camponesa não deveria ser uma barreira, mas uma consideração para a elaboração das estratégias da ação revolucionária (CUNHA, 2012).

Ele acredita que para a elaboração das estratégias é necessário a consideração da cultura, dos valores e das necessidades dos camponeses, tanto no aspecto local quanto no regional. Nas empresas agrícolas, o processo seria controlado por operários agrícolas, nas terras de cultura extensiva, seriam administradas pelos conselhos de camponeses pobres das

aldeias e dos burgos agrícolas. A formação por meio de conselhos facilitaria a consideração das diferentes categorias de camponês e de suas necessidades.

Gramsci concorda com Lênin em vários aspectos, dentre estes está a necessidade de vanguarda dirigente, de disciplina, organização e formação das massas camponesas por meio de instituições, como os partidos políticos e sindicatos. Para Marx, Engels, Lênin e Gramsci o processo revolucionário estaria sobre a hegemonia do proletariado urbano.

O conselho surgiu na Itália por volta de 1906, sendo considerado um sistema de organização que se adapta à produção e às peculiaridades locais e regionais da cidade e do campo. Os conselhos também estariam ligados diretamente ao processo de organização e mobilização das massas, com o partido político. No entanto, de acordo com Cunha (2012), nos primeiros artigos de Gramsci, a hierarquia na relação conselho - partido sofreu mudanças. Os partidos e sindicatos não poderiam ser colocados “como tutores dessa nova constituição”, em decorrência de seu caráter “voluntário e contratual”, também não poderiam ser a forma de organização superior, pois caberia aos conselhos e ao Conselho Executivo Central esse papel (GRAMSCI, 1920).

Em um segundo momento, Gramsci dá ao conselho e aos sindicatos status de organização intermediária e ao partido o ápice dessa forma de organização, sendo considerado o verdadeiro instrumento de luta de classe. O sindicato entra com o status de intermediário no processo revolucionário, pois carece de espírito revolucionário, e olharia para os trabalhadores como assalariados e não como produtores.

Nesse sentido, o Partido Comunista foi formado não apenas para participar das eleições políticas, mas, principalmente, para transformar o Estado, possibilitando que as massas pronunciassem pela forma do Estado e o reconhecimento da classe operária como dirigente. O processo revolucionário necessitaria de um longo tempo – não aconteceria por meio de um ato arbitrário – para amadurecer ideologicamente os militantes de base, possibilitando o desenvolvimento de agentes históricos e a instauração da unificação partidária.

Gramsci defende o caráter de Democracia Proletária, a ação revolucionária com os domínios de instituições sociais, políticas e culturais responsáveis pela reprodução da vida social e a expressão de luta com a aplicação do banditismo.

Teodor Shanin (1979) também considera o campesinato como uma classe social, com um modo de vida peculiar e uma certa capacidade de ação política que se manifesta, principalmente, em momentos de crise no sistema capitalista. No entanto, em decorrência de seu fraco caráter de classe social, acaba praticando ações divergentes, ora subordinadas à sociedade capitalista, ora contrapondo estas com diversidades de relações e estratégias

(SANTOS; TELÓ, 2011).

Alexander Chayanov, diferentemente de Karl Marx e Lênin, parte de uma análise microeconômica para analisar o campesinato, não estando esta regulada pela relação entre taxa média de lucro, salário médio, lucro e renda da terra (COSTA, 2014). A renda familiar é considerada no todo, indivisível e o trabalho como autoexplorado pela família. O autor também foi contra o modelo dos comunistas de coletivização forçada da terra e a favor do desenvolvimento de cooperativas como contribuição ao socialismo (ABRAMOVAY, 1998).

Além disto, Chayanov não vê o campesinato como um modo de produção divergente dos demais, mas como um “modo de produção particular” que se adapta a outros modos de produção – capitalista, socialista, etc., às vezes, ficando subordinado a eles, porém sem que isto venha romper suas relações próprias de produção – posse total ou parcial dos meios de produção, produção familiar e subsistência. Em decorrência de sua capacidade de adaptação, o campesinato não pode ser considerado como atrasado, muito menos passível de extinção. O sistema capitalista poderia enfraquecer a essência do campesinato, mas não a extinguir (GERARDI; SALAMONI, 2014).

A pesquisa de Chayanov parte da teoria de distribuição dos recursos no interior das unidades camponesas na Rússia (CARRARA, 2008). Para ele, a economia dessas unidades era regulada de acordo com as necessidades da família associada às condições da propriedade. O trabalho era limitado de acordo com as necessidades do consumo familiar. Por esse motivo, existe variação própria de cada unidade, decorrentes de sua dinâmica demográfica e autoconsumo que, por fim, diferenciaria o volume de trabalho necessário para a manutenção da família e da propriedade (GERARDI; SALAMONI, 2014).

Lucía Gerardi e Giancarla Salamoni (2014), ao analisarem as contribuições de Chayanov, esclarecem que o camponês elabora o balanço econômico familiar de forma subjetiva e intuitiva, considerando os fatores biológicos, sociais e econômicos do grupo. O excedente seria destinado à poupança da família, pois a produção, a necessidade e os recursos da propriedade não eram estáveis, logo, não haveria a possibilidade de acúmulo de capital. A poupança poderia ser convertida em herança visando à garantia da reprodução familiar.

As evidências da pesquisa realizada por Chayanov demonstram que a quantidade de mão de obra para ser positiva, deve considerar os recursos limitados da propriedade – Lei dos rendimentos decrescentes. Demonstrou, também, que são menores os rendimentos nas áreas cujo crescimento populacional é rápido, pois afeta a fertilidade da terra, aumentando o seu esgotamento, diminuindo os recursos e a produção necessária para a reprodução familiar

(GERARDI; SALAMONI, 2014).

3.2 DOS CONTEMPORÂNEOS DA TEORIA CAMPESSINA

As teorias consideradas contemporâneas são aquelas que reconhecem a diferenciação entre camponês e agricultor familiar, ora como continuidade, ora ruptura, ou, até mesmo, considerando as duas possibilidades.

Ricardo Abramovay, no livro “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão” (1992), diferentemente de Chayanov, faz uma análise econômica em que diferencia o campesinato e agricultura familiar (SILVA, 1999), no entanto esclarece que o segundo se originou do primeiro. Ele também faz uma análise da estrutura social da agricultura no capitalismo avançado. Entende que os autores clássicos marxistas posteriores a Marx não podem ser utilizados como categorias analíticas das teorias sobre campesinato, pois estão limitados ao contexto histórico, político e intelectual da época, bem como à interferência do Estado capitalista para o surgimento da agricultura familiar (ABRAMOVAY, 1992).

Abramovay conceitua o campesinato como sendo um modo de vida que possui características de reciprocidade, subsistência, produção familiar e integração parcial com os mercados incompletos⁹. A Agricultura familiar, para ele, opera sob a égide da produção familiar, porém com total integração com o mercado completo, sendo permitida a participação parcial e minoritária da mão de obra não familiar, adoção dos avanços técnicos, das diretrizes das políticas governamentais e do balanço racional (ABRAMOVAY, 1992; DEPONTI, 2007).

O sociólogo Hugues Lamarche reconhece a heterogeneidade das populações agrícolas, bem como a separação entre agricultura familiar e camponesa. Em 1993 e 1998 coordenou e publicou dois volumes intitulados “Agricultura familiar: uma realidade multiforme” (1997) e “A agricultura familiar: do mito à realidade” (1998), ambos partindo de um estudo comparativo entre Brasil, França, Canadá, Polônia e Tunísia.

A partir de quatro modelos tipológicos, teóricos e lógicos de funcionamento das unidades de produção – empresa, empresa familiar, agricultura familiar moderna, agricultura camponesa e subsistência –, ele considerou os níveis familiares de comportamento, o grau de dependência – tecnológica, financeira e mercado –, contextos socioeconômicos locais e nível de desenvolvimento para classificar a população agrária (VIA CAMPESINA, 2004). Ele

⁹ O mercado incompleto é caracterizado como sendo o mercado em que mesmo que os custos de produção estejam abaixo dos preços que consumidores estão dispostos a pagar, os bens ou serviços não são ofertados.

utilizou estes dois critérios com suas variáveis – laços familiares e grau de dependência – para especificar as particularidades de cada modelo.

Para o autor, o modelo empresa “[...] caracteriza-se por relações de produção pouco (ou não) familiares e fortemente dependente [...]” (LAMARCHE, 1998, p. 68). O modelo empresa familiar, em relação ao modelo anterior, fornece maior importância a família, com a organização do trabalho estruturado principalmente na mão de obra familiar, o patrimônio e a produção são destinados à reprodução familiar e seu caráter empresarial conta com o aparato técnico e forte dependência do exterior (LAMARCHE, 1998).

O modelo de agricultura camponesa e de subsistência possui forte preponderância das lógicas familiares e fraca dependência em relação ao exterior. Lamarche (1998, p. 70) também faz distinção entre agricultura camponesa e de subsistência, que é configurada a partir dos seus sistemas de representação e de valores, sendo que a unidade de subsistência inicialmente visa “[...] conservar as estruturas permitindo a sobrevivência do grupo doméstico [...]”. O estabelecimento camponês possui forte autoconsumo, baixo nível técnico, pouco investimento e pouca compra e venda.

O modelo de agricultura familiar moderna é marcado pela constância do papel da família nas relações de produção e na busca de maior autonomia possível. Possui tendência à medianização, do ponto de vista da lógica produtiva familiar – noção de patrimônio, de reprodução do patrimônio e a importância da família na organização (LAMARCHE, 1998).

Em sua obra, Lamarche (1997) levou em conta na análise as extremidades entre o modelo original e o modelo ideal de integração no mercado. O modelo ideal considera suas referências para o futuro, uma projeção de sua unidade de produção, das estratégias e decisões orientadas para o que se espera. O modelo original faz referência ao patrimônio sociocultural, a tradição, ao reconhecimento de um modelo anterior do modo de funcionamento da propriedade que servirá às gerações de agricultores (DEPONTI, 2007). Nesta relação entre modelos de referências, Lamarche (1998) deixa claro não existir modelos puros ou absolutos quando é considerada a realidade das unidades em comparação aos modelos ideais.

A existência da unidade depende da capacidade de gerir “[...] o apego aos seus valores tradicionais, o projeto que se tem para si próprio e para a família e as limitações ligadas a seu ambiente imediato (meio natural, condições econômicas, sociais e políticas).” (LAMARCHE, 1998, p.62).

Maria de Nazareth Baudel Wanderley, em “A agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades” (2003), foca na compreensão sobre o campesinato “tradicional”, as formas de reprodução social e o aparecimento do novo ator social no meio modernos. Sua

análise perpassa pela cultura, resistência, adaptação e organização social da produção e da reprodução do campesinato. A autora reconhece a heterogeneidade da população rural e destaca que o desenvolvimento do agricultor familiar “moderno” decorreu da transformação irreversível de parte do campesinato tradicional, por meio de rupturas e continuidades decorrentes do contexto social contemporâneo. Dentre estas encontram-se as suposições da recusa do campesinato em produzir além da satisfação de suas necessidades básicas, bem como a despreocupação em investir na atividade agrícola.

Outra questão é a manutenção do resultado da produção como um rendimento único para as necessidades da família – princípio do rendimento indivisível. Assim, Wanderley (2003) analisa o agricultor familiar como um personagem ativo, que responde às forças da agricultura e do meio rural dentro da sociedade moderna. A autora não concentra sua análise na categoria de rendas, nos aspectos ligados a capacidade de resistência e adaptação as transformações sociais.

Ela concorda com Henri Mendras (1976) sobre a autonomia demográfica do campesinato (WANDERLEY, 1999, 2010). As ações dos camponeses estão centralizadas na família, tanto nas necessidades presentes, como também as futuras. A herança material, social e cultural possibilita sua resistência e adaptação. O surgimento do agricultor familiar moderno não representa a ruptura total e definitiva com o campesinato tradicional, mas afeta as formas de produção e o modo de vida tradicional. A permanência e continuidade está ligada ao núcleo familiar e à preocupação em garantir as condições para as gerações futuras sobreviverem. Os camponeses estão suscetíveis às relações políticas dominantes, mas buscam constantemente manter sua autonomia.

Para sanar as questões iniciais, Wanderley (2003) defende que a agricultura de subsistência visando à sobrevivência imediata não é característica dominante no campesinato, que a pluriatividade e o trabalho externo descaracterizam a agricultura camponesa, podendo até viabilizar sua reprodução. O que determina a agricultura como camponesa, não é sua extensão, mas as relações internas e externas.

O sistema de valores e sociabilidade do agricultor familiar representa o processo de continuidade de parte do campesinato, destacando que a forma do campesinato tradicional está presente nas sociedades modernas, com maior predominância nas sociedades tradicionais. A forma do agricultor familiar de organizar sua produção como unidade familiar também representa a continuidade de sua condição de camponês.

Wanderley (2010, p. 27) define o campesinato como o “[...] produtor direto dos seus meios de vida, o camponês é responsável pela subsistência de sua família, no tempo presente e

de sua reprodução futura, através da construção/reprodução do patrimônio familiar [...]”. Para a autora, a família é detentora dos meios de produção, produtora e responsável pelo esforço empregado nas atividades internas e externas ao estabelecimento, visando alcançar seus objetivos.

Wanderley (2003) foi influenciada pela teoria de Henri Mendras (1978), que analisa o campesinato europeu, a partir do “tipo ideal de camponês”, quando compara os grupos sociais selvagens, camponês e agricultor. Os camponeses seriam definidos a partir das características como: autonomia relativa em relação a coletividades que estaria inserido, vida econômica organizada a partir da estrutura do grupo doméstico, inexistência de separação entre produção e consumo, troca de conhecimento com a coletividade e a função decisiva de mediadores entre a sociedade camponesa e sociedade envolvente – sociedade capitalista. O agricultor se diferencia do camponês em decorrência do menor grau de autonomia de sua coletividade – local – em relação aos demais grupos ou organizações em que tem que interagir, desaparecimento do autoconsumo, produção agrícola independente do consumo e destinada inteiramente ao mercado. O campesinato surge da transformação da sociedade agrária, feudal, para uma sociedade subordinada à cidade e à burguesia (FREITAS; BOLTELHO, 2011).

A orientação visando ao atendimento das necessidades da família permanece, porém, os parâmetros para analisar essas necessidades são diferentes. O rendimento familiar permanece indivisível em relação aos seus membros.

É significativo e necessário considerar as diferenciações, as divergências e as concepções do conceito de camponês e de agricultor familiar na produção do saber científico. Isto possibilita a apreensão da realidade com suas peculiaridades sociopolíticas, culturais e históricas. O conceito deve ser atualizado conforme a realidade, a abordagem teórico-metodológica e o posicionamento científico, que ora pode focar nos aspectos familiares, ora nos produtivos, econômicos e modos de vida. Este trabalho possibilita diferenciar o camponês e o agricultor familiar, a partir dos principais autores clássicos e contemporâneos.

SEGUNDA PARTE

4 MOVIMENTOS SOCIAIS SOBERANISTAS

No âmbito dos movimentos sociais rurais, percebe-se a luta por demandas acompanhadas do termo “soberania”: soberania alimentar, soberania energética, soberania territorial, soberania nacional, soberania popular e soberania cultural – utilizados no discurso tanto para tratar do Estado quanto das comunidades campesinas e indígenas.

Apesar do vocábulo “soberania” ser usado pelas ciências para se referir ao Estado, originalmente, esse conceito aludia aos particulares e à igreja antes e durante a república (BODIN, 2011). O termo existia antes da formação dos Estados Modernos, sendo usado pelos latinos, gregos, hebreus e romanos com diversos significados: “o mais elevado poder de influência”, “aquele que detém autoridade”, “supremacia” e “preponderância”. Conforme Meneses (1992 apud GUNTZEL, 2011), esse conceito é polêmico e tem variado no tempo e no espaço.

Em vista disto, não é “errôneo” que os movimentos sociais tenham se apropriado desta palavra combinando-a com suas demandas, frente ao inimigo comum que é o neoliberalismo intensificado pelo processo de globalização.

As novas teorias dos movimentos sociais levam em consideração os movimentos antiglobalização e alterglobalização (GOHN, 2003), que ocorreram na virada deste novo milênio, como uma das principais novidades na arena política no cenário da sociedade civil. O movimento antiglobalização criou um novo ator sociopolítico de caráter mundial que pautou, na agenda dos grandes problemas internacionais, um dos maiores desafios do século XXI. Não existe homogeneidade nestes movimentos, são independentes dos partidos políticos e políticos profissionais, são espontâneos e atuam com base em interesses em comum, dentre estes a defesa da identidade cultural (CARDOSO, 1987).

Conforme a classificação dada por Gohn (2004), os *carperos* constituem um grupo dentro do movimento antiglobalização, um novo ator sociopolítico que contesta o novo formato que a globalização adquiriu a partir do final do século XX. De acordo com Tilly (1990 apud SANTOS, 2005, p. 36-37), “[...] o que distingue a atual onda de globalização da onda que ocorreu no século XIX é o fato de esta última ter contribuído para o fortalecimento do poder dos Estados centrais (Ocidentais), enquanto a atual globalização produz o enfraquecimento dos poderes do Estado [...]”. Para o autor, a soberania dos Estados está agora ameaçada mais pelas agências financeiras internacionais e outros atores transnacionais privados (empresas multinacionais), do que pelos Estados considerados mais poderosos. A autonomia política e a

efetividade da soberania dos Estados periféricos e semiperiféricos foi diminuída pela desnacionalização do Estado e a desestatização dos regimes políticos, que dão prioridade para as parcerias e outras formas de associação entre organizações governamentais e não governamentais (SANTOS, 2005).

O filósofo político estadunidense Michal Hardt (2003 apud MORAES, 2003), no artigo “Movimentos em rede, soberania nacional e globalização alternativa”, explica que os movimentos sociais preocupados em dar respostas às forças da globalização e dos entes que a impulsionaram e a impulsionam constantemente acabam resultando em duas correntes básicas: alterglobalização e antiglobalização.

A primeira corrente, chamada de alterglobalização, “[...] luta por uma alternativa não nacional para a forma atual de globalização que seja igualmente global [...]” (HARDT, 2003 apud MORAES, 2003, p. 342). Ela defende a busca por uma globalização democrática não nacional e não soberana. A alternativa para combater o neoliberalismo e o domínio do capital global estaria na busca de uma contraposição global igualitária por meio de um movimento global democrático. Ela acredita que a defesa da soberania nacional tenderia a um regime totalitário, o que acarretaria um obstáculo para uma democracia global. De acordo com (HARDT, 2003 apud MORAES, 2003), os movimentos sociais organizados em redes horizontais tendem a essa primeira concepção, em contrapartida, os partidos tradicionais e as organizações centralizadas prevalecem com a segunda corrente.

A segunda corrente, defendida pelos movimentos sociais antiglobalização, possui maior representatividade em relação à primeira. Estes movimentos defendem que é necessário “[...] reforçar a soberania do Estado-nação como barreira defensiva contra o controle do capital estrangeiro e global” (HARDT, 2003 apud MORAES, 2003, p. 342), e que o neoliberalismo é a principal categoria analítica que permite compreender a globalização como atividade capitalista global, que se torna irrestrita com o fraco controle do Estado. As soberanias nacionais, de forma solidária, acabariam por limitar e regulamentar as forças da globalização neoliberal.

Com base nisto, podemos entender que o contexto atual dessa globalização neoliberal acaba realizando o papel inverso do que é desejado pelos movimentos antiglobalização, pois os entes supranacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), buscam limitar e regulamentar a atuação dos Estados-nação, conforme as diretrizes neoliberais. Essas diretrizes colocam o capital acima dos direitos humanos. Estes entes supranacionais usam dos direitos humanos para satisfazerem seus interesses, mas os deixam de lado quando estes direitos se manifestam como barreiras.

O neoliberalismo aproveita do seu conhecimento e poder de influência na produção do direito positivado para minimizar os direitos naturais dos povos e puni-los, caso não respeitem suas regras e diretrizes. Essa doutrina nasce nos Estados Unidos, fundamentada nas obras que defendem o livre mercado, a mínima participação estatal na economia, as políticas de privatizações das empresas estatais, as políticas produtivistas para o desenvolvimento de um país, livre circulação dos capitais estrangeiros, abertura econômica para a entrada das multinacionais, adoção de medidas contra o protecionismo econômico e diminuição dos impostos e tributos.

Um Estado-nação fraco, vazio ou mínimo não consegue defender seu povo, nem fornecer as condições básicas para a sobrevivência. Bonavides (2000) afirma que a soberania está em crise em decorrência da globalização, pois “esvaziou” os Estados enfraquecendo a sua autonomia e soberania, uma vez que não tem capacidade para contrapor os ditames da economia global, nem de proteger a comunidade do seu território. Para o autor, os processos econômicos, ambientais e políticos regionais e globais redefinem profundamente o conteúdo das decisões nacionais. Ainda sobre essa corrente, evidenciamos a posição de Torres (1997, p. 37), para quem

[...] esse enfraquecimento do Estado Nacional, vale ressaltar, dá-se de duas formas: voluntariamente, quando o Estado delega competências deliberadamente a instâncias supranacionais, fortalecendo organismos mundiais, e ou de forma involuntária, decorrente do próprio processo de globalização.

Diante do enfraquecimento dos Estados, da atuação dos organismos supranacionais, do processo de globalização e da tomada de decisões políticas fortemente influenciadas pelas transnacionais, ocorreu um regaste, nos movimentos sociais, do significado de soberania, com o objetivo de contrapor os ditames das políticas neoliberais na produção dos alimentos, da cultura, da produção de energia, da representação política e na dinâmica e pertencimento do território. Para Kaplan e Katzenbach (1964, p. 68), a soberania é um “[...] símbolo altamente emocional [...]”, é uma autoridade superior que não pode ser limitada por nenhum outro poder.

Os movimentos sociais soberanistas estão configurados nos novos movimentos sociais, participando de diversas áreas de forma heterogênea, mas sempre contrapondo aos poderes do neoliberalismo. “Ser soberano” é lutar pela manutenção da cultura local e contra a cultura do consumo. “Ser soberano” é ter as políticas públicas direcionadas, primeiramente, para o bem comum e não para uma minoria detentora de poder econômico.

Para os movimentos sociais soberanistas, jamais um Estado pode ser soberano sem a efetivação das suas soberanias, o que envolve a manutenção de sua autonomia na esfera política,

cultural, nacional, territorial, econômica e energética. Todavia, os camponeses e agricultores familiares não querem estar limitados aos poderes das transnacionais e supranacionais com suas políticas patrimonialistas, produtivistas, homogêneas, produtoras de desigualdades e servidoras do capital.

Apesar do desenvolvimento das definições destas soberanias fazerem uso dos termos como “Estado”, “nação” e “país”, sua concepção atual nos movimentos sociais faz uso do termo “povo” em decorrência do esvaziamento dos Estados e a descrença no sistema representativo apresentado pelos Estados capitalistas.

Essas soberanias dialogam entre si, não são opostas e possuem características semelhantes e complementares. Porém, é a soberania alimentar que permite englobar todas as demais soberanias – energética, cultural, territorial, nacional e popular –, por este motivo, sua presença é maior nos movimentos sociais da América Latina. Nesse sentido, não basta apenas à apropriação da terra, é necessária a defesa e a efetivação dessas soberanias.

4.1 GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO

A Globalização não ocorre de forma hegemônica, manifesta-se com diferentes graus de intensidade, é assimétrica, sendo que na fronteira geográfica dos países esse grau é intensificado em decorrências das peculiaridades que envolve o grande fluxo de pessoas, de capital, de nacionalidades e de mercadorias. A globalização é resultado de um conjunto de decisões políticas, que possibilita o surgimento de outras globalizações, sem que estas acarretem a perda de sua hegemonia. Ela é seletiva, produz desigualdades, exclusões, inclusões subalternas e contradições (SANTOS, 2002).

Como fenômeno, a globalização marca o início dos tempos modernos, desenvolvendo-se no mercantilismo, no colonialismo e no imperialismo (IANNI, 2001). A primeira fase permeia do século XV ao XIX, marcado pela expansão marítima europeia, com formação de colônias, consolidação da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), menor velocidade no processo de transformação social e econômica em comparação as fases posteriores. Na segunda fase, ocorreu o desenvolvimento e fortalecimento do capitalismo industrial, ampliação do sistema de transporte e comunicação e formação das bases do capitalismo financeiro. A terceira fase, no período do final da Segunda Guerra Mundial ao final da Guerra Fria, resultou nos avanços tecnológicos e informacionais – robótica, internet, biotecnologia, etc –, bipolaridade da Ordem Mundial com forte presença dos Estados Unidos, combate ao socialismo e

desenvolvimento desigual. A quarta fase, de 1989 aos dias atuais, é marcada pela Nova Ordem Mundial, ou seja, pelo multipolarismo nas relações políticas e econômicas internacionais, pelo domínio do capitalismo financeiro e pela consolidação do poder econômico e militar dos Estados Unidos. A atualidade é marcada pela preeminência do capitalismo transnacional americano, japonês e europeu (SANTOS, 2002).

Para Charles Tilly¹⁰ (1990 apud SANTOS, 2002, p. 36-37) a diferença entre a globalização que ocorreu no século XIX e a globalização nos moldes atuais é que a primeira “[...] contribuiu para o fortalecimento do poder dos Estados centrais (Ocidentais), enquanto a actual globalização produz o enfraquecimento dos poderes do Estado [...]”.

Para Octavio Ianni (2001), o globalismo é uma configuração histórico-social, abrangente, complexa e contraditória na qual se inserem as práticas e os imaginários social, em todo o mundo. É neste contexto que o liberalismo se transforma no neoliberalismo.

A regulação do Estado-nação por meio de leis internacionais produzidas por organismos internacionais se desenvolveu desde o Tratado do Westphalia (1648) (SANTOS, 2002), mas ganhou forte influência no campo da regulação jurídica da economia com os temores das Guerras Mundiais, da Guerra Fria e das possíveis guerras que norteiam os contextos dos países que se pretende dominar ou subjugar.

Esta doutrina nasce nos Estados Unidos, por volta da década de 70, fundamentada nas obras que defendem o livre mercado, a mínima participação estatal na economia, as políticas de privatizações das empresas estatais, as políticas produtivistas para o desenvolvimento de um país, livres circulação dos capitais estrangeiros, abertura econômica para a entrada das multinacionais, prioridade à economia de exportação, novos direitos de propriedade internacional para investidores financeiros, adoção de medidas contra o protecionismo econômico, diminuição dos impostos e tributos e subordinação dos Estados Nacionais às agências multilaterais – Banco Mundial, FMI e OMC (IANNI, 2001, 2002; SANTOS, 2002).

Os países periféricos e semiperiféricos acabam se sujeitando as imposições neoliberais, tendo como um dos fatores de forte influência as dívidas externas e a possibilidade de renegociação caso aceitem os programas de “ajustamento estrutural” e de “estabilização macroeconômica”, impostos como condições por essas agências financeiras multinacionais (SANTOS, 2002).

É a partir do ponto ou momento fraco dos países ou regiões que essas agências financeiras e os bancos buscam fazer com que os países e os povos “acolham suas propostas

¹⁰ Sociólogo norte-americano que fez longa pesquisa sobre a formação dos Estados europeus.

neoliberais” em prol do “desenvolvimento”. Elas não possibilitam a construção igualitária do contrato, mas realizam estes com cláusulas de garantia de risco para que a parte detentora do maior poder sempre ganhe mais e nunca perca.

Assim, alguns países como o Brasil e o Paraguai criam normas e leis nacionais de tratamento especial para os bancos, com garantias que não seriam aplicadas para sujeitos comuns. Permitem, pois, a alienação de terras na fronteira para garantir dívidas de estrangeiros, usam do tráfico de influência para que os sujeitos comuns venham a perder essas terras para as dívidas bancárias ou sejam obrigados a vender suas propriedades para um neoliberal que faz uso do tráfico de influência com o banco ou a agência. É na crise que o neoliberalismo mais ganha força e território.

A busca de não interferência do Estado por meio da desregulamentação é um ponto a ser questionado, pois as transnacionais relacionam como os Estados Nacionais, como se estes fossem agências de regulamentação, cujas normas e leis devem estar a serviço dos interesses do capital privado e não do interesse público. Assim, é possível afirmar que as transnacionais não desejam a extinção do Estado, mas sua diminuição, enfraquecimento ou esvaziamento de sua soberania. As transnacionais usam do poder coercitivo do Estado Nacional para manter seus interesses e subjugar os demais povos, para que mantenham ou obedeçam às diretrizes do neoliberalismo e do seu processo civilizador. O neoliberalismo também apoia a democracia liberal como a melhor forma de governo, o império do direito e do sistema judicial.

Figura 9 - Práticas Globais

Práticas	Instituições	Forma de Poder	Forma de Direito	Conflito Estrutural	Critério de Hierarquização
Inter-estatais	- Estados; - Organizações Internacionais; - Instituições Financeiras Multilaterais; - Blocos Regionais (Nafta, União Europeia; Mercosul); - Organização Mundial do Comércio.	Trocas desiguais de prerrogativas de soberania.	- Direito Internacional; - Tratados internacionais; - Direito da integração regional.	Lutas inter-estatais pela posição relativa no sistema mundial (promoção/ /despromoção; autonomia/ /dependência).	Centro, periferia, semiperiferia
Capitalistas globais	Empresas Multinacionais.	Trocas desiguais de recursos ou valores mercantis.	- Direito do trabalho; - Direito econômico internacional; - Nova <i>lex mercatoria</i>; - Direito de propriedade; - Direito de propriedade intelectual; - Direito de patentes.	Luta de classes pela apropriação ou valorização de recursos mercantis (integração/ /desintegração; inclusão/exclusão).	Global, local
Sociais e culturais transnacionais	- Organizações; - Não Governamentais; - Movimentos, sociais; - Redes; - Fluxos.	Trocas desiguais de identidades e de culturas.	- Direitos humanos; - Direito de nacionalidade e de residência; - Direito de emigração; - Direito de propriedade intelectual.	Lutas de grupos sociais pelo reconhecimento da diferença (inclusão/ exclusão; inclusão autônoma/inclusão subalterna).	Global, local

Fonte: SANTOS, 2002, p. 58.

Dentre as intervenções, encontram-se as medidas do Consenso de Washington (1989),

elaboradas por economistas do Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano – que se tornou um receituário inspirador das diretrizes da política neoliberal –: disciplina fiscal; prioridades nas despesas públicas; reforma tributária; taxa de juros de mercado; taxa de câmbio competitiva; política comercial de integração aos fluxos mundiais; abertura ao investimento direto estrangeiro; privatização de estatais ineficientes; desregulação de setores controlados ou cartelizados; e direitos de propriedade. Boaventura de Souza Santos (2002, p. 38) expõe outras características do neoliberalismo:

[...] a liberalização dos mercados; privatização das indústrias e serviços; a desactivação das agências regulatórias e de licenciamento; desregulação do mercado de trabalho e ‘flexibilização’ da relação salarial; a redução e a privatização, pelo menos parcial dos serviços de bem estar social (privatização dos sistemas de pensões, partilha dos custos de serviços sociais por parte dos utentes, critérios mais restritos de elegibilidade para prestações de assistência social, expansão do chamado terceiro sector, o sector privado não lucrativo, criação de mercados no interior do próprio Estado [...]); uma menor preocupação com temas ambientais; as reformas educacionais dirigidas para a formação profissional mais do que para a construção de cidadania; etc..

O neoliberalismo é marcado por uma nova divisão transnacional do trabalho e da produção, pela busca pela reforma do estado, abertura de mercados, redução dos encargos sociais e informatização dos processos decisórios, produtivos, de comercialização, dentre outros, por um desenvolvimento de cima para baixo, pela primazia da propriedade privada em detrimento dos direitos humanos, generalização dos processos de produção e trabalho, intensificação da produtividade, por contradições estruturais, pelo agravamento das desigualdades, pela formação de conglomerados, por preços domésticos sujeitos aos preços internacionais e pela maquinização, quimificação, urbanização e industrialização do mundo agrário.

4.2 MOVIMENTO SOBERANISTA NO PARAGUAI

O caráter extremamente agrário, o enfraquecimento do Estado para garantir o direito à terra, as irregularidades na documentação das terras, a corrupção, a frágil institucionalização e a crise de identidade – ocasionada pela globalização – foram alguns dos fatores que estimularam o crescimento dos movimentos sociais agrários no Paraguai.

Dentre esses movimentos, encontra-se a Liga Nacional de Carperos (LNC), que surgiu em 2008, após um descontentamento com a forma como a linha tradicional vinha se

relacionando com o Estado. É um movimento social rural soberanista que, entre 2010 e 2014, defendeu diferentes tipos de soberania: soberania nacional, soberania territorial, soberania alimentar, soberania popular e soberania cultural. É conhecido popularmente por sua postura e estratégia radical, ao ser comparado com os movimentos tradicionais existentes.

No Paraguai, essas soberanias são constantemente afetadas pelo domínio das empresas transnacionais que são contra as políticas sociais, a reforma agrária, e também são propagadores de desigualdade.

Em decorrência da omissão do Brasil em realizar uma Reforma Agrária adequada e dar conta dos efeitos do neoliberalismo no meio rural, muitos camponeses brasileiros migraram para o Paraguai. A aquisição de terras de maneira informal e ilegal por estes estrangeiros hoje gera questionamento pela população campesina paraguaia. Ainda, a necessidade, a ganância e a crença de que o Paraguai é uma “terra sem lei” levaram muitos brasileiros a buscarem terras neste país, não apenas por meio de arrendamento ou doação, mas da corrupção e da falsificação dos títulos (*derechas*). Atualmente, os conflitos rurais giram em torno da legalidade desses títulos.

O Estado brasileiro contribuiu com os problemas rurais enfrentados atualmente pelo povo paraguaio, pois não realizou a reforma agrária quando devia, não deu conta das necessidades do seu povo e criou políticas de integração desigual.

O Brasil ganhou mais com as políticas de integração do que o Paraguai, pois conforme dados do governo paraguaio (PARAGUAY, 2014), o preço da energia elétrica no Paraguai é duas vezes mais baixo, o custo com a mão de obra é 36% mais barato, os custos com as contribuições sociais são 67% menores, a liberdade econômica é 36% maior. Já o imposto sobre a renda corporativa é 24% menor e o individual é 17,5% menor e os custos com a exportação também são menores. As políticas de integração não visaram permitir a ampliação da autonomia do Paraguai, mas explorar suas riquezas e mão de obra, tornando-o mais dependente e facilitando conseguir concessões, tanto na esfera política quanto na econômica (ALBUQUERQUE, 2010).

No ano de 1980, os conflitos com os brasileiros, que adquiriram terras no Paraguai, começaram a aumentar, quando muitas famílias paraguaias perderam suas terras, sem ao menos terem a oportunidade de adquiri-las por meio do Estado paraguaio (ALBUQUERQUE, 2010). As terras no Paraguai foram vendidas a valores irrisórios, boa parte para o cultivo da soja, com o uso intensificado do agrotóxico que contaminou rios e prejudicou a saúde da população. A mão de obra barata era do Paraguai e a concorrência desleal com a mecanização das lavouras não só expulsou parte dos campesinos, mas também tirou sua oportunidade de trabalho.

Aproveitaram que os direitos trabalhistas eram menores e menos rigorosos do que no Brasil. Introduziram o uso intensificado de agrotóxicos, como já dito, mas não forneceram políticas públicas que visassem à saúde da população afetada e muito menos políticas públicas para minimizar o desemprego ocasionado – fator que demonstra que as políticas de integração entre Brasil e Paraguai eram desiguais.

A situação do Paraguai demonstra que é difícil adotar o entendimento dos movimentos sociais alterglobalizantes, que acreditam em uma integração igualitária entre os países. As divergências de aspectos econômicos, culturais, sociais e geográficos possibilitam que países com melhores condições não estejam dispostos a “abrir mão” de suas riquezas internas para possibilitar que o outro país cresça a tal ponto que se torne tão forte quanto é o seu. No caso do Paraguai, podemos entender que mantê-lo mais fraco, dificulta a possibilidade de guerra, assim como ocorreu com a Guerra do Paraguai (1864-1870), já que antes desse fato histórico o país era uma potência econômica na América do Sul. Essa concepção é adotada pelos teóricos realistas das Relações Internacionais, que entendem que essas relações são sempre propensas ao conflito, pois o ambiente em que ocorrem é anárquico e não democrático (VAZ DA SILVA, 2015).

A política neoliberal produtivista não questiona o modo de vida consumista para pensar a segurança alimentar. Ela intensifica esse modo de vida e depois busca adquirir terras de outros países para dar conta de uma demanda que ela gerou. O aumento do consumo não pode ser justificado apenas pelo aumento da população mundial. A soberania alimentar defendida pelos movimentos sociais rurais critica esse modo de comportamento consumista e a responsabilidade do neoliberalismo no quadro atual e nos problemas enfrentados pelos Estados.

Nesse contexto, a reforma agrária se torna inviável enquanto o Estado estiver fraco para se posicionar diante das corporações transnacionais dentro do Paraguai. Não basta apenas fornecer a terra, é necessário dar condições para a manutenção dela.

4.3 SOBERANIA ALIMENTAR

A Liga Nacional de Carperos integrou o Comitê Nacional para o Ano Internacional da Agricultura Familiar 2014, estabelecido em 18 de dezembro de 2013, na capital do Paraguai, Assunção. Este comitê era responsável por coordenar ações, atos, passeatas, fóruns, audiências públicas, manifestações em defesa da soberania alimentar.

4.3.1 Compreendendo o Desenvolvimento do Conceito de Soberania Alimentar

A preocupação com a produção de alimentos e a fome aumentou durante e ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O então presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, em 1943, na Conferência das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, na Virgínia, propôs a criação de uma organização permanente e internacional para esta demanda. A conclusão desta proposta ocorreu em 1945, em Quebec, no Canadá, quando foi promulgada a constituição que originou a Organização de Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO), órgão que está sempre no desenrolar histórico do desenvolvimento do conceito de soberania alimentar tratado neste estudo (CHONCOL, 2005).

Conforme Goes (2009), durante a Segunda Guerra Mundial, especificamente em 1940, também incentivado pelo governo norte-americano, teve início a implantação de um conjunto de mudanças que, em 1966, foi denominado Revolução Verde, cujo financiamento decorreu do grupo Rockefeller, sediado em Nova Iorque. O discurso para justificar esta mudança se baseava no aumento da produção de alimentos para acabar com a fome. Com a Revolução Verde, surgiu um novo padrão de desenvolvimento que possuía como características principais a mecanização agrícola, a utilização de insumos químicos, de material geneticamente modificado e a homogeneização do processo de produção (CENTRO ECOLÓGICO, 2008).

A Revolução Verde se propagou por todo o globo, tendo sido apoiada pela comunidade científica internacional. Em 1965, atingiu a Ásia e, entre 1960 e 1970, propagou-se na América Latina. O segundo objetivo da Revolução Verde – aumento da produção – foi atingido, chegando ao final de 1960 a extrapolar o resultado desejado. Com o aumento da produção começou a ocorrer excedentes nos Estados Unidos (CHONCOL, 2005).

Outro aspecto negativo ocasionado por essa Revolução engloba a exclusão dos camponeses do meio rural, que foram trocados pela mecanização ou expulsos de suas terras. Destaca-se que a produção se baseia na monocultura, na exportação e na dependência do capital estrangeiro. Houve, também, o aumento da concentração de terras, formação de latifúndios, degradação dos recursos naturais – erosão, desertificação, salinização, degradação e contaminação da água –, e dependência de insumos caros, plantas e sementes patenteadas, dificultando a vida dos agricultores pobres na troca de sementes (CHONCOL, 2005).

Em 1954, a FAO propôs destinar os excedentes, por meio de doações, para os países com deficit de alimentos. Essa proposta inicial enfrentou barreiras – condições – que,

posteriormente, seriam substituídas por contratos comerciais (CHONCOL, 2005).

A Revolução Verde não alcançou seu objetivo – a diminuição da fome no mundo por meio do aumento da produção –, até mesmo porque essa estratégia não contemplava o acesso dos necessitados a estes alimentos. Os aspectos negativos trazidos aumentaram as desigualdades, prejudicando a situação dos povos menos abastados.

Em 1974, na Conferência Mundial da Alimentação, convocada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a FAO estabeleceu o primeiro conceito de Segurança Alimentar que, posteriormente, por meio de amplos debates e contradições, deu origem à concepção de soberania alimentar, por meio dos movimentos sociais rurais (CAMPOS; CAMPOS, 2007).

Neste primeiro momento, a segurança alimentar foi definida como “[...] o adequado suprimento alimentar mundial para sustentar a expansão do consumo e compensar eventuais flutuações na produção e nos preços [...]” (SZTUTMAN, 2006, p. 07 apud CAMPOS; CAMPOS, 2007, p. 01). Esse evento resultou na Declaração Universal sobre a Erradicação da Fome e Má Nutrição.

Entre 1980 e 1990 ocorreu a aceleração da globalização e a intensificação da implantação da política neoliberal com a desregulação dos mercados, abertura econômica e privatização resultando no enfraquecimento dos Estados perante as corporações. Houve, ainda, aumento da concorrência externa, da taxa de juros mínima, supervalorização da taxa de câmbio, maior dependência e menor disponibilidade dos créditos e a diminuição de investimentos públicos (CHONCOL, 2005; SANTOS; TONEZER; RAMBO, 2009; CENTRO ECOLÓGICO, 2008).

Essa política adentra o meio rural e faz surgir uma nova forma de produção e organização do capital, o agronegócio. Para Delgado (1985) e Graziano (1998) (apud CAMPOS; CAMPOS, 2007, p. 03), o Agronegócio é a

[...] nova forma de territorialização do capital no campo” com sua integração, com a construção de cadeias produtivas e de circulação de seus produtos. A formação de conglomerados visa controlar a produção agrícola além do âmbito local, fundindo em “sociedades anônimas, condomínios, cooperativas rurais [...] empresas de responsabilidade limitada.

Esses conglomerados não são apolíticos, pois se fortificam investindo em diferentes partidos políticos, campanhas de candidatos visando alterar e controlar as legislações, medidas governamentais e projetos que possam favorecê-los e manter seu poder (GRAZIANO, 1998 apud CAMPOS; CAMPOS, 2007).

O alimento é transformado pelo agronegócio em *commodities*, que são mercadorias com

valor de troca especulativo, produzidos em larga escala, com preços determinados pelas regras do mercado internacional em nível global (SANTOS; TONEZER; RAMBO, 2009; CAMPOS; CAMPOS, 2007). Sua introdução no mercado tem por finalidade aumentar os lucros e dar maior “[...] cobertura de risco de preço, transferindo o risco da produção para os agentes especuladores do mercado financeiro [...]” (CENTRO ECOLÓGICO, 2008, p. 02). A garantia de acesso aos alimentos, o respeito às culturas e a preservação da biodiversidade não fazem parte das regras que geram as *commodities*.

Os Estados não mais investiam em estoques reguladores e os produtores rurais encontraram-se cada vez mais dependentes dos preços do capital especulativo (CENTRO ECOLÓGICO, 2008). O “avanço do agronegócio impõe uma nova dinâmica social, alterando o modo de vida e as territorialidades das comunidades rurais [...]” (CAMPOS; CAMPOS, 2007, p. 05) e dos indígenas, provocando a perda de sua autonomia e do poder de decisão do que deveriam produzir e consumir.

Os pequenos e médios produtores não conseguem sobreviver às novas regras e dinâmicas do mercado e são constantemente afetados pelo *dumping*, que são mercadorias com preços abaixo do custo de produção, originadas pelo estoque excessivo de seus países de origem (*dumping* esporádico), ou lançadas no mercado com o intuito de eliminar os concorrentes (*dumping* predatório) (CARBAUGH, 2004). Ou seja, a crise gerada pela Revolução Verde fomentou novas alternativas para o mercado, fazendo com que a maioria da população e os camponeses pagassem pelos aspectos negativos ocasionados por suas políticas produtivistas e neoliberais.

Nesse contexto, somado ao aumento da fome em vários pontos da Europa, a FAO conduziu um novo debate que levaria a redefinição do conceito de segurança alimentar em 1983. Além disto, entre 1990 e 1996, os movimentos sociais iniciaram um debate que resultou no conceito de soberania alimentar que contrapõe os interesses dominantes que até então tomavam conta das políticas alimentares.

O primeiro conceito de Segurança Alimentar proposto, em 1974, com o objetivo de garantir o direito à alimentação, possuía concepções produtivistas que contemplavam apenas os grandes produtores em detrimento da agricultura camponesa. Esse primeiro conceito não tratava da procedência, da qualidade, não questiona o modelo de distribuição e de consumo (CAMPOS; CAMPOS, 2007; RIECHMANN, 2011), sendo definido como a “[...] disponibilidade em todos de abastecimento alimentar mundial adequado de alimentos básicos para sustentar uma expansão constante do consumo de alimentos e compensar as flutuações na produção e nos

preços [...]”¹¹ (FAO, 1983, p. 1, tradução nossa).

Esse primeiro conceito se baseou na disponibilidade de alimentos, mas, em 1983, a FAO reformulou o conceito de soberania alimentar fundado também na oferta e na procura, sendo que a segurança alimentar foi definida com o objetivo de “Garantir que todas as pessoas, em todos os momentos, tenham acesso físico e econômico aos alimentos básicos que precisam [...]” (FAO, 1983, p. 1, tradução nossa)¹².

O terceiro conceito de segurança alimentar foi desenvolvido pela FAO entre 1993 e 1996, quando foi aceito na Cúpula Mundial da Alimentação, em Roma, sendo assim definido em sua Declaração e no Plano de Ação: “Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, a todo o momento, acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e sã [...]” (ONU, 1996, p. 1). A FAO buscou com essa redefinição atender o nível individual, familiar, nacional, regional e mundial, mas deixou de fora o nível local. No entanto, é um conceito que ainda está em discussão.

Essa redefinição não foi construída coletivamente com a participação dos movimentos sociais e teve influência do Banco Mundial, por meio de seu relatório e a adoção da Teoria da Fome (1981) de Amartya Sen. O Banco Mundial adotou a vertente da insegurança alimentar baseada na pobreza, nos baixos rendimentos e nos períodos de pressão intensificada, causados por desastres, colapsos econômicos e conflitos.

Conforme a FAO (2006), a referida Teoria da Fome (1981) se fundamentou nos direitos pessoais e seus efeitos sobre o acesso aos alimentos por meio da produção, do trabalho, do comércio e da transferência de recursos. O caminho até então adotado se voltava ao contexto das emergências e do enfrentamento de riscos.

Nesse mesmo período, especificamente na primeira década deste século, surge um novo ator sociopolítico na sociedade civil, que dará uma vertente diferente ao debate sobre segurança alimentar, contestando os efeitos do modo de vida capitalista ocidental moderno; a forma de processamento da globalização atual, do papel do Estado em relação ao avanço do neoliberalismo e da cultura do lucro. Ainda, buscará a defesa da cultura local, da autonomia, do desenvolvimento sustentável e das novas formas de lutas (GOHN, 2010). Esse ator é o movimento social alter ou antiglobalização, sendo que

¹¹ “Availability at all times of adequate world food supplies of basic foodstuffs to sustain a steady expansion of food consumption and to offset fluctuations in production and prices”.

¹² “Ensuring that all people at all times have both physical and economic access to the basic food that they need”.

[...] uma das características marcantes do movimento antiglobalização é a heterogeneidade de sua composição social: ele é composto por uma rede de movimentos e organizações sociais de espectro variado, destacando-se: defesa dos direitos humanos, estudantes, anarquistas, organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais rurais, centrais sindicais, alas de partidos políticos e organizações de esquerda, redes de interlocução de pequenos grupos etc., cada um desses grupos tem origens, ideologias, instituições de apoio e trajetórias históricas diferenciadas. (GOHN, 2007, p. 35)

Dentro dessa heterogeneidade de composição apontada por Gohn (2007) estão os movimentos sociais rurais e dentro destes está um dos principais atores do debate ocasionado, paralelo à Cúpula Mundial de Alimentação: a Via Campesina (RIECHMANN, 2011).

A Via Campesina é uma organização internacional fundada oficialmente em 1993, na Bélgica, por iniciativa de movimentos campestinos e agrícolas, sendo composta atualmente por 164 organizações. O debate de 1996 confrontou as omissões e o rumo que o conceito de segurança alimentar estava tomando, além de questionar as “[...] políticas agrícolas neoliberais impostas aos governos do mundo inteiro através de organismos internacionais como Organização Mundial do Comércio – OMC e Banco Mundial.” (CAMPOS; CAMPOS, 2007, p. 08).

Diante desse embate, em 1996, a Via Campesina, acompanhada de outras organizações sociais, propôs o conceito de soberania alimentar em contraponto ao de segurança alimentar difundido pela FAO. Isto ocorreu porque a Via Campesina entendia que o conceito da FAO só atendia aos interesses das políticas produtivistas neoliberais e ao agronegócio, prejudicando os pequenos e médios produtores, o meio ambiente e grande maioria da população (CAMPOS; CAMPOS, 2007). Nesse sentido, definiu-se soberania alimentar como o:

DERECHO de los países y los pueblos a definir sus propias políticas agrarias, de empleo, pesqueras, alimentarias y de tierra de forma que sean ecológica, social, económica y culturalmente apropiadas para ellos y sus circunstancias únicas. Esto incluye el verdadero derecho a la alimentación y a producir los alimentos, lo que significa que todos los pueblos tienen el derecho a una alimentación sana, nutritiva y culturalmente apropiada, y a la capacidad para mantenerse a sí mismos y a sus sociedades (VIA CAMPESINA, 2002, s.p., grifo nosso).

A Soberania Alimentar é tratada como um direito dos povos de definir suas políticas agrárias, de emprego, pesqueira e alimentar, mas de forma ecológica, social, econômica e cultural, de acordo com suas realidades. Esse primeiro conceito passa a ser o marco norteador que difere da Segurança Alimentar, pois esta excluía de seu conceito a importância das políticas pesqueira e de emprego, focando apenas na agricultura. Ademais, ela não tinha como princípio o respeito às culturas dos povos, mas impunha formas de consumo e padrões alimentares para

que eles aderissem. O papel da mídia foi fundamental em sua estratégia.

No ano de 2007 o conceito de soberania alimentar, além de um direito, passa a ser considerado um dever, pois os movimentos sociais entendem que toda a população que deseja ser livre e ter autonomia tem a obrigação de produzir seus próprios alimentos (CINTRA, 2013). Isto não quer dizer que não possam receber a contribuição alimentar de outros, mas que o fornecimento alimentar não pode ocorrer exclusivamente ou principalmente por outros, pois afetaria sua autonomia. O conceito de Segurança Alimentar passa a “[...] ser tratado como questão de segurança nacional [...]”, pois a “[...] persistência da fome e da miséria pode ameaçar a estabilidade interna de um país, além de gerar pressões ou interferências externas [...]” (CINTRA, 2013, p. 02). Estes movimentos consideram que “[...] para ser livre, um povo precisa ser soberano – e essa soberania passa, necessariamente, pela alimentação [...]” (CINTRA, 2013, p. 02).

Em 2011, no Fórum Mundial de Soberania Alimentar, em Havana, Cuba, a Declaração final assinada pela Via Campesina reafirmou a autodeterminação da produção e do consumo como princípios norteadores da Soberania Alimentar e introduziu outros aspectos, sendo eles:

[...] o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito a alimentação para toda a população com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígena de produção agropecuário, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. A soberania alimentar favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos. Defender a soberania alimentar é reconhecer uma agricultura com camponeses, indígenas e comunidades pesqueiras, vinculadas ao território; prioritariamente orientada a satisfação das necessidades dos mercados locais e nacionais (VIA CAMPESINA, 2011, s.p.).

A Via Campesina e outras organizações rurais acreditam que a produção de alimentos deve se basear nos pequenos e médios produtores, buscando o desenvolvimento da produção agrícola local. Ainda, entende que o alimento possui multifuncionalidade, englobando sua função cultural, social, política, histórica, nutricional e ecológica e condena a função do alimento apenas como mercadoria e *commodities*, defendido pelas políticas agrícolas neoliberais e pelo agronegócio.

Em 2014, em resposta às pressões do movimento social rural e às crises multidimensionais, a FAO permitiu a discussão – dentro de sua esfera de atuação – sobre o papel dos produtores familiares na busca da segurança e soberania alimentares, mas com ligação para as exportações agrícolas.

Desde 1996, a Organização das Nações Unidas (ONU) e outros países estabeleceram

como meta a diminuição pela metade da pobreza e da fome até 2015 (CAMPOS; CAMPOS, 2007). Contudo, esse objetivo não foi alcançado, sendo necessária a formulação de novas estratégias e a reformulação de conceitos relacionados à alimentação.

4.3.2 Do Conteúdo da Soberania Alimentar

Não existe uma “polissemia” entorno do conceito de soberania alimentar como é afirmado em algumas publicações científicas, o que existe é uma ampliação do conceito decorrente do constante debate visando a sua efetividade. Polissemia significa um termo que apresenta vários significados, no entanto, soberania alimentar tem apenas um significado, que, por diversas vezes, foi ampliado.

O significado original do conceito de soberania alimentar sempre foi dado pelo movimento campestre. Não é um conceito da FAO, dos nutricionistas ou dos economistas. Contudo, existe um desrespeito de grupos que não consideram a legitimidade e o significado dado por esses movimentos sociais rurais, o que ocorre por estes não pertencerem à elite social, política ou econômica, haja vista que são grupos considerados marginalizados.

Sua verdade não é reconhecida até que, por meio de ações, estratégias e vozes coletivas, os movimentos sociais criem “[...] vontade política entre os servidores públicos com poder de decisão, para desmontar e transformar as instituições e as regulações que atualmente freiam [...]” (ALTIERI, 2010, p. 29) a soberania alimentar. Quando isto acontece, buscam reformular o termo para desconsiderar e tirar do jogo os atores iniciais que provocaram a vontade.

A soberania alimentar é um direito, um dever e um princípio. Este último termo vem do latim *principium*, que significa, em uma acepção vulgar, início, começo, origem das coisas. Como direito e dever, a soberania alimentar poderá estar se atualizando conforme a realidade social, o que explica a ampliação de seu conceito. Como princípio, ela é válida em todos os tempos, é uma espécie de “filtro”, uma “peneira” ou uma “lente” que permite que os movimentos sociais rurais enxerguem a realidade para assim agir. As linhas dentro da soberania alimentar não são divergentes, buscam atender a realidade considerando suas multidimensões. Isto não fará com que a essência do conceito mude, pois, como princípio, ele será válido em todos os tempos.

Como princípio, a soberania alimentar possui um carácter multidisciplinar¹³,

¹³ Envolve mais de uma disciplina ou conhecimento, neste caso, a Geografia, a Política, a Economia, a Antropologia, o Direito e a Agronomia.

interdisciplinar¹⁴ e transdisciplinar¹⁵, o que permite encontrar dentro dela outras soberanias que se fazem necessárias para sua efetivação – soberania territorial, soberania cultural, soberania nacional e soberania popular. Para Paulo Eduardo Moruzzi Marques (2010, p. 81), “[...] as posições de soberanistas se afastam claramente de idéias xenófobas [...]”.

Apesar de algumas semelhanças, a segurança alimentar não é igual à soberania alimentar, pois possui atores e interesses diferentes, bem como formas de solução e princípios divergentes. Os defensores iniciais da segurança alimentar, no decorrer de toda a história, depararam-se com os aspectos negativos que eles mesmos causaram, mas buscaram reformular e aproveitá-los a seu favor. Foi assim que surgiram o *dupping*, as *commodities*, e outros elementos da política neoliberal.

A materialidade do conceito de soberania alimentar está inicialmente no entendimento da função do alimento para a população. Os movimentos sociais acreditam que o alimento não tem apenas um caráter nutritivo, nem mesmo deve ser visto como mercadoria em favor do lucro. Ele é um direito natural e essencial para a sobrevivência, possuindo várias funções (multifuncional): cultural, social, política, ecológica e econômica – no caso da agricultura familiar (RAMÍREZ MIRANDA; HÉRNANDEZ, 2014).

De acordo com Santos (2013), o aspecto cultural do alimento não engloba apenas a cultura nacional, regional e local, mas, principalmente, a cultura campesina. A diversidade cultural deve ser respeitada desde o momento da produção do alimento até o consumo, com a manutenção do sistema múltiplo, tradicional de cultivo com seus conhecimentos e tecnologias – colheita, secagem, armazenagem, influência da lua.

A produção de alimentos deve ser em pequena escala, com uso de insumos naturais, respeitando os ciclos da água, polinização, estabilidade climática e das estações. A mão de obra é familiar, com a utilização dos recursos naturais disponíveis, com a preservação da biodiversidade e uso de sementes crioulas – tradicionais –, em vez de sementes patenteadas. As sementes crioulas guardam uma ampla diversidade, pois são selecionadas, guardadas e compartilhadas entre as famílias (LONGHI, 2008 apud SANTOS; TONEZER; RAMBO, 2009).

Outro aspecto que busca respeitar a cultura e também descentralizar o desenvolvimento é o reforço do mercado interno, com foco na produção local – endógeno –, na defesa dos produtos tradicionais e na oportunidade equitativa de mercado (ALTIERI, 2010).

¹⁴ Busca aspecto comum entre diferentes disciplinas ou conhecimento com sua integração e articulação. Respeitando as unidades em seu todo.

¹⁵ Existe a unicidade de todos os conhecimentos, considerando a realidade.

O escoamento da produção ocorre por meio da criação de espaços alternativos de comercialização e circuitos curtos alimentares – feiras livres, pequenas lojas de cooperativas de produtos ou consumidores e mercados institucionais –, evitando, assim, os atravessadores que acabam encarecendo o valor do produto (CENTRO ECOLÓGICO, 2008; SANTOS; TONEZER; RAMBO, 2009).

O movimento campestino, por meio da soberania alimentar, luta pela autonomia local e dos povos, sendo contra a produção em larga escala, a dependência do petróleo, a monocultura, a utilização de insumos químico-sintético, o uso de agrotóxico, o uso de transgênicos, a contaminação das águas, a patente das sementes, a entrada de produtos excedentes por meio do *dumping*, a dependência das importações, a desregulamentação e supremacia do mercado (CENTRO ECOLÓGICO, 2008; MARQUES, 2010).

Enquanto a política produtivista neoliberal acredita que para eliminar a fome do mundo deve ocorrer o aumento da disponibilidade alimentar, a soberania alimentar foca no acesso da população aos alimentos por meio do fortalecimento da autonomia dos povos. A soberania alimentar defende a participação da população na elaboração das políticas públicas e nas mudanças de “baixo para cima” (SANTOS; TONEZER; RAMBO, 2009); a criação de estoques públicos reguladores para garantir o abastecimento e evitar a variação dos preços dos alimentos; e o incentivo ao cooperativismo, à sustentabilidade, ao acesso aos créditos públicos, à água e às sementes (MARQUES, 2010).

Com a produção sendo controlada pelos pequenos e médios produtores ao invés das grandes companhias agroindustriais, é necessário proteger o sustento, assim como aumentar a geração de empregos e os salários. As políticas públicas não devem buscar apenas a produtividade, mas possibilitar que as formas culturais de cultivo e alimentação dos campestinos sejam respeitadas. Elas devem proteger as condições de trabalho, a saúde do trabalhador; incentivar a igualdade social e a reforma agrária (ALTIERI, 2010).

A soberania alimentar como política pública deve contemplar o incentivo e a consolidação da reforma agrária nos países, possibilitando que os campestinos, as famílias, os pequenos e médios produtores tenham acesso à terra e ao sustento. É necessário o desenvolvimento das políticas de preços mínimos que cubram os custos de produção, com margem de renda para as famílias camponesas. Deve, também, buscar as políticas de estoques reguladores, fornecimento de assistência técnica com equipes multidisciplinares gratuitas, repartição dos benefícios e produção de legislações específicas que favoreçam a produção e a comercialização camponesa. É necessário desenvolver a estrutura local possibilitando a vida na terra, com a participação dos camponeses nas tomadas de decisões, no acesso aos créditos

públicos, com a proteção e desenvolvimento dos seus direitos como trabalhador e agricultor (SANTOS, 2013). Para a soberania alimentar, as políticas públicas precisam reconhecer os serviços ambientais prestados pelos campesinos com suas famílias, protegendo o conhecimento tradicional e a educação camponesa.

A soberania alimentar também luta pelo reconhecimento do papel dos campesinos, a propagação dos seus saberes, a busca de sua emancipação e o “[...] fortalecimento dos mecanismos de resistência ao discurso da modernidade agrária [...]” (SANTOS; TONEZER; RAMBO, 2009, p. 12).

O antagonismo entre a política neoliberal e a proposta da soberania alimentar fica evidente, conforme exposto no quadro abaixo:

Quadro 1 – Antagonismo entre Neoliberalismo e Soberania Alimentar

Neoliberalismo	Soberania Alimentar
Organização Mundial do Comércio (OMC)	Via Campesina
Sementes patenteadas	Sementes crioulas
Comercialização indireta	Comercialização direta
Transgênicos	Ecológicos
Internacional	Local e regional
Homogeneização cultural	Diversidade cultural, étnica
Grandes produtores	Pequenos e médios produtores
Degradação ambiental	Sustentabilidade
Agronegócios, agroindústria	Agricultura familiar e camponesa
Alimento mercadoria / <i>commodities</i>	Multifuncionalidade alimentar
Disponibilidade alimentar	Acesso aos alimentos
Decisão de cima para baixo	Decisão de baixo para cima
Extinção dos estoques públicos alimentares	Criação de estoques públicos reguladores
Conglomerados	Cooperativismo
Concentração fundiária	Reforma Agrária
Monocultura	Sistemas de cultivo múltiplo e tradicionais
Atravessadores	Circuitos curtos alimentares
Dependência das exportações	Autonomia local
Livre concorrência	Oportunidade equitativa de mercado
Mecanização agrícola – desemprego	Produção de emprego
Produção em larga escala	Produção em pequena escala
Diminuição dos preços por meio do <i>dumping</i>	Diminuição dos preços por meio da exclusão dos atravessadores
Uso de agrotóxicos	Não uso de agrotóxicos
Insumos químicos	Insumos naturais
Precarização das condições de trabalho	Proteção das condições de trabalho
Petróleo	Energia Solar
Desregulamentação do Mercado	Intervenção estatal
Desigualdade social	Igualdade social

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Conforme o quadro e levando em consideração que a segurança alimentar, inicialmente, veio minimizar a fome por meio das políticas neoliberais produtivistas, percebemos que a reação do movimento social rural por meio da proposta de soberania alimentar não visa a uma complementação da primeira proposta, pois elas são divergentes. A FAO e os atuais capitalistas estão buscando somar essas duas concepções, mas para isto ocorrer será necessário mexer na essência da soberania alimentar.

4.3.3 Soberania Alimentar no Assentamento em Santa Lucía

Para Altieri (2010, p. 24), o conceito de soberania alimentar “[...] enfatiza o acesso dos agricultores a terra, às sementes e à água, enfocando a autonomia local, os mercados locais, os ciclos locais de consumo e de produção local, a soberania energética e tecnológica e as redes de agricultor a agricultor [...]”. Porém, vários fatores impossibilitam a concretização da soberania alimentar no assentamento de Santa Lucía.

Sua localização carece de transporte público, estando limitado aos meios de locomoção particular. A cidade está renascendo lentamente com o incentivo do Estado, que tem interesse que a segunda tentativa de desenvolvimento do assentamento prospere. No entanto, ainda não se pode afirmar a existência de uma autonomia local. A quantidade e qualidade da terra disponibilizada pelo Estado são insuficientes e precárias para o cultivo de alimentos.

De acordo com um dos líderes do movimento, José Rodríguez, “[...] não foi realizado nenhum tipo de conservação nem melhoramento do solo [...]” (informação verbal)¹⁶. Os assentados são constantemente ameaçados por seus vizinhos latifundiários por meio de balas de borracha e proliferação dos agrotóxicos para além da propriedade – contaminação cruzada. Em fevereiro de 2015, os dirigentes da Liga se reuniram para decidir o retorno dos *carperos* para Ñacunday em decorrência de uma extensão maior e melhor qualidade da terra.

No Paraguai, essa soberania é constantemente afetada pelo domínio das empresas transnacionais que são contra as políticas sociais, a reforma agrária e são propagadores de desigualdade. A lógica econômica e social defendida pela Liga Nacional de Carperos é divergente da lógica neoliberal. Eles se opõem as privatizações, o uso indiscriminado de agrotóxico, “a cultura do lucro”, a desigualdade social e a exploração do trabalho camponês. Eles defendem que a “cultura do lucro” deve ser substituída pela cultura do ser humano pleno, com direito à vida, à terra, à saúde, à defesa da identidade cultural e o respeito aos direitos humanos fundamentais. O movimento de resistência ao império dos agrotóxicos no Paraguai tende a buscar produções sustentáveis por meio de metodologias ecológicas no trato com a terra.

Dentre essas tendências, não foram encontradas no assentamento a busca por uma agricultura biodinâmica, no entanto foi identificado focos da agricultura orgânica e agricultura natural, sendo incentivada pelos próprios camponeses.

¹⁶ Ex: Informação fornecida via whatsapp, entrevista em 15 de junho de 2015.

4.4 SOBERANIA NACIONAL OU SEGURANÇA NACIONAL?

Para buscar compreender a luta da Liga Nacional de Carperos pela Soberania Nacional, farei uso do livro “*Las Tierras de Ñacunday, Marina Kue y Otras calamidades*” (2013) do sociólogo paraguaio Ramón Fogel, primeiro a estudar o referido movimento a partir de fontes primárias. Fogel (2013) faz uso de entrevistas grupais focalizadas, realizadas no período de março de 2012 e junho de 2013, e a exploração de dados secundários, incluindo expedientes administrativos e judiciais.

Diferentemente de outras produções científicas exemplificadas anteriormente nesta dissertação, o trabalho de Fogel (2013) não reproduz o discurso midiático, cujo interesse é passível de dúvida ao tratar da Liga Nacional de Carperos. Fogel (2013) é mestre em Ciências políticas pela *Facultad Latino Americana de Ciencias Sociales* (FLACSO), doutor em Direito pela *Universidad Nacional de Asunción* e PhD em Sociologia na University of Kansas. Foi juiz *ad hoc* da Corte Interamericana de Derechos Humanos (Caso Yake Axa). Atualmente, é socioinvestigador do Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios (CERI) em Assunção, no Paraguai.

No primeiro capítulo do seu livro, o autor faz uma reflexão acerca do problema da terra no Paraguai; no capítulo seguinte, retrata a apropriação ilegal de terras em *Ñacunday*; no terceiro, expõe as lutas dos *carperos* de *Ñacunday* e, no último, descreve os fatos que ocasionaram o massacre de *Curuguaty*.

Podemos perceber que a Liga Nacional de Carperos, faz uso do direito positivado ao invés do direito natural em seu discurso ao apresentar suas demandas – será contínuo o uso de termos como legalidade e ilegalidade.

Ramón Fogel é claro ao explicar que a Soberania Nacional é afetada em decorrência do acúmulo de terras por parte de estrangeiros, principalmente brasileiros, que esse acúmulo resulta no controle estrangeiro do território paraguaio:

El referido acaparamiento de tierras por parte de los brasileños plantea un problema de soberanía que no inquieta a los partidos Liberal, Colorado, Patria Querida y UNACE, que desde posiciones conservadoras y ultraconservadoras se asocian a los brasileños, sin tener en cuenta, por una parte el menoscabo de la soberanía implicado en el control extranjero de territorio, y por otra que la dimensión etnocultural da al conflicto entre campesinos paraguayos y sojeros brasileños un mayor potencial (FOGEL, 2013, p. 68).

Em entrevista com grupos focais com a participação dos carperos, Ramón Fogel (2013, p. 89) extrai a seguinte declaração:

[...] defenderemos nuestra soberanía y recuperaremos miles de hectáreas que pertenecen al Estado. Sin tierra nada podemos hacer, y ya con tierra podemos conseguir créditos y producir en cooperativas para trabajen con agro industrias (secadores de yerba, procesamiento de granos, fábricas de azúcar, exprimidoras de frutas, etc.) y cadenas productivas. Lo que se produzca se podrá exportar. Si somos un país soberano, independiente, no podemos tener grandes latifundios en poder de extrajeros.

Além de possuir grande parte dos meios de produção que garante boa parte da economia do Paraguai, os estrangeiros buscam também fazer uso do Estado para possibilitar benefícios como mão de obra barata, baixos impostos, baixa fiscalização e privatizações. A concessão desenfreada desses benefícios favorece a perda ou o esvaziamento da soberania nacional:

La misma perdida de soberanía en la región se manifiesta a través de la privatización del río Ñacunday, con puertos privados, por lo menos algunos explotados por los grupos Favero que escapan al control del Estado paraguayo. [...] En circunstancias en que cónsules brasileños intervienen en reuniones para discutir salidas a los conflictos ante el silencio del Estado pudiera pensarse que el Paraguay deja de ser un país soberano (FOGEL, 2013, p. 80).

Para o Estado paraguaio manter esses benefícios, é necessário tirar direitos do povo paraguaio por meio da não efetivação destes direitos, resultando em uma saúde pública, porém não gratuita, sendo os serviços e medicamentos cobrados da população. O ensino é público e gratuito, mas o Estado paga somente os valores referente à remuneração dos professores e os estudantes universitários pagam pela estrutura e pelo material. As transnacionais reclamam da ausência de mão de obra qualificada, mas não se dispõem a perder valores em prol da educação da população.

A Liga Nacional de Carperos entende que aumentar os impostos relacionados à soja permite o investimento nas áreas que o povo paraguaio mais pobre necessita. Por meio da rede social *Facebook*, um dos líderes da Liga se manifestou em relação a pobreza da população paraguaia:

Figura 10 – Manifestação de um dos líderes dos carperos


LA NACION POLÍTICA NEGOCIOS DEPORTES PAÍS MUNDO VOCES

José Rodríguez · Universidade Nacional de Assunção

Somos un país inmensamente rico en recursos naturales (mal explotados), con tan pocos habitantes, que no debiéramos tener pobres ni desocupados. Y mucho menos que la quinta parte de la población sobreviva en la extrema pobreza. Dichos números sólo desnudan nuestra absoluta incapacidad o nuestra incurable atrofia mental para pensar y encontrar soluciones creativas, reales y de fondo al eterno problema de la tan mentada pobreza en general y campesina en particular. Lamentablemente, y exceptuando el programa de destronque y mecanización de la agricultura campesina, desde el actual gobierno (léase MAG) se sigue manteniendo, reproduciendo y perpetuando la misma fracasada, vieja y denigrante política asistencialista hacia el sector campesino, repartiendo 10 pollitos y 5 kilos de balanceados por familia. Y el año p la repartija de 300 dólares a los que salieron a cerrar ruta. Pésima decisión gubernamental que sólo incentivó el mendiguismo, el oportunismo y una escandalosa corrupción, que envilecen al campesino. Hoy ese antecedente es lo que alienta a la gente a salir a la calle (ya van varios días e irán más) y otorga credibilidad al llamado de los organizadores, a pesar de la aclaración del gobierno y habiendo serios indicios de una peligrosa manipulación política y oportunista de la necesidad y esperanza de la gente. Ojalá esto no termine mal y sean nuevamente los humildes quienes paguen con su sangre y su preciosa vida la tilinguería y las mezquinas ambiciones de unos pocos inescrupulosos que están detrás de todo esto. Ojalá que no.

Me gusta · Responder · 12 de diciembre de 2015 9:57

Facebook Comments Plugin

Fonte: FACEBOOK, 2015.

Santos (2005, p. 41) esclarece que a política neoliberal vigente em países como o Paraguai deseja o Estado fraco com o seu “encolhimento”, “[...] produzidos pelos mecanismos conhecidos, tais como a desregulação, as privatizações e a redução dos serviços públicos [...]”. O padrão dominante no Paraguai pode ser enquadrado na descrição dada por Offe (1996 apud BAUMAN, 1999, p. 76):

O padrão dominante pode ser descrito como ‘afrouxamento dos freios’: desregulamentação, liberalização, flexibilização, fluidez crescente e facilitação das transações nos mercados financeiros, imobiliários e trabalhista, alívio da carga tributária etc. Quanto mais consistente a aplicação desse padrão, menos poder é retido nas mãos do agente que o promove e menos ele poderá, por ter cada vez menos recursos, evitar aplicá-los caso o deseje ou seja pressionado a fazê-lo.

A acumulação de terra na fronteira por estrangeiros não é apenas um problema de Soberania Nacional, mas de Segurança Nacional, pois diminui a garantia da atuação das instituições nacionais e suas leis. Assim expressa Fogel (2013), ao falar da importância da mobilização campesina em prol da Soberania Nacional:

Outro aspecto que es develado por las movilizaciones de los carperos tiene que ver con una suerte de cesión de soberanía que permite al Paraguay a lo sumo el ejercicio de una soberanía restringida, que viene de gobierno anteriores, teniendo en cuenta, por una parte el acaparamiento de tierra por brasileños en una región fronteriza con el Brasil, y por otra la pérdida de vigencia de leyes e instituciones nacionales dentro de su territorio. [...] La soberanía nacional en el área de frontera estaba en entredicho y el Estado no garantizaba en su territorio la vigencia de instituciones nacionales, aunque se contaba con intervención activa del poder judicial en un proceso que implicaba la merma substancial de soberanía. (FOGEL, 2013, p. 79-84)

As terras localizadas na fronteira – 60 quilômetros – possuem sua importância tanto para a soberania nacional como para a segurança nacional. A Segurança Nacional é definida neste trabalho como “[...] estado de garantia proporcionado à Nação para a consecução dos seus objetivos nacionais, dentro da ordem jurídica vigente [...]” (BRASIL, 1978, s.p.). Dentre os objetivos nacionais eleitos pelo Paraguai, encontra-se a soberania nacional, que está intimamente ligada à ideia de integridade territorial e independência nacional, expressa no Art. 155 da Constituição da república Paraguaia:

Artículo 155 - DEL TERRITORIO, DE LA SOBERANÍA Y DE LA INENAJENABILIDAD. El territorio nacional jamás podrá ser cedido, transferido, arrendado, ni en forma alguna enajenado, aún temporalmente, a ninguna potencia extranjera. Los Estados que mantengan relaciones diplomáticas con la República, así como los organismos internacionales de los cuales ella forma parte, sólo podrán adquirir los inmuebles necesarios para la sede de sus representaciones, de acuerdo con las prescripciones de la ley. En estos casos, quedará siempre a salvo la soberanía nacional sobre el suelo (PARAGUAY, 1992, s.p.).

Logo, para ceder, transferir, arrendar as terras, principalmente as localizadas nas fronteiras do Paraguai, é necessário considerar a soberania nacional. Assim, não é ilógico e muito menos xenofóbico que a Liga Nacional de Carperos reivindique as terras na fronteira que estão nas mãos de estrangeiros. O discurso por parte de alguns brasileiros de que existe uma que autoriza a apropriação de terras na fronteira por estrangeiros não torna o ato legítimo, quando a referida lei está em confronto com os princípios da Constituição Paraguaia (1992). O governante que dispõe do interesse público em prol de interesses privados age fora dos princípios legais que o colocaram no cargo.

No preâmbulo da Constituição Paraguaia é exposto os objetivos nacionais que o Estado e o povo paraguaio devem almejar. Nele está o reconhecimento da dignidade humana, assegurando à liberdade, a igualdade, a justiça, os princípios da democracia republicana, representativa, participativa e pluralista, ratificando a soberania e independência nacional, mas integrada a comunidade internacional. Estar integrada não quer dizer estar subjugada

(PARAGUAY, 1992).

O próprio Estado Paraguaio contribui com o esvaziamento da Soberania Nacional quando seu presidente Horacio Cartes afirma que *“El Paraguay es como una mujer fácil y bonita [...]”* [...] *“Usen y abusen del Paraguay porque es un momento importante de oportunidades”* (POLÉMICO, 2014, s.p.). Esse posicionamento apresenta o país como uma mercadoria, desconsiderando seu povo, principalmente por permitir também uma interpretação machista da figura da mulher no Paraguai. Machista é a afirmação que uma mulher por ser bonita pode ser abusada e usada.

A propaganda neoliberal do Estado Paraguaio desconsiderou a humanidade de seu povo, que não deseja ser explorado, muito menos estar sujeito ao tratamento desigual. Ser tratado diferentemente, respeitando sua cultura, não é ser tratado de forma desigual, em uma relação de hierarquia. Ambos os países são soberanos, isto é, não deveria haver hierarquia entre eles.

Os movimentos camponeses no Paraguai, principalmente a Liga Nacional de Carperos, ao defender a soberania nacional, destaca a necessidade de serem tratados não mais como mão de obra barata ou como mercadoria, mas como humanos. A dinâmica econômica deveria considerar a vontade do povo paraguaio e não ser ditada por políticas neoliberais estrangeiras. Ser soberano é ter as políticas públicas direcionadas, primeiramente, para o bem comum e não para uma minoria detentora de poder econômico. A autonomia, a integridade territorial e a soberania nacional são ameaçadas quando ocorre a “privatização” do poder político, com um desenvolvimento dedicado aos fins privados e não sociais (WOOD, 2003).

No entanto, quando se refere às terras localizadas na fronteira, a soberania nacional está diretamente ligada ao princípio de segurança nacional. Esse princípio ganha maior importância quando se refere às guerras e ao terrorismo. Mas, no discurso neoliberal, este princípio perde força quando é relacionado à dominação econômica. Antes do período da Revolução Verde (1960) o Paraguai enfrentou guerras com o objetivo de conquistar território, sendo adepto das teorias realistas nas relações internacionais. Com a nova forma de globalização, as teorias imperialistas ganharam espaço nas políticas externas e políticas de integração praticadas pelo Paraguai. No entanto, nessa conjuntura e na busca da paz, o país permitiu uma subordinação pacífica com os outros países.

Kaplan e Katzenbach (1964, p. 68), esclarecem que a soberania é um “[...] símbolo altamente emocional [...]”, é uma autoridade superior que não pode ser limitada por nenhum outro poder. Ou seja, a soberania nacional do Paraguai não poderá se sujeitar aos exclusivos interesses das transnacionais, em detrimento do interesse do povo paraguaio.

Nesse conjunto de ideias distintas, busca-se dar ao homem a ilusão de pertencimento do

todo, com concepções igualitárias, universais, com *corpus* de representação capaz de impor a hegemonia.

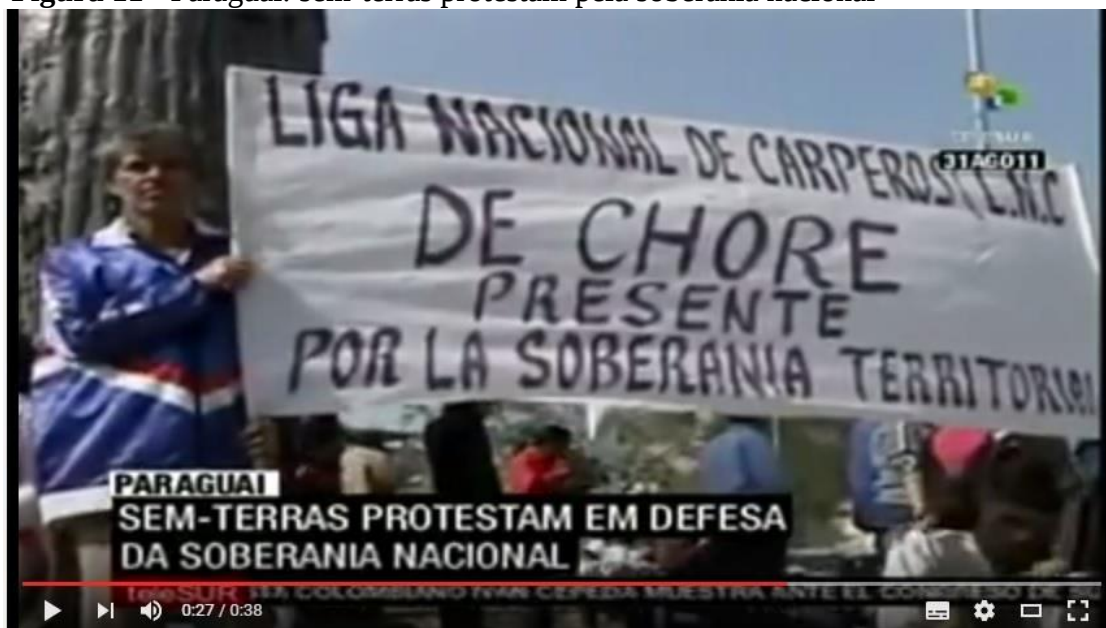
O movimento social ganha espaço na arena política, pois busca não apenas cobrar a atuação estatal dentro dos princípios em que foi criado, mas luta para contrapor os ditames das supranacionais e das corporações transnacionais que não estão a serviço do interesse social e humano.

O Assentamento Santa Lucía, resultou da reversão de mais de 3.000 hectares vendidos irregularmente, que voltaram para as mãos do Estado Paraguaio, sendo que parte das terras estavam nas mãos de brasileiros. No entanto, conforme entrevistas realizadas com os líderes do assentamento, essas terras não pertencem aos assentados, pois os títulos concedidos pelo INDERT não dispõem do direito à propriedade, mas apenas do direito de ocupação. Parte das terras ocupadas ainda está sendo objeto de disputas judiciais. Desse modo, fica difícil afirmar que ocorreu a efetivação da Soberania Nacional no assentamento de Santa Lucía, no Paraguai.

4.5 SOBERANIA TERRITORIAL

De acordo com as informações da TeleSURPt (2011), no dia 31 de agosto de 2011, em Assunção, no Paraguai, aproximadamente 10.000 integrantes da Liga Nacional de Carperos protestaram em defesa da Soberania Territorial. Eles marcharam nas principais ruas da capital até a praça do Congresso. Eles pediam ao governo a compra ou expropriação de aproximadamente 12.000 hectares de terra na fronteira com o Brasil, pois neste território existiam grandes plantações de soja controladas por fazendeiros brasileiros com títulos ilegais. Os trabalhadores rurais também demandavam o fim do desmatamento e da exploração das terras paraguaias. Nesse mesmo momento, uma comissão do movimento participou de uma reunião com o presidente Fernando Lugo.

Figura 11 - Paraguai: sem-terras protestam pela soberania nacional



Fonte: TELESURPT, 2011.

A Soberania Territorial foi expressa pelo dirigente do assentamento, que também esteve presente no período de existência do acampamento em Ñacunday, da seguinte forma:

Soberania territorial é na lei paraguaia, é a soberania territorial é o rio Paraná, é todo o rio, do território é 60km, [...] aí tinha que ter nome de Paraguai. Exatamente. Só de paraguaios. Não pode colocar em nome deles se não tiver identidade paraguaia, aqueles que tem identidade paraguaia não tem problema, mas aquele estrangeiro que não tem identidade paraguaia [...] (nacionalidade formal paraguaia), igual esses fazendeiros, não pode ter fazenda em limite de fronteira, é 60 km de fronteira, no puede, nem sociedade anônima, não pode. Essa seria a soberania territorial. Quem que tem que cuidar dessa soberania territorial é o militar. Quando vê que os perigos do país, a soberania territorial tá em perigo, aí tem que defender isso aí¹⁷.

Assim, entende-se que a Soberania Territorial seria o resgate das terras cedidas aos estrangeiros de forma ilegal. Conforme a Figura 1, podemos observar na imagem que existe uma faixa branca da Liga Nacional de Carperos com a seguinte frase: *De chore presente por la soberania territorial*. No entanto, a mídia televisiva expôs a seguinte legenda em relação à reportagem: “Sem-terras protestam em defesa da soberania nacional”. Isto deu a entender que a soberania territorial era igual à soberania nacional.

Os carperos entendem que as terras na faixa de fronteira - 60 (sessenta) quilômetros de largura paralela ao Rio Paraná – só poderiam ter como proprietários pessoas que tivessem nacionalidade paraguaia já formalizada, e que cabe aos militares fazer a proteção dessa faixa.

De acordo com Teixeira (2011), em 2005, por meio da Lei nº 2.532, ficou estabelecida

¹⁷ Entrevista pessoal realizada no dia 08 de julho de 2016.

a zona de segurança fronteira da República do Paraguai, sendo definido, no art. 2º, que somente por decreto do Poder Executivo – fundado em razões de interesse público – os estrangeiros dos países limítrofes do Paraguai ou pessoas jurídicas, integradas majoritariamente por estrangeiros desses países poderiam ser proprietários, condôminos ou usufrutuários de imóveis rurais. Todavia, a medida afetou diretamente os interesses dos brasileiros que possuíam ou queriam adquirir terras no Paraguai, que eram de valor inferior às do Brasil. Por pressão da embaixada do Brasil e dos bancos, no mesmo ano, foi alterado o art. 2º por meio da aprovação da Lei nº 2.647, ficando assegurados os direitos sucessórios para os estrangeiros que residiam no Paraguai há mais de 10 anos. Essa medida também forneceu mais segurança aos bancos credenciados, que passaram a adquirir ou receber como garantia hipotecária, imóveis nas faixas de fronteira.

O assentamento de Santa Lucía resultou da recuperação de aproximadamente 3.178 hectares de terras que estavam sendo recuperados pelo Estado, dentre estes havia terras sem títulos, terras de brasileiros com títulos ilegais e reserva florestal (INDERT, 2015a).

Percebe-se que as agências financeiras multinacionais interferiram na Soberania Territorial em prol de seus interesses neoliberais. Conforme Arjun Appadurai (1997, p. 35), a “[...] constituição do Estado-nação pressupõe o isomorfismo entre povo, território e soberania legítima, que se encontra ameaçado pelas formas de circulação de pessoas características do mundo contemporâneo [...]”. A globalização trouxe consigo a abertura das fronteiras e o aumento da migração, que somado a má distribuição e acesso à terra no Brasil, ocasionou a apropriação de terras de forma indevida na fronteira do Paraguai. Para resolver essa situação sem afetar os interesses neoliberais, o Estado paraguaio foi obrigado “politicamente” e economicamente a ceder legitimamente – através de leis - às terras na fronteira. Tal ato praticado afetou a vontade do povo paraguaio, que almeja a oportunidade de acesso a essas terras, à reforma agrária e à segurança na fronteira.

A Soberania Territorial também visa ao desenvolvimento territorial com autonomia e a substituição da ideia de economia regionalizada (região), pela concepção moderna de território. Nessa concepção, leva-se em consideração os componentes de cada território, não mais apenas os aspectos econômicos, mas também os culturais, os políticos, os sociais e os ambientais, ou seja, substitui-se a ideia do desenvolvimento a partir da economia regionalizada para um desenvolvimento do território considerando todos os seus aspectos (ABRAMOVAY, 1998).

O desenvolvimento com plena autonomia não é almejado pelo neoliberalismo, tanto no plano internacional como no local, pois para os Estados Unidos, assim como para a Inglaterra no período da Guerra do Paraguai (1864-1870), o único desenvolvimento aceito é o que gera a

dependência do capital estrangeiro, para que assim possam controlar direta e indiretamente os países e os povos. A globalização hegemônica permite uma autonomia limitada, a integração das elites detentoras do poder, mas a exclusão da população mais carente.

Ser soberano é poder ajustar as técnicas e as tecnologias aos lugares, e não os lugares às técnicas e às tecnologias do mundo moderno. O desenvolvimento territorial deveria ocorrer visando à justiça social, não mais a serviço do capital. Deveria, ainda, considerar o processo histórico e a organização política de cada lugar, a valorização das pequenas e médias iniciativas produtivas, a preservação, conservação e recuperação ambiental e a articulação entre o local e o extralocal (RAFFESTIN, 1993 apud SAQUET; SPOSITO, 2008) dentro destes novos princípios norteadores que divergem dos princípios impostos pelo neoliberalismo.

O Paraguai possui uma política centralizada e unitária herdada do período ditatorial que visava garantir um extremo controle de todo território e das relações sociais. No entanto, a efetividade desse controle se afrouxa com o início do processo democrático e da globalização. Novos princípios são inseridos, dentre estes a liberdade e igualdade, fator que acaba denunciando as diferenças e desigualdades sociais existentes dentro do território paraguaio.

A globalização, ao mesmo tempo em que integra regiões, também acaba segregando e marginalizando povos e territórios. Ela desterritorializa¹⁸ alguns povos e os reterritorializa, conforme o interesse do capital econômico e não conforme suas necessidades básicas – culturais, sociais, históricas, econômicas e políticas. A desterritorialização gera um processo de exclusão socioespacial de alguns povos, dentre estes, os indígenas e camponeses (CHELOTTI, 2010).

Conforme Marcelo Cervo Chelotti (2010), o capitalismo considera a terra como mercadoria – territorialidade capitalista – e desconsidera a importância da terra para a reprodução da família e de seu modo de vida específico – territorialidade camponesa (MARQUES, 2016). O sentimento de pertencimento expresso por estes em relação a um determinado espaço geográfico resulta na chamada identidade territorial. A distância dos familiares, a saudade, o isolamento geográfico, o estranhamento à cultura local, a ideia de pertencimento, o processo de aceitação pelo outro – internos e externos –, a nova paisagem e seu significado são aspectos subjetivos – imateriais – que influenciam no processo de reterritorialização dos assentados.

No decorrer do trajeto até o assentamento, são nítidas as desigualdades dos espaços rurais. Grandes plantações de soja com três pessoas trabalhando com uma colheitadeira, aldeia

¹⁸ É o movimento pelo qual se abandona o território.

indígena composta por várias famílias e o assentamento, cujas várias famílias almejam mais terras para plantar, pois a terra fornecida é de baixa qualidade, além de não possuírem maquinário para fazer o plantio direto visando complementar a renda para garantir o sustento da família, sendo que a quantidade de filhos varia entre 3 a 5 pessoas. Percebe-se que sobra mão de obra na região e que as máquinas substituíram a mão de obra local no decorrer do desenvolvimento produtivista moderno. Os espaços usufruídos pela população indígena foram diminuindo com a chegada e apropriação dos grandes fazendeiros, sojeiros e *colonieiros*.

Figura 12 - Plantação próxima ao assentamento



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

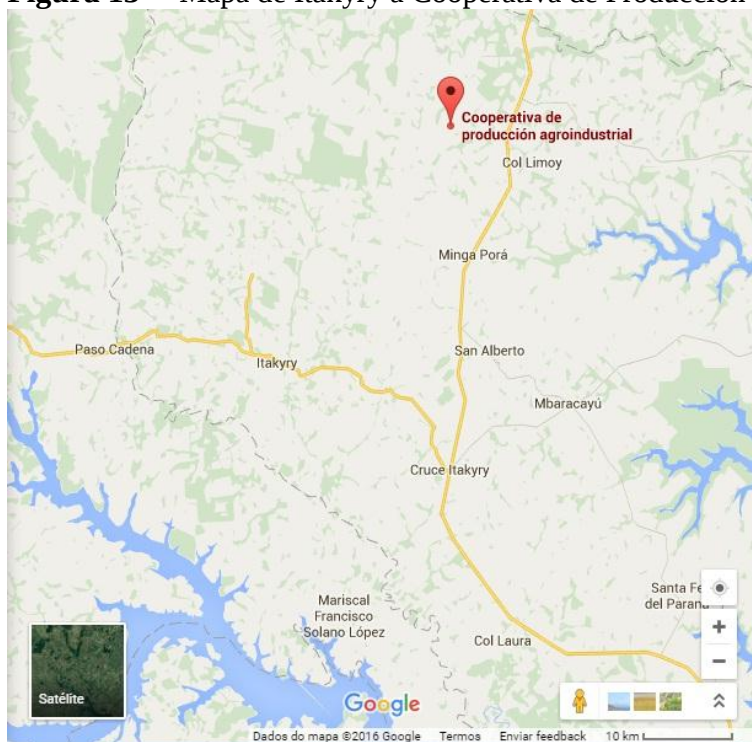
A eficácia das telecomunicações e transportes trazidos pelo processo de globalização, não alcançou o Assentamento de Santa Lucía. Conforme informações do dirigente da *Comission Vecinal*, os assentados não têm acesso à internet, nem transporte público, e caso venham a adquirir um automóvel particular, por considerar uma necessidade básica para a realidade local, acabam obtendo um dado que os descaracteriza para ter acesso aos programas do governo.

O dirigente também informa que o Paraguai possui programa de previdência social apenas para funcionários públicos e pessoas que possuem carteira assinada. Os assentados não são assistidos pela previdência social e ao tentar sobreviver ou se adaptar as características locais, acabam ficando de fora dos poucos programas que lhe restam. E que requisitos para serem contemplados pelos programas, quando aplicados aos assentados, divergem dos

requisitos estipulados por lei.

O assentamento fica a aproximadamente 50 quilômetros da *Supercarretera* Itaipu (Via Itaipu), 86 quilômetros da cidade de Minga Porá, 109 quilômetros de Cruce Itakyry e 133 quilômetros de Itakyry. Ou seja, a *municipalidad* (prefeitura) de Itakyry, que é responsável pela Colônia de Santa Lucía, onde está localizado o assentamento, fica a 133 quilômetros de distância, o que corresponde a 2 horas de viagem de carro, com velocidade média na estrada pavimentada de 60 km/h e 50 km/h na estrada de terra batida (metade do caminho percorrido). Para chegar ao assentamento e Itakyry, é necessário passar pelas cidades de San Alberto, Minga Porá e pela Colônia Limoy.

Figura 13 – Mapa de Itakyry à Cooperativa de Producción Agroindustrial



Fonte: GOOGLE MAPS, 2016.

A distância do assentamento e a ausência de transporte público dificultam a possibilidade de pluriatividade, isto é, a possibilidade de que algum membro da família possa obter renda das atividades não agrícolas, cuja nova característica de multifuncionalidade do espaço rural moderno deveria permitir (ALVES; LINDNER; RODRIGUES, 2008). A pluriatividade permite a sobrevivência familiar levando em consideração as conjunturas econômicas e os ciclos sazonais definidos pela natureza.

A distância, a falta de transporte público e a falta de acesso às informações dificultam que os assentados participem das audiências públicas, que ocorrem semanalmente na prefeitura;

encaminhem solicitações via e-mail ou correio; bem como busquem as várias informações e integrações que a internet atualmente disponibiliza.

As políticas públicas de desenvolvimento territorial no assentamento não ocorreram a partir de um processo endógeno, pois olhavam para os assentados como camponeses, quando na realidade eles desejavam serem vistos como agricultores familiares, com a possibilidade de integrar com os mercados locais com oportunidade equitativa, com autonomia local, com a possibilidade de comercialização direta, sustentável, multifuncional e pluriativa. O governo não buscou compreender suas demandas, elaborou uma política pública de cima para baixo e não o inverso, como desejavam os assentados, com a devida aplicação dos princípios da soberania alimentar e da soberania territorial.

Os assentados foram realocados com a promessa de adquirirem 20 hectares de terra para as famílias que possuíam até 5 filhos e 30 a 40 hectares para as famílias que tinham mais de 5 filhos. No entanto, por serem vistos como camponeses, isolados do mundo moderno e de produção, apenas para a subsistência, foi fornecido 6 hectares de terras que os assentados afirmam ser de baixa qualidade. A terra do local que estavam acampados em Ñacunday era vermelha, com maior capacidade produtiva do que a terra que estão assentados. A baixa qualidade da terra os obriga fazer uso intensivo de produtos químicos, pois caso não usem, em dois ou três anos, a terra não mais permitirá produzir. A baixa qualidade da terra não permite nem dispor da terra via arrendamento. Os assentados afirmam que o governo não quer entregar as terras de boa qualidade.

O dirigente informa que o governo se preocupou mais com o aspecto estético da moradia, do que com a funcionalidade desta. Assim, o órgão não se preocupou em fornecer casas de qualidade e manutenção – que atualmente sofrem com problemas na estrutura. Ele mostrou, como exemplo, sua casa, onde a água não sai mais pelo encanamento, que existem no assentamento 525 casas – de tijolo e madeira –, que não foi disponibilizado sistema integrado de esgoto e que aproximadamente 134 famílias vivem em moradia de madeira, as quais eram para ser provisórias (6 meses), sofrendo atualmente, principalmente, nos períodos de baixa temperatura (geadas).

Figura 14 – Moradias no assentamento Santa Lucía



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Além disto, os dirigentes indicaram que a Colônia de Santa Lucía e as aldeias arredores somam aproximadamente 12.000 pessoas, que todas são atendidas por um único posto de saúde, que possui apenas 1 (um) médico que vem na segunda-feira e vai embora na quinta-feira, trabalhando das 7:00 às 13:00hrs, e que não há ambulância, cama e remédio.

Os dirigentes entendem que falta segurança – sofrem com os furtos de galinhas, vacas e motos, não existe patrulhamento constante e que a polícia fica aproximadamente 15 quilômetros do assentamento.

Para eles, o ponto mais positivo dos serviços fornecidos é a educação, pois a escola¹⁹ apresenta ótima estrutura, ótimos profissionais e é disponibilizado ônibus para levar e buscar os filhos dos assentados.

No decorrer da observação, encontramos pequenas plantações de mandioca, cana-de-açúcar, milho, banana e cidreira. Foi identificada, também, uma mercearia e marcenaria, e poucas vacas e galinhas.

Carlos Espinola, tesoureiro da *Comission de Fomento y Desarrollo de La Colonia Tierra da Colônia Santa Lucía*, informou que o INDERT tem uma sede no assentamento, que disponibiliza de um técnico que vem para trabalhar na quarta-feira, às vezes na quinta-feira, indo embora no sábado, ou chega na terça-feira e vai embora na quinta-feira. Todavia, esse técnico não realiza oficinas para os assentados ou alguma forma de capacitação, não realiza visita em cada casa e, em alguns momentos, faltou com a verdade, o que dificulta a confiança. Ainda, este profissional tem baixo conhecimento e não tem poder de influência fora do

¹⁹ Fotos da escola no Apêndice II

assentamento, o que também não é de muita utilidade para o assentamento. O INDERT não disponibiliza engenheiro agrícola, apenas profissionais de menor grau e conhecimento.

Ao mostrar as fotos do folder do INDERT, sobre o assentamento Santa Lucía, considerado modelo, o dirigente se manifestou dizendo que para os assentados esse assentamento não servia como modelo, que poderia ser modelo apenas para as fotos de propaganda governamental, que as fotos não coincidiam com a realidade e que para os assentados, um assentamento modelo seria “[...] um lugar para produzir [...] que nos ajudem a fazer uma horta, com ajuda técnica, acompanhamento de um engenheiro, [...] com a presença constante do governo e com saúde [...] (informação verbal)²⁰. Ele entende que o governo tem que fornecer saúde, educação e uma casa digna para morar.

Os dirigentes afirmam não terem participado de feiras de agricultura familiar campesina promovida pelo INDERT e que devido à distância têm dificuldade de direcionar seus produtos para o mercado das cidades. Atualmente, existe um projeto para ser implantada uma cooperativa no assentamento, eles necessitam, contudo, de máquinas como trator e colheitadeira para fazer o plantio direto, poder competir no mercado e ter oportunidade equitativa. O trabalho é realizado individualmente, no entanto, em alguns momentos, as famílias se ajudam.

De acordo com o informe de 14 junho de 2015, Anexo V, o INDERT havia prometido fazer essa logística com frete gratuito, no entanto não cumpriu. Uma senhora havia produzido 3.000 quilos de mandioca, que seriam levados para o Brasil, mas o INDERT não enviou o caminhão conforme prometido e boa parte da produção estragou.

Ao serem indagados sobre a relação com as outras pessoas (fazendeiros, moradores das colônias, sojeiros e moradores de outras cidades), com exceção aos próprios assentados, eles afirmam não serem vistos “com bons olhos” e que acreditam estar excluídos da sociedade; que são acusados de tomarem as terras dos outros, quando na realidade o INDERT os deu as terras, trazendo-os até o local; que o INDERT não forneceu para eles os títulos da terra, apenas um documento de autorização de ocupação; e que estão ocupando as terras cujos títulos estão no nome de outras pessoas.

²⁰ Entrevista realizada em 8 de julho de 2016.

Figura 15 - Terra destinada aos assentados (amarelo) e os lotes (roxo), refere-se aos antigos moradores da Colônia.



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Conforme entrevista com o dirigente, mesmo dentro do assentamento, eles buscam participar das greves gerais, passeatas em outras cidades e fazem reuniões dentro do assentamento, que ocorrem no parque ou em alguma casa. Ainda, relata que para se comunicarem os assentados fazem uso da rádio que há dentro do assentamento. A cada ano ocorre eleições para eleger os dirigentes da Comissão Vecinal de Santa Lucía.

No assentamento em Santa Lucía, o desenvolvimento territorial local dentro dos princípios da Soberania Territorial ainda é pequeno, principalmente pelo fato de se tratar de um assentamento que possui 2 (dois) anos de existência, do não interesse político, dos conflitos ideológicos e dos estereótipos de camponês adotado pela política pública paraguaia. Sua localização carece de transporte público, estando limitado aos meios de locomoção particular e a dependência dos órgãos estatais para a manutenção do mínimo necessário para a sobrevivência. Assim, ainda não se pode afirmar a existência de uma autonomia local, muito menos de uma soberania territorial. Compreender a identidade dos assentados como agricultores familiares permite integrar os aspectos culturais, sociais e políticos ao econômico, fugindo da perspectiva economicista e adotando um novo paradigma para o processo de desenvolvimento, que vai além das ideias produtivistas adotada pelas políticas de integração Brasil - Paraguai.

4.6 SOBERANIA POPULAR

Para a Liga Nacional de Carperos, a Soberania Popular expressa que o Estado deveria estar sujeito à vontade do seu povo e não à vontade das transnacionais e dos estrangeiros. O desafio está em identificar quem é o povo nessa concepção de soberania.

A ideia de soberania popular é encontrada em Rousseau, que defendem que cada indivíduo detém uma parcela da soberania que o permite participar ativamente na escolha de seus representantes, de modo que o filósofo francês afirma: “[...] se o Estado é composto de dez mil cidadãos, cada um terá a décima milésima parte da autoridade soberana.” (ROUSSEAU, 2003, p. 52).

O Brasil e o Paraguai não possuem nacionalidade recíproca, ou seja, não existe a possibilidade de dupla-cidadania entre esses dois países. Ambos adotam a cidadania *jus solis*, isto é, o critério de pertença é do lugar de nascimento, diferentemente do *jus sanguinis*, em que a nacionalidade é garantida pela descendência da família (FERNANDES, 2015). Assim, o conceito de cidadão “brasiguai” não se refere à categoria nacionalidade, mas aos aspectos culturais. A ideia de conflito entre brasiguaio e carperos não se refere ao conflito entre nacionalidades, mas, possivelmente, entre culturas, assim como afirma Fogel (2013, p. 68, grifo nosso):

Patria Querida y UNACE, que desde posiciones conservadoras y ultraconservadoras se asocian a los brasileños, sin tener en cuenta, por una parte el menoscabo de la soberania implicado en el control extranjero de territorio, y por otra que la dimensión etnocultural da al conflicto entre campesinos paraguayos y sojeiros brasileños um mayor potencial.

Existe a necessidade de esclarecer o conceito de brasiguai quando usado para tratar do conflito que permeia a relação com os carperos. Considerando que existem vários significados para definir quem é brasiguai, o uso desse conceito pela mídia brasileira objetiva obscurecer a realidade, invocando a atuação do Estado Brasileiro no Paraguai, para tentar resolver de baixo para cima a situação de apropriação ilegal das terras no Paraguai por brasileiros. Conforme Albuquerque (2007, p. 01) a identidade cultural brasiguai se refere:

[...] 1) ao imigrante pobre que foi para o Paraguai, não conseguiu ascender socialmente e que, muitas vezes, regressou ao Brasil; 2) aos grandes fazendeiros brasileiros no Paraguai; 3) aos filhos dos imigrantes que já nasceram naquele país e têm a nacionalidade paraguaia; 4) aos imigrantes e aos descendentes e aos descendentes que misturam a cultura brasileira com elementos da cultura paraguaia; 5) a todos os imigrantes brasileiros que vivem na nação vizinha.

Essas várias definições se desenvolvem a partir de 1985, quando o termo foi criado pelo político brasileiro Sérgio Cruz, do Partido dos Trabalhadores, para se referir aos imigrantes brasileiros pobres que viviam no Paraguai e que almejavam voltar ao Brasil com intuito de lutar pelo direito à terra e à cidadania brasileira. Esta direção do conceito é predominante nas publicações científicas, mas foi apropriada pelo senso comum e, principalmente, pela mídia que ampliou o público atingido pelo conceito. Inicialmente este não era aplicado aos grandes latifundiários brasileiros que se apropriaram de terras no Paraguai, porém com o intuito de desvirtuar a realidade da luta de classe existente, a mídia brasileira se utilizou do conceito para cunhar uma luta cultural ou, até mesmo, uma luta entre nacionais (ALBUQUERQUE, 2007).

Se considerarmos o conceito amplo de brasiguai, a mídia brasileira deveria afirmar que no acampamento em Ñacunday da Liga Nacional de Carperos também existiam brasiguaio, nesse caso entendido como os filhos dos imigrantes que já nasceram naquele país e têm a nacionalidade paraguaia. Assim, poderia também afirmar que parte do conflito era entre brasiguaio contra brasiguaio. No entanto, apesar de ser predominante no discurso científico a definição restritiva de brasiguaio como imigrantes camponeses pobres, a mídia brasileira faz uso desse imaginário para deturpar a realidade do conflito.

A luta pela terra no Paraguai está constantemente fundamentada em aspectos de legalidade e ilegalidade da terra. Considerando a lei vigente, muitos brasileiros estão perdendo as terras apropriadas. Para buscar a mudança da lei, eles recorrem ao Estado brasileiro com o intuito que este use de outras ferramentas para obrigar o Estado paraguaio a tornar essas apropriações legais de maneira coletiva, pois sabem que de forma individual tal possibilidade estaria longe de ser efetuada. O uso do termo brasiguai²¹ no discurso midiático e político é ampliado ou restringido conforme o interesse do grupo que usa.

Assim, considerando o termo inicial de brasiguai, podemos afirmar que o conflito não é entre brasiguai e carperos, mas também, caso se considere o conceito amplo, o conflito também é entre brasiguaio e brasiguaio. Tanto no acampamento em Ñacunday e no assentamento em Itakyry existe a presença de brasiguaio. No entanto, no acampamento de Ñacunday, não há presença de acampados brasileiros. Na Colônia de Santa Lucía existem moradores brasileiros e assentados brasiguaio.

Conforme a Constituição da República Paraguaia de 1992, os estrangeiros podem se tornar paraguaio naturalizados, desde que resida por no mínimo 3 (três) anos no território paraguaio, dentre outros critérios:

²¹ O termo brasiguai se refere a uma cultura híbrida de locomoção.

ARTICULO 148 - DE LA NACIONALIDAD POR NATURALIZACION

Los extranjeros podrán obtener la nacionalidad paraguaya por naturalización si reúnen los siguientes requisitos:

1. mayoría de edad;
2. radicación mínima de tres años en territorio nacional;
3. ejercicio en el país de alguna profesión, oficio, ciencia, arte o industria, y
4. buena conducta, definida en la ley (PARAGUAY, 1992, s.p., grifo do autor).

Ao optar pela cidadania paraguaia, a pessoa deixa de ter a cidadania brasileira, deixando de se beneficiar dos direitos fornecidos para brasileiros natos e naturalizados.

No entanto, para o estrangeiro adquirir terra via Reforma Agrária, é necessário residir no mínimo 5 (cinco) anos no território paraguaio, contados a partir do ano de 2002 – vigência da respectiva lei.

O Paraguai permite maior atuação – direitos – aos estrangeiros em comparação ao Brasil. O estrangeiro pode votar nas eleições municipais – Art. 120 da Constituição Paraguaia – e adquirir terras por meio Reforma Agrária. O brasileiro pode votar nas eleições no Paraguai e também nas eleições do Brasil.

Para os *carperos*, o povo paraguaio é composto pelos paraguaios natos e naturalizados. Independentemente de morarem ou não no país. Para efetuar o controle do território ocupado, a Liga Nacional fazia uso de carteirinhas de identificação na época do acampamento.

O dirigente Carlos Aberto Espínola Aller, conforme entrevista em 07 de julho de 2016, explica que mesmo após adquirirem terra, os integrantes da Liga Nacional não deixam de ser *carperos*, pois “ser carpero” é uma identidade que vai além do fato de possuir ou não a terra. Ser *carpero* é ser campesino, é um modo de se identificar. Para ser integrante da Liga Nacional de Carperos é necessário ter nacionalidade paraguaia.

Existem vários integrantes de são descendentes de brasileiros, alemães, entre outras nacionalidades. Não basta ter cultura paraguaia, é necessário ter registro de nacionalidade paraguaia. Estrangeiros não participam do acampamento, apenas paraguaios naturalizados ou natos participam. No entanto, no assentamento há brasiguaios, filhos de brasileiros e brasileiros.

Tanto na época do acampamento, como no assentamento os estrangeiros – aqueles que não têm nacionalidade paraguaia – não tinham direito a votar nas assembleias e reuniões.

O povo para a Liga Nacional de Carperos (LNC) – que luta pela maior participação do povo paraguaio nas decisões políticas e na realidade agrária – são as pessoas que possuem nacionalidade paraguaia, que estão sujeitas ao resultado da história do Paraguai, que usufruam das condições desta história, sintam as consequências e busquem melhorar a realidade do país. Em caso de guerra ou conflito, a nacionalidade dá uma garantia de posicionamento.

4.7 A SOBERANIA CULTURAL

Pensando na soberania nacional cultural, Sieyès (1986) acredita que esta se radica na nação e não no povo, já que também se deve considerar o legado histórico e cultural e os valores sob os quais foi fundado o país. A soberania é antagônica a qualquer forma de modalidade de imperialismo ou colonialismo.

Karl Marx (1989) entende a soberania que nos é oferecida, como um fenômeno fictício fruto da construção do projeto burguês, que busca legitimar o ponto de vista particular da classe que exerce a dominação (política), aparecendo para todos os sujeitos sociais e políticos como *universal* e não como interesse particular de uma classe determinada:

O homem, na sua realidade mais íntima, na sociedade civil, é um ser profano. Precisamente aqui, onde aparece a si mesmo e aos outros como indivíduo real, surge como fenômeno ilusório. Em contrapartida, no Estado, onde é olhado como ser genérico, o homem é o membro imaginário de uma soberania imaginária, despojado da sua vida real individual, e dotado de universalidade irreal (MARX, 1989, p. 13).

Nesse projeto, busca-se dar ao homem a ilusão de pertencimento do todo, com concepções igualitárias, universais, com *corpus* de representação capaz de impor a hegemonia.

A Soberania Cultural, de acordo com Jorge Coscia (COALITION POUR LA DIVERSITÉ CULTURELLE - CDC, 2012), é a capacidade de um país de tomar suas próprias decisões culturais. O país, nessa concepção, não se resume no Estado, mas se refere ao povo, com sua tradição política e cultural na esfera nacional e local, defendendo-se dos interesses estrangeiros neoliberais e globalizantes. É a capacidade de falar sobre si mesmo por meio da música, da escrita, das danças, das pinturas, das histórias, da memória, usufruindo de todos os meios propagadores da cultura material e não-material.

Essa forma de soberania considera a diversidade cultural dos povos, dos camponeses e dos indígenas. Ela não nega a existência do universal, mas consolida essas presenças diante do universal. No Paraguai, a história do campesinato nasce com a história dos povos indígenas. A cultura nacional possui características da cultura indígena e o Estado não o diferencia, nem o tutela, assim como ocorre no Brasil.

É possível haver cultura sem uma base territorial, no entanto, quando tratamos do paraguaio, do homem do campo, do latino-americano, a pertença a um território faz parte dos seus aspectos culturais. O efeito da globalização produz o inverso dessa característica cultural de necessidade de pertença a um território.

A cultura de uma comunidade sofre influência e se apropria de características da cultura

rural, da cultura nacional, da cultura de uma classe social, da cultura de outros povos, podendo resultar em culturas híbridas ou identidade de diáspora:

A experiência da diáspora, como aqui a pretendo, não é definida por pureza ou essência, mas pelo reconhecimento de uma diversidade e heterogeneidade necessárias; por uma concepção 'identidade' que vive com e através, não a despeito, da diferença; por hibridização. Identidades de diáspora são as que estão constantemente produzindo-se e reproduzindo-se novas, através da transformação e da diferença (HALL, 1996, p. 75).

Boaventura de Souza Santos (2002), ao analisar as práticas sociais e culturais transnacionais ocasionadas pelo processo de globalização, entende estas como uma forma de poder que se caracteriza pelas trocas desiguais de identidades culturais, marcadas pela desterritorialização. Como uma forma de contraforça a essa característica, os grupos sociais e culturais locais sentem a necessidade do sentido do lugar, da comunidade e da proximidade, que perpassam a concepção de reterritorialização.

A globalização cultural se intensifica a partir de 1980, ora ocupando um papel secundário, ora primário. Existe uma divergência nas concepções teóricas em relação à crença científica de que o aspecto econômico globalizante dominante sobrepõe o consenso normativo e cultural, enquanto outros acreditam que o poder político, cultural, os valores e as normas institucionais encabeçam a dependência econômica globalizante (SANTOS, 2012).

Entretanto, existe um consenso em relação à origem da globalização cultural nos moldes atuais, entendendo-a como um processo de ocidentalização ou de americanização dos valores, dos artefatos culturais, dos símbolos e meios de propagação da cultura. Ela é resultado do desenvolvimento das áreas militares: de suas tecnologias que permitiram a criação da internet, dos seus tanques de guerra que deram origem ao trator usado no âmbito rural, dos gases mortais em agrotóxicos e dos materiais de explosivos que permitiram o desenvolvimento dos adubos sintéticos e nitrogenados. A modernização do meio rural é resultado do desenvolvimento militar. As guerras nesse meio são eivadas de técnicas e de estratégias das guerras internacionais.

A globalização cultural invade o campo e os territórios sem permissão. O individualismo, a racionalidade econômica, o utilitarismo, o consumismo e o primado do direito são valores culturais ocidentais que são impostos direta ou indiretamente (SANTOS, 2012). As comunidades locais acabam se apropriando desses valores, da relação do universal com o local, em processos culturais que podem resultar em hibridização entre diferentes culturas nacionais, criouliização, diferenças culturais, continuidades, rompimentos e paradigmas culturais. Existe

uma tendência ao processo de homogeneização cultural, no entanto, quando no contato com as diferentes características histórico-culturais, o efeito pode ser inverso, resultando em resistência, nacionalismo, apego as raízes culturais e maximização da identidade que se opera a partir da alteridade.

Os territórios das fronteiras nacionais possuem uma intensificação do processo de globalização cultural, que pode gerar identidades de diásporas, como também fortes fronteiras culturais, de acordo com o contexto histórico que a originou. A expressão “fronteiras culturais” pode ser compreendida como uma “realidade transcendente” acima da geopolítica e que contempla o caráter plural do termo cultura. Para Pesavento (2002, p. 36):

[...] fronteiras culturais remetem à vivência, às sociedades, às formas de pensar intercambiáveis, aos *ethos*, valores, significados contidos nas coisas, palavras, gestos, ritos, comportamentos e idéias. [...] a fronteira cultural aponta para a forma pela qual os homens investem no mundo, conferindo sentidos de reconhecimento.

Além disso, “[...] a fronteira cultural é transito e passagem, que ultrapassa os próprios limites que fixa, ela proporciona o surgimento de algo novo e diferente, possibilitado pela situação exemplar do contato, da mistura, da troca, do hibridismo, da mestiçagem cultural e étnica [...]” (PESAVENTO, 2002, p. 36). É relevante destacar que a fronteira é marcada pela interação entre sujeitos diferentes que possuem práxis e construções simbólicas, culturais e identitárias distintas.

Até o final da segunda fase da globalização, o controle da comunicação ocorria de forma verticalizada, com baixa interatividade e com maior presença do discurso nacional/local. Posteriormente, com a entrada da internet e das tecnologias digitais, houve uma explosão de discursos transnacionais, enredados e de alta interatividade. A partir da terceira fase da globalização, as famílias que compõem alguns assentamentos ficaram relativamente expostas e dependentes não apenas dos meios tradicionais de comunicação (rádio, jornais e TV), mas também das comunicações advindas da internet (SILVEIRA, 2009).

Apesar da crença de que as novas tecnologias possibilitaram democratizar os discursos, isso não veio a acontecer. De acordo com Sérgio Amadeu da Silveira (2009), essas novas tecnologias aumentaram a capacidade de falar, mas não houve um aumento proporcional da capacidade de ser ouvido. Ocorreu uma explosão de monólogos, mas não de diálogos. A língua dominante no ambiente virtual é o inglês, a cultura dominante no ambiente virtual, considerando sua amplitude, é a americana. Os maiores conhecedores e controladores do espaço virtual são os americanos. A internet é resultado de pesquisas militares surgidas no auge da Guerra Fria.

Os discursos das populações camponesas não se tornaram igualitárias em relação aos demais discursos no ambiente da internet e das novas tecnologias digitais. O princípio da neutralidade da rede é um dogma posto para todos com o intuito de acreditarem que estão se valendo de novas estratégias de articulação, quando, na realidade, estão sendo expostos a novas formas de controle e filtros de discursos. Apesar das pessoas estarem interligadas digitalmente, elas não possuem conhecimento da efetividade dessa ligação. Ser lido não quer dizer ser compreendido, mas no ambiente digital ser lido é ser julgado constantemente pelos valores daquele que está lendo.

Os novos movimentos sociais usam dessas novas estratégias digitais para lutarem por suas demandas, mas não devem/deviam ter estas como únicas estratégias de luta, pois estariam fadados a conseguirem apenas o que lhe seria indiretamente permitido.

A soberania cultural é desejada com maior intensidade a partir da proliferação dos dispositivos de discurso e de poder que usam destas tecnologias de comunicação para modelagem das informações (*traffic shaping*) que chegam não apenas até a população urbana, mas também a rural. Pensar a família do assentamento como atrasados é não considerar sua capacidade de adaptação (WANDERLEY, 2000). Pensar o assentamento como território não atingido pela globalização cultural é desconsiderar a mobilidade dos indivíduos e sua capacidade de interação com o ambiente agrário moderno, bem como com o ambiente urbano.

A Carta das Nações Unidas, Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945 (BRASIL, 1945), estabelece como princípio o respeito à autodeterminação dos povos, o que afetará também na capacidade do país de eleger as políticas públicas nacionais e internacionais que protegerão seus membros. Essa proteção deverá considerar os fatores históricos, culturais e socioeconômicos que ligam o homem, as mulheres e seus familiares a sua terra, garantindo o não sofrimento que as migrações causam à pessoa que as realiza e que, muitas vezes, a coloca a margem da nova sociedade.

As políticas de integração direcionadas ao âmbito rural necessitam diferenciar e dialogar com as diferentes culturas que estão presentes. A Soberania Cultural almeja que esses projetos e sua efetivação considerem a diversidade etnocultural, a cultura nacional, a cultura camponesa e cultura da agricultura familiar visando à autonomia dos povos e não o interesse de uma minoria econômica. Ao considerar essa soberania, o trabalho se torna mais dificultoso, requerendo novas dinâmicas de elaboração e diferentes profissionais. Todavia, possibilitará a efetivação da autonomia dos povos, da nação e dos países.

4.7.1 Foco da Soberania Cultural no Assentamento em Santa Lucía

A Soberania Cultural possui aspectos nacionais como também locais. Ela é resultado da interação entre o nacional e o local, resistindo ao transnacional. Existe um processo de resistência, de contracultura e de autodeterminação dos povos diante da homogeneização gerada pelo processo de globalização cultural. A Liga Nacional de Carperos no Paraguai é um movimento campesino marcado por continuidades da cultura paraguaia latina americana, mas também da ruptura ocasionada pela globalização cultural.

O sociólogo paraguaio Ramón Fogel (2013) afirma existir um conflito etnocultural entre campesinos paraguaios e sojeiros brasileiros, no entanto tive dificuldade em encontrar esse conflito cultural nas entrevistas realizadas no assentamento na Colônia de Santa Lucía, em Itakyry, no Paraguai. Isto não quer dizer que não exista o conflito, mas acredito que por eu ser uma pesquisadora estrangeira brasileira, os assentados não se sentiram à vontade para se manifestar. Os únicos focos da busca pela Soberania Cultural encontrados no local foram em relação à cultura do agricultor familiar em contraponto a do homem da cidade.

Ao tratar da cultura nacional paraguaia, percebi desvio de olhares, contrações da boca e pausas na fala que transmitiram sinais de resistência. Não identifiquei demandas que almejassem uma soberania cultural nacional paraguaia. Segue abaixo um dos resultados das entrevistas, que trata sobre os aspectos culturais dentro do assentamento:

A cultura campesina é da luta pela terra... sempre a cultura é para poder ver a família, procurar ter a terra e sobreviver só disso, deixar pra família também. [...] A história do Paraguai é tudo é descendente de indígena, eu por exemplo, minha família são alemães, mas os meus bisavô chegaram aqui com 5 anos de idade da Alemanha, de parte da minha mãe... O meu sobrenome é 'Aler'. [Então tem várias culturas?] Tem, tem... tem espanhol, e daí tem também indígena. Por que na época da guerra, muitos paraguaios foram [...]

Os entrevistados apresentaram o assentamento como multicultural, composta da cultural campesina, indígena, alemã, espanhola e brasiguia, porém, marcado pela nacionalidade paraguaia. Ter uma determinada nacionalidade formal não deixa imune da presença de aspectos culturais de outros países. Ora a cultura paraguaia no sujeito se apresenta como papel primário, ora a cultura de outros países se manifestam temporariamente ou permanentemente, o que dependerá com quem e para quem se fala, dos fatores envolvidos e das alteridades. Wallerstein (1991 apud SANTOS, 2002, p. 47), explica que “[...] definir uma cultura é uma questão de definir fronteiras [...]”. O sujeito que vive na fronteira do Paraguai com o Brasil utiliza constantemente dessa estratégia de sobrevivência cultural que permite transmitir aspectos de

sua segunda cultura de acordo com o outro, mudando os limites da fronteira cultural como um processo de mediação cultural. Em outros momentos, aspectos culturais do indivíduo podem se chocar com a cultura do grupo em que está inserido. No entanto, é claro que os valores e comportamentos das categorias das culturas da classe baixa, da agricultura familiar e da paraguaia fazem parte da base cultural do assentamento.

4.7.2 Quando a Tradição Científica Afeta a Soberania Cultural

Os estudos sobre os assentamentos nas ciências sociais não se limitam apenas aos objetos dentro do território nacional. Pesquisadores como Hugues Lamarche, Fernando Lourenço e Maria de Nazareth Baudel Wanderley também buscaram seu objeto rural em países diferente ao seu de origem. Porém, outros pesquisadores, ao pesquisar determinado assentamento em um país diverso, não dialogam com os produtores científicos daquele país. É comum partirem de uma tradição eurocêntrica, até mesmo porque a sociologia rural nasceu na Europa no século XVII. Todavia, com o processo de democratização dos países, o campo de estudo da pesquisa de campo ganha maior amplitude, alcançando outros países

A tradição científica pode afetar a Soberania Cultural de um país ou de uma comunidade, quando não dialoga com a produção científica daquele país ou de seu continente. Quando faz isto, o pesquisador limita o olhar sobre o seu objeto ou até mesmo deturpa o seu olhar ao analisar o objeto, além de, ao final, impor inconscientemente sua cultura científica para a produção científica daquele país. Isto pode ocorrer pois existe uma postura ética para a produção científica, em que é necessário dar uma devolutiva ou apresentar o resultado da pesquisa para o grupo estudado.

A produção científica, no Paraguai, ganhou corpo a partir de 1989, com o processo de transição para a democracia. O período anterior foi marcado pela ditadura de Stroessner (1954-1989), que dificultou fortemente a propagação do pensamento crítico. Durante essa época, as pesquisas ocorriam quase que exclusivamente no *Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos* (CPES), que se localiza em Assunção e foi dirigido por Domingos Rivarola. A *Revista Paraguaya de Sociología* da CPES é atualmente uma fonte importantíssima para os pesquisadores da estrutura social do campo, das características do bilinguismo, dos movimentos demográficos, da ação dos camponeses, dos aspectos econômicos, políticos e históricos do país (FORMENTO, 2003).

A produção científica do Paraguai é pouca comparada com os países que compõem a Tríplice Fronteira. O desconhecimento científico sobre o país pode ter contribuído para o

aumento dos aspectos negativos ocasionados pelas políticas de integração entre Brasil e Paraguai, nas décadas de 60 a 80, que afetaram os camponeses que lutam pela reforma agrária.

Nos últimos dez anos, com o desenvolvimento do processo de democratização, que iniciou em 1989; da criação do MERCOSUL (1991), do Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA), de uma rede de centros membros e programas do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (1998), do programa ALFA III da Comunidade Europeia (1994); e das atuações de Organizações não governamentais e fundações, como a Fundação Rosa Luxemburgo, a produção científica sobre o Paraguai está sendo estimulada, o que possibilita melhorar a qualidade das produções científicas e dar base para a criação de melhores programas sociais, políticos e econômicos.

O Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA) foi criado em 2009, por meio do conselho da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Esse instituto foi precursor da criação da Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010, que originou a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), com sede em Foz do Iguaçu, que tem como objetivo institucional a formação de recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). A universidade possibilita o intercâmbio acadêmico e a cooperação solidária com países integrantes do Mercosul e com os demais países da América Latina. Os cursos ofertados são em áreas de interesse mútuo dos países da América Latina, sobretudo dos membros do Mercosul, em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento e a integração regionais.

O Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) é uma instituição internacional não-governamental com *status* associativo na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O conselho reúne 394 centros de investigação e cursos de pós-graduação em 26 países da América Latina, nos Estados Unidos, no Canadá e na Alemanha. A finalidade é a promoção da produção de conhecimento crítico sobre as questões sociais de particular relevância para a região. O CLACSO possibilita o diálogo entre investigadores, enriquecendo o processo e os resultados das investigações e tem como objetivo gerar maiores vínculos entre ciências sociais e políticas públicas, organizando fóruns e seminários internacionais, propondo ações de intervenção político-social, concurso de bolsas e publicação dos resultados das investigações.

De acordo com informações da Comissão Europeia (ALFA, 2012), o ALFA III é um programa de cooperação entre instituições de ensino superior da União Europeia e da América Latina, criado por meio da resolução EC N. 1905/2006, para melhorar a qualidade, a relevância

e o acesso à educação superior. Conforme dados do site do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT, 2013), o ALFA III é composto por 27 países pertencentes à União Europeia e 18 países da América Latina: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Também participam ONGs, Câmaras de Comércio, associações profissionais e empresas privadas. Os 51 projetos são geridos por instituições de ensino superior por meio de redes. Atualmente, seis universidades da América Latina e duas da Europa compõem essa rede, dentre elas está a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), cuja coordenadora é a professora doutora em Tecnologia de Alimentos, Luciana Farinã. Um dos membros da equipe é o professor doutor em Ciência Política, Gustavo Alves Biasoli, coorientador desta dissertação.

Portanto a soberania cultural afeta tanto o campo popular quanto o científico, na busca pelo diálogo, autodeterminação e reconhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por autonomia e soberania no Paraguai surge com o processo de independência em 1811 e, posteriormente, com o desenvolvimento pautado no nacionalismo econômico. No período da Guerra do Paraguai (1864-1870), a disputa por território e por uma saída para o mar visava ampliar a autonomia do Paraguai, porém, o país pagou um alto preço por esta busca, resultando na morte de aproximadamente 80% da população na guerra e por causa desta. Com a Ditadura Stroessner (1954-1989), houve uma aproximação entre Brasil e Paraguai, iniciando também a entrada do capital estrangeiro e do processo de desenvolvimento aos moldes do neoliberalismo. Qualquer resquício de nacionalismo econômico era condenado e o Estado Paraguaio abriu suas fronteiras para que os estrangeiros pudessem se apropriar da terra. Boa parte dessa apropriação ocorreu de forma ilegal ou irregular, sendo então entregues parte das terras paraguaias para militares, estrangeiros e políticos. O povo paraguaio, em sua maioria de origem rural, foi colocado a margem do desenvolvimento produtivista.

Em 1910 a 1920 surgem as primeiras organizações campestinas no Paraguai, que foram perseguidas e seus líderes assassinados. Por volta de 1960, ressurgem os movimentos sociais rurais no país com as Ligas Agrárias Cristianas, que deram origem a outras organizações campestinas. Esses movimentos sociais não se unificaram, mantiveram suas peculiaridades e, em alguns momentos, apoiaram-se. Contudo, em 2008, surge uma das organizações que ficará conhecida como uma das que mais realizou ocupações no país, representando uma ameaça para os latifundiários paraguaios e estrangeiros. Essa organização se chama Liga Nacional de Carperos, que surgiu da insatisfação com as organizações campestinas tradicionais.

A Liga foi acusada pela mídia brasileira de ser xenofóbica e atacar os brasiguaios. Algumas publicações acadêmicas acabaram por reproduzir esse discurso, por dificuldades de contato com fontes primárias. Eles reivindicam o acesso à terra; o desenvolvimento campestino; o aumento do valor do imposto sobre as exportações, destinando-o para a produção cooperativa com a constituição de comunidades sustentáveis; a recuperação da soberania nacional; a troca estrutural do modelo agroexportador, que favorece uma minoria, para o modelo agroindustrial, que permite o desenvolvimento do mercado interno; a busca por reforma agrária; o fortalecimento da soberania nacional, soberania alimentar, soberania territorial, soberania cultural; concessão de crédito; assistência técnica; saúde pública e efetivamente gratuita. Além disto, demandam a execução da proposta de modelo de desenvolvimento econômico e social que prime pelos princípios dos direitos humanos, pela integração da população campestina de maneira igualitária, que busca a educação com respeito à cultura Guarani, cultura campestina e

agricultura familiar.

Em 2012, o Paraguai sofreu com o impeachment de seu presidente, que foi acusado de apoiar os movimentos sociais e não oferecer a segurança necessária para conter o conflito agrário em Curuguaty, que resultou na morte de vários camponeses. Em 2013, o sociólogo Ramón Fogel publica o primeiro livro sobre a Liga Nacional de Carperos. Nossa dissertação se dispôs a compreender o surgimento dos movimentos soberanistas rural no âmbito internacional para o local e as manifestações das soberanias no assentamento em Santa Lucía em Itakyry.

A proposta de assentamento oferecida pelo governo paraguaio não buscou compreender as demandas da Liga Nacional de Carperos, dentre estas, as que os classificam como agricultores familiares, passíveis de integração com a modernidade e os mercados completos. O estereótipo de camponês, cuja produção se destina apenas para a subsistência, interfere também nos parâmetros de assentamento adotado. Por destinar parte da produção para o mercado moderno, os agricultores familiares necessitam de mais terra para realizar seu plantio, localização e formação de uma rede adequada para escoamento dos produtos. Necessitam, também, de transporte coletivo público para que as famílias possam integrar com a cidade possibilitando exercer a pluriatividade para complementar a renda, quando fatores naturais, sociais e políticos exigirem. Os benefícios da globalização não chegaram ao assentamento em Santa Lucía, o que também acarreta no aumento da desigualdade e na colocação de sua população à margem do desenvolvimento que o Paraguai almejou.

O conceito de movimentos soberanistas é do filósofo político estadunidense Michal Hardt (2003), que separa os movimentos em antiglobalização e alterglobalização. A Liga Nacional de Carperos no Paraguai engloba a primeira linha de movimentos, pois entende que é necessário reforçar a soberania do Paraguai como barreira defensiva contra o controle da economia do país que, atualmente, encontra-se nas mãos dos estrangeiros. Esse movimento questiona a atuação do Estado Paraguaio, acreditando em um desenvolvimento igualitário e autônomo. A soberania é entendida como a capacidade do povo paraguaio de tomar suas próprias decisões, de possuir autonomia em relação às políticas econômicas neoliberais que acompanhados de alguns organismos supranacionais tendem a impor um *modus vivendi* que dificulta e, muitas vezes, impossibilita a sobrevivência dos povos. O esvaziamento do Paraguai acontece quando se “afrouxa os freios” por meio da desregulamentação, liberalização, flexibilização, fluidez crescente e facilitação das transações nos mercados financeiros, imobiliários e trabalhista e do alívio da carga tributária para os estrangeiros. Quanto mais consistente a aplicação desse padrão, menos poder é retido nas mãos do Paraguai que o promove e menos ele poderá, por ter cada vez menos recursos, evitar aplicá-los, caso deseje ou quando

pressionado a fazê-lo.

Com a globalização hegemônica, inserem-se as práticas e os imaginários do neoliberalismo. No Paraguai, o neoliberalismo buscou a liberalização dos mercados; privatização das indústrias e serviços; a desativação das agências regulatórias e de licenciamento; desregulação do mercado de trabalho e “flexibilização” da relação salarial; a redução dos encargos sociais e a privatização e não gratuidade, pelo menos parcial dos serviços de bem-estar social, dos critérios mais restritos de elegibilidade para prestações de assistência social e da criação de mercados de consumo no interior do próprio Estado Paraguaio; uma menor preocupação e fiscalização do meio ambiente e da saúde da população; a reforma educacional dirigida para a formação profissional mais do que para a construção de cidadania. Ademais, buscou um desenvolvimento de cima para baixo, formação de conglomerados, preços domésticos sujeitos aos preços internacionais, maquinização, quimificação, urbanização e industrialização do mundo agrário, primazia da propriedade privada em detrimento dos direitos humanos, generalização dos processos de produção e trabalho, intensificação da produtividade e agravamento das desigualdades sociais.

O Assentamento Santa Lucía apresenta foco fraco de Soberania Nacional de acordo com os assentados, pois os 3.000 hectares vendidos irregularmente, sendo parte deles para estrangeiros brasileiros, não foram repassados para os assentados paraguaios. Parte das terras ocupadas ainda está sendo objeto de disputas judiciais e a outra parte voltou para as mãos do Estado Paraguaio. Essas terras não pertencem aos assentados, pois os títulos concedidos pelo INDERT não dispõem do direito à propriedade, mas apenas do direito de ocupação. O Estado se apresenta fraco para contrapor os ditames dos países estrangeiros, das transnacionais e das empresas multinacionais.

O desenvolvimento territorial local dentro dos princípios da Soberania Territorial ainda é fraco, principalmente pelo fato de se tratar de um assentamento que possui 2 (dois) anos de existência, do não interesse político, dos conflitos ideológicos e dos estereótipos de camponês adotado pela política pública paraguaia. Sua localização carece de transporte público, estando limitado aos meios de locomoção particular e a dependência dos órgãos estatais para a manutenção do mínimo necessário para a sobrevivência. Os campesinos dependem do Estado Paraguaio para que possam desenvolver a sua subsistência. A estratégia de dependência aplicado pelo Estado em relação aos campesinos, se assemelha às relações entre Paraguai e outros países estrangeiros (Brasil, Argentina e Estados Unidos) e demonstra que as práticas internacionais se reproduzem no âmbito local. Não se pode afirmar a existência de uma autonomia local, muito menos de uma Soberania territorial. Podemos compreender, também,

que a identidade dos assentados como agricultores familiares permite integrar os aspectos culturais, sociais e políticos ao econômico, fugindo da perspectiva economicista e adotando um novo paradigma para o processo de desenvolvimento que vai além das ideias produtivistas adotadas pelas políticas de integração Brasil - Paraguai. A localização do assentamento e a ausência de transporte coletivo e público efetivo é uma barreira para autonomia do assentamento e o escoamento da produção campesina.

A Soberania Popular para a Liga Nacional de Carperos perpassa o entendimento inicial da definição de povo paraguaio, que na compreensão deles são as pessoas que possuem nacionalidade paraguaia, que estão sujeitas ao resultado da história do Paraguai, que usufruam das condições desta história, sintam as consequências e busquem melhorar a realidade do país. Em caso de guerra ou conflito, a nacionalidade dá uma garantia de posicionamento. A LNC luta pela maior participação do povo paraguaio nas decisões políticas, principalmente da realidade agrária e demanda decisões de baixo para cima, em prol do povo paraguaio e não dos países estrangeiros e das transnacionais.

A Segurança e Soberania Alimentar não são semelhantes, mas antagônicas, de atores, princípios, direitos, modos de produção, gestão e conteúdo das políticas públicas. Essa Soberania Alimentar engloba, em sua proposta, outras soberanias, pois para ser alcançada é necessário considerar seu caráter multi, inter e transdisciplinar. A Soberania Alimentar nasce de uma construção “de baixo para cima” e como uma reação à proposta de Segurança Alimentar, que também se desenvolveu conforme os elementos da crise gerados pela Revolução Verde e pelas políticas neoliberais. Fornecer a terra para os campestinos sem respeitar a Soberania Alimentar é desconsiderar a efetividade das políticas públicas e os condenar à frustração e à fome.

A Soberania Cultural é a capacidade de um país ou povo de tomar suas próprias decisões culturais, possuindo aspectos nacionais e locais. Ela é resultado da interação entre o nacional e o local, resistindo ao transnacional. Existe um processo de resistência, de contracultura e de autodeterminação dos povos diante da homogeneização gerada pelo processo de globalização cultural. A Liga Nacional de Carperos no Paraguai é um movimento campestino marcado por continuidades da cultura paraguaia latina americana, mas também da ruptura ocasionada pela globalização cultural. De acordo com o sociólogo paraguaio Ramón Fogel (2013), existe um conflito etnocultural entre campestinos paraguaios e sojeiros brasileiros. Contudo, não identifiquei este conflito cultural nas entrevistas realizadas no assentamento na Colônia de Santa Lucía, em Itakyry, no Paraguai. Isto não quer dizer que não exista este conflito, mas acredito que por eu ser uma pesquisadora estrangeira brasileira, os assentados não se sentiram

à vontade para se manifestar. Os únicos focos da busca pela Soberania Cultural encontrado no local foram em relação à cultura do agricultor familiar em contraponto a do homem da cidade. Ao tratar da cultura nacional paraguaia, percebi desvio de olhares, contrações da boca e pausas na fala que transmitiram sinais de resistência. Não identifiquei demandas que almejassem uma soberania cultural nacional paraguaia. Os entrevistados apresentaram o assentamento como multicultural, composto da cultural campesina, indígena, alemã, espanhola e brasiguiaia, marcado, todavia, pela nacionalidade paraguaia. Afinal, ter uma determinada nacionalidade formal não deixa imune da presença de aspectos culturais de outros países.

Essas soberanias dialogam entre si, não são opostas e possuem características semelhantes e complementares. Porém, é a Soberania Alimentar que permite englobar todas as demais soberanias – cultural, territorial, nacional e popular –, por este motivo sua presença é maior nos movimentos sociais da América Latina. Sendo assim, não basta apenas a apropriação da terra, é necessária a defesa e a efetivação dessas soberanias.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

A FRANÇA NO BRASIL. Embaixada da França no Paraguai. **Francia, primera potencia agrícola de Europa**. Rio de Janeiro, 18 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.ambafrance-br.org/Um-numero-Um-fato-Franca-a>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

ABÍNZANO, Roberto. **Globalización, Regiones y Fronteras**. Documentos de Debate – No. 27. MOST Phase I. [S.l.]: UNESCO, 1998. Disponível em: <<http://www.unesco.org/most/abinzano.htm>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Fortaleza: Ministério de Política Fundiária, 1998.

AFP. Agence France Presse. **Institucional**. Paris, 2015. Disponível em: <<http://www.afp.com/pt/home/>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. **A Dinâmica das Fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010.

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. Identidade e cidadania na fronteira entre o Paraguai e o Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, XIII. Recife, 2007. **Anais...** Recife: UFPE, 2007. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=277&Itemid=170>. Acesso em: 04 ago. 2016.

ALFA. **Programa de cooperación entre instituciones de educación superior de la Unión Europea y América Latina**. Bruxelas, Bélgica, 2012. Disponível em: <<http://www.alfa3programme.eu/es/#2http://www.alfa3programme.eu/es/>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

ALMEYRA, Guillermo (Coord.) et al. **Capitalismo: tierra y poder en América Latina (1982-2012)** Argentina, Brasil, Chile, Paraguay, Uruguay. Volume I. p. 173-210. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140820032516/CapitalismoTierrayPoderI.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

ALOP. Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción Al Desarrollo A.C. **Informe sobre Democracia y Desarrollo en América Latina 2012-2013**. Asunción, 2013. Disponível em: <<http://ibdigital.uib.es/greenstone/collect/cd2/import/alop/alop0014.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. Tradução: Bruno L. Aretio-Aurtena e Sofia Lizarralde Olivera. **Revista Nera**. Presidente Prudente, n.16, p. 22-32, jan-jun. 2010.

ALVES, Flamarion Dutra; LINDNER, Michele; RODRIGUES, Suelen De Leal. Formas de (re)produção familiar no espaço rural: Campesinato, agricultura familiar e pluriatividade. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, ano 10, v. 2, n. 18, p. 120-140, 2º semestre de 2008.

APPADURAI, Arjun. Soberania Sem Territorialidade: Notas para uma Geografia Pós-Nacional. **Novos Estudos**, CEBRAP. São Paulo, n. 49, p. 33-46, nov. 1997. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/236363/mod_resource/content/1/Appadurai-notas_para_uma_geografia.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2016.

ATRIBUYEN doce delitos a “carperos” detenidos. **ABC Color**, Asunción, 17 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/atribuyen-doce-delitos-a-carperos-detenedos-415115.html>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

AYERBE, Luis Fernando. Novos atores políticos e alternativas de governo na América Latina: os casos da Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela. In: _____. **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul**. São Paulo: UNESP, 2008. p. 265-301.

BANCO MUNDIAL. **Paraguay**: panorama Geral. Washington, DC, 2015. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org/es/country/paraguay/overview>>. Acesso: em 04 maio 2015.

BANDEIRA, Moniz. **Estado nacional e política internacional na América Latina**: o continente nas relações Argentina - Brasil (1930-1992). São Paulo: Ensaio, 1993. p. 21-30; 100-119.

BAQUERO, Marcello. Cultura Política e Processo Eleitoral no Brasil: o que há de novo? **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 2, n. 7, p. 6-10, jul. 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **A modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

_____. **Globalização**: As consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BIASOLI, Gustavo Alves. Para entender e discutir as democracias na América Latina. In: COLOGNESE, Sílvia Antônio. (Org.). **Novas fronteiras para o saber sociológico**. Porto Alegre: Evagraf, 2013.

BODIN, Jean. **Los seis libros de la república**. Tradução Pedro Bravo Gala. 3. ed. Madrid: Tecnos, 1997.

_____. **Os Seis Livros da República**. Tradução: José Carlos Orsi Morel. São Paulo: Ícone, 2011.

BOGADO, B. F. Liderazgos em tiempo de crisis em el Paraguay. In: HOFMEISTER, W, (Comp.) **Dadme um balcón y el país es mío**: liderazgo político en América Latina. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002.

BONAVIDES, Paulo. A globalização e a soberania: aspectos constitucionais. **Revista do instituto dos advogados brasileiros**, São Paulo, v. 34, n. 92, p. 23-43, abr./jun. 2000.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**. n. 26, p. 329-376, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>> Acesso em: 31 jul. 2016.

BRASIL. Casa Civil, Subchefia de para assuntos jurídicos. **Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945**. Brasília, DF, 1945. Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça.... Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm> Acesso em: 20 jun. 2015.

_____. Casa Civil, Subchefia de para assuntos jurídicos. **Lei nº 12.189 de 12 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA e dá outras providências. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12189.htm> Acesso em: 20 jun. 2015.

CAMPESINOS y gobierno acuerdan incentivar proyectos productivos. **La Nación**, [S.l.], 2015. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.py/2015/12/09/campesinos-y-gobierno-acuerdan-incentivar-proyectos-productivos/>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares; CAMPOS, Rosana Soares. Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. XI, n. 245, 1 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24568.htm>>. Acesso em 10 jun. 2016.

CARBAUGH, Robert J. **Economia Internacional**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

CARDOSO, Ruth. Movimentos Sociais na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 27-37, fev. 1987.

CARPEROS ressurgem exigindo terras dos brasiguaios. **Veja**, [S.l.], 27 set. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/mundo/carperos-ressurgem-exigindo-terras-dos-brasiguaios/>>. Acesso em: 21 jun 2015.

CARRARA, Ângelo Alves. Camponês: uma controvérsia conceitual. In: MOTTA, Márcia; OLINTO Beatriz; OLIVEIRA, Oséias (Orgs.). **História Agrária: Propriedade e Conflito**. Guarapuava: UNICENTRO, 2008. Disponível em: <<http://www2.unicentro.br/editora/files/2012/11/propriedade.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2016.

CARTA de presos políticos de Curuguaty por elinício de lahuelga de hambre. **Alba TV**, Caracas, 14 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.albatv.org/Carta-de-presos-politicos-de.html>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

CDC. Coalition Pour la Diversité Culturelle. **Coscia**: La soberanía cultural es la capacidad de tomar decisiones. Montréal, 2012. Disponível em: <<http://www.cdc-ccd.org/Coscia-La-soberania-cultural-es-la?lang=fr>> Acesso em: 15 mar. 2016.

CENTRO ECOLÓGICO. Núcleo Litoral Norte. Soberania Alimentar e a construção de mercados locais para produtos da Agricultura Familiar. **Boletim informativo edição especial dia da alimentação**, Rio Grande do Sul, v. 1, n.1, out. 2008. Disponível em: <http://www.centroecologico.org.br/boletim_download.php?id_boletim=96&tipo=pdf> Acesso em: 22 mai. 2016.

CEPAL. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. **Estudo Econômico da América Latina e do Caribe: Biênio 2012-2013**. Estudio e Informes de la Cepal. Edição 65. Santiago de Chile: CEPAL, 2013.

_____. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. **Las Empresas Transnacionales en la Economía del Paraguay**. Estudio e Informes de la Cepal. Santiago de Chile: CEPAL, 1987. Disponível em: <<http://archivo.cepal.org/pdfs/1987/S8700046.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

CESAN a carperos em terras de Favero. **ABC Color**, Asunción, 26 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impres/economia/censan-a-carperos-en-tierras-de-favero-430617.html>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. Reterritorialização e Identidade Territorial. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, n. 22, v. 1, p. 165-180, abr. 2010.

CHONCOL, Jacques. A soberania alimentar. **Estudos Avançados**, Dossiê América Latina, São Paulo, v.19, n.55, set./dez. 2005.

CINTRA, Lydia. Você sabe a diferença entre Segurança Alimentar e Soberania Alimentar? **Revista Super Interessante**, São Paulo: Editora Abril S.A, 26 jun. 2013.

COELHO, Douglas Cristian. **Conflitos Agrários na fronteira entre o Brasil e o Paraguai – Caso da Colônia Marangatú**. 2015. 159f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR, 2015.

COLHEITA de soja é feita sob escolta policial no Paraguai. **Canal Rural**, São Paulo, 14 jan. 2015. Notícias. Disponível em: <<http://www.canalrural.com.br/noticias/soja/colheita-soja-feita-sob-escolta-policial-paraguai-54516>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

COMISSÃO EUROPEIA. **Cooperación Regional de la Unión Europea com América Latina**. Disponível em: <https://ec.europa.eu/europeaid/sites/devco/files/lac-factsheet-web-150413-final_es.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2015.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, II, 2004, Brasília. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/principios-e-diretrizes-de-uma-politica-de-san>>. Acesso em: 04 maio 2015.

COSTA, Francisco de Assis. Chayanov e a especificidade camponesa. In: CHAYANOV, Alexander; CARVALHO, Horácio Martins (Orgs.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014. p. 189-216.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **O Campesinato, a Teoria da Organização e a Questão Agrária**: apontamentos para uma reflexão. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DEPONTI, Cidonea Machado. **Teoria social e o lugar da familiar na sociedade contemporânea**: estudo analítico-comparativo das contribuições brasileiras ao debate. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA

RURAL. XLV, 2007, Londrina (PR). Anais da XLV SOBER. Brasília: SOBER, 2007.

DUARTE, Noberto. Agence France Presse. Preso principal líder de camponeses que atacam “brasiguaios”. **Hoje São Paulo.Com**, São Paulo, 28 maio 2012. Disponível em: <<http://hojesaopaulo.com.br/noticia/preso-principal-lider-de-camponeses-que-atacam-quot-brasiguaios-quot/1237>>. Acesso em: 21 jun. 2015

ESTRAGÓ, Margarita Durán. **La Pascua dolorosa de 1976**. Asunción: Secretaria Nacional de Cultura, Paraguai, 28 maio 2011. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.py/lang/es-es/2011/05/la-pascua-dolorosa-de-1976/>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

FABRINI, João E. **Conflitos de Terra na fronteira Brasil-Paraguai e Luta dos Brasiguaios**. ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, XXI, 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2012. p. 1-20. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1015_1.pdf>. Acesso em: 6 maio 2015.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Police Brief. **Food Security**. Roma, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.fao.org/forestry/13128-0e6f36f27e0091055bec28ebe830f46b3.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

FERNANDES, Ignácio Nunes. A extradição no direito brasileiro: conflito entre normas internas constitucionais frente ao Tribunal Penal Internacional. **Revista de Estudos Jurídicos UNESP**, Franca, ano 19, n. 29, p.1-14, jan./jul. 2015. Disponível em: <<http://seer.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/index>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

FERREIRA, Wilson. Se concretó traslado de primeras 14 familias de Ñacunday a Santa Lucía. **Última Hora.com**, Asunción, 29 maio 2014. Política. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/se-concreto-traslado-primeras-14-familias-nacunday-santa-lucia-n798745.html>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

FIAN. **La Reforma Agraria en Paraguay**. Informe de la misión investigadora sobre el estado de la realización de la reforma agraria en tanto obligación de derechos humanos. FIAN Informe, R8. Alemanha, [S.d.]. Disponível em: <<http://www2.ohchr.org/english/bodies/cescr/docs/info-ngos/fianparaguay.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2015.

Fiorentin, M. I. S. (2012). **Imigração Brasil-Paraguai: A Experiência da Imigração de Agricultores Brasileiros no Paraguai (1970-2010)**. Curitiba: Juruá.

FOGEL, Ramón. El Movimiento de los Carperos. **Revista Novapolis**, Assunção, n. 5, abr./out. 2012.

FOGEL, Ramón. **Las Tierras de Ñacunday, Marina Kue y Otras Calamidades**, Asunción: Servilibro, 2013.

FORMENTO, Liliana Isabel (Org.). **El Paraguay Campesino: Una vieja historia de resistência, adaptación y funcionalidad**. Río Cuarto: UNRC, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro, Graal, 1977.

FRASER, Nancy. **Reenquadramento a justiça em um mundo globalizado.** São Paulo: Lua Nova, 2009.

FREITAS, Alair Ferreira; BOTELHO, Maria Izabel Vieira. “Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 14, n. 19, p. 44-58, jul./dez. 2011.

FREUD, Sigmund (1919). **O estranho.** Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago. 1976. v. 17.

GASPARETTO JÚNIOR, Antônio. **Consequências da Guerra do Paraguai.** [S.l.], 2009. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-imperio/consequencias-da-guerra-do-paraguai/>>. Acesso em: 06 maio 2015.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____. **Do ponto de vista dos nativos:** a natureza do entendimento antropológico. O saber local. Petrópolis: Vozes. 1998

GERARDI; Lucía H. O.; SALAMONI; Giancarla. Para entender o campesinato: A contribuição de A.V. Chayanov. In: CARVALHO, Horácio Martins de (Org.). **Chayanov e o campesinato.** 1. ed., São Paulo: Editora Expressão Popular 2014. p. 163-178.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOES, Carlos Roberto. **A produção de Alimentos sob a égide da empresa capitalista: a produção de soja no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. 52f. Trabalho de Conclusão de Curso, (Faculdade de Ciências Sociais) - UFRGS, Porto Alegre-RS, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XX:** Antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Teoria dos Movimentos Sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. Teorias e Práticas dos Movimentos Sociais Contemporâneos. Mesa Redonda. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 34. 2010, Caxambu, MG. **Anais....** Caxambu, MG: ANPOCS, 2010. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1308&Itemid=350>. Acesso em: 14 jun. 2015.

_____. **Movimentos sociais no início do século XXI:** antigos e novos atores sociais. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

GONZÁLEZ, Carlos Alberto et al. **Organizaciones campesinas en el Paraguay: La búsqueda de la autoexpresión**. 1. ed. Asunción: CIDSEP, 1986. p. 31-79.

GOOGLE MAPS. **Cooperativa de Producción agroindustrial**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/maps/auM6QYTNehQ2>>. Acesso em: 5 ago. 2016.

GUNTZEL, João Gilmar. Do conceito de Soberania. In: PORTELA, Cesar Yanzer. **Estudos de Filosofia Política e do Direito**. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

HALL, Stuart. Identidade Cultural e Diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, p. 68-75, 1996.

HARDT, M; NEGRI, A. 2006a. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

HARDT, M; NEGRI, A. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARDT, Michael. Movimentos em rede, soberania nacional e globalização alternativa. In: MORAES, Dênis de Moares (Org.). **Por uma outra comunicação: Mídia, mundialização, cultura e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

HETHERINGTON, Kregg. La Contrarreforma Agraria en Paraguay. In: ALMEYRA, Guillermo et al(coord.). **Capitalismo tierra y poder en América Latina (1982-2012)**. 1.ed. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2014. v.1. p. 173 – 214. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140820032516/CapitalismoTierrayPoderI.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2015.

HOFMEISTER, W. (Org.). **Reformas Políticas en América Latina**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 5 ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **A sociedade global**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Teorias da globalização**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

INDERT no define cuantas familias mudo em Santa Lucía. **ABC Color**, Asunción, 21 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impresa/economia/indert-no-define-cuantas-familias-mudo-en-santa-lucia-1278059.html>>Acesso em: 24 jul. 2015.

INDERT. **Colonia Santa Lucía: modelo de la reforma agrária en Paraguay**. [S.l.], 2015a. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1V8clWGT4Zk>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

_____. **INDERT y comitiva interinstitucional verificaron avance de obras em Colonia Santa Lucía**. [S.l.], 2015b. Disponível em: <http://www.indert.gov.py/noticia.php?id_noticia=91>. Acesso em: 21 jun. 2015.

INDERT. **Política Agraria en Paraguay**. [S.l.], 2015c. Disponível em: <<http://www.indert.gov.py/web/index.php/2012-09-21-07-36-49/historia>>. Acesso em: 08 dez. 2014.

INGLEHART, Ronald. Cultura e democracia. In: Harrison, L. E.; Huntington, S. P. (Orgs.). **A**

cultura importa. Tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 133-151.

JOSÉ Rodríguez justifica asesinatos. **ABC Color**, Asunción, 15 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/nacionales/jose-rodriguez-justifica-asesinatos-414414.html>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

KAPLAN, Morton; KATZENBACH, Nicholas B. **Fundamentos políticos do direito internacional.** Tradução Sigrid Faulhaber Godolphim e Waldir da Costa Godolphim. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

KRISTSCH, Raquel. **Soberania:** a construção de um conceito. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2002.

LACAN, J. O sujeito e o outro (I): a alienação. In: _____. **O Seminário.** Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979. p. 193-204.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A Agricultura Familiar:** II. Do mito à realidade. Campinas: UNICAMP, 1998.

LEZCANO, Aldo; VERA, Roque González. Realidad de Santa Lucía no es la que cuenta el INDERT. **ABC Color**, Asunción, 28 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/realidad-de-santa-lucia-no-es-la-que-cuenta-el-indert-1320951.html>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo.** Tradução Julio Fischer. Comentador J. W. Gough. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil** – e Outros Escritos: Ensaio sobre a Origem, os Limites e os Fins Verdadeiros do Governo Civil. Tradução Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 1994.

MACHUCA, Abraham Saucedo. **La expropiación en el Paraguay.** Asunción, 2010. Disponível em: <<http://www.monografias.com/trabajos83/expropiacion-paraguay/expropiacion-paraguay.shtml>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

MANENA, Alcides. Violento desalojo de pobladores se produjo en Puerto Guaraní. **ResumenLatinoamericano**, Buenos Aires, 03 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.resumenlatinoamericano.org/2015/03/04/paraguay-violento-desalojo-de-pobladores-se-produjo-en-puerto-guarani/>>. Acesso em: 21. jun. 2015.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, São Paulo, v. 11, p. 57-67, 2008. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/revistas/12/9_marques_12.pdf>. Acesso em: 18 maio 2016.

_____. A atualidade do uso do conceito de camponês. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil:** interpretações sobre o camponês e o campesinato. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Críticas e justificações em torno da soberania alimentar: fundamentações com vistas a um sistema agroalimentar justo. In: Soberania Alimentar e Reforma Agrária. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA**. Ano 35, v. 1, n. 1, maio/out. 2014. p. 15-26.

_____. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v.17, n.2. p.78-87, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

MASTROPAOLO, Alfio. **Is democracy a lost cause?** Paradoxes of na imperfect invention. University of Essex Colchester, UK: ECPR Press, 2012.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. M

MENEZES, Alfredo da Mota. **A Herança de Stroessner: Brasil-Paraguai, 1955-1980**. Campinas: Papirus, 1987.

MIRANDA, Aníbal. Ligas Agrarias Cristianas y Organización 1 de Marzo. **Portal Guarani**, 2015. Disponível em: <http://www.portalguarani.com/856_anibal_miranda/11150_ligas_agrarias_cristianas_y_organizacion_1_de_marzo_opm_.html>. Acesso em: 21 jun. 2015.

MORAES, Isabel Albertin de; MATTOS, Beatriz Rodriguez Bessa. Brasiguaios e carperos: direitos e controvérsias na busca pela posse da terra no Paraguai. **Revista de Geopolítica**, Natal-RN, v. 4, n. 1, p. 39, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.revistageopolitica.com.br/ojs/ojs-2.2.3/index.php/rg/article/viewArticle/64>>. Acesso em: 06 maio 2015.

MORÍNIGO, J. N. Governabilidad democrática y reforma política em el Paraguay. In: HOFMEISTER, W. (Org.). **Reformas Políticas en América Latina**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

NACE el INDERT y sepultan al IBR. **ABC Color**, Asunción, 25 jul. 2004. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impres/economia/nace-el-indert-y-sepultan-al-ibr-775958.html>>. Acesso em: 4 maio 2015.

O'DONELL, Guillermo. **Democracia, agência e estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial & Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação**. Roma, 1996. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/003/w3613p/w3613p00.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

_____. Organização Das Nações Unidas. **Declaração Universal Sobre a Erradicação da Fome e Má Nutrição**. Lisboa, 2015. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_16/IIIPAG3_16_2.htm>. Acesso em: 11 mar. 2016.

PALAU, Tomás. **Las organizaciones campesinas paraguayas y el desarrollo rural**

sustentable. Assunção, 1996. Disponível em:

<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Paraguay/base-is/20120911044457/Doc81.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

PALOMINO, Hector. Los sindicatos y los movimientos sociales emergentes Del colapso neoliberal en Argentina. In: TOLEDO, Enrique (Org.). **Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, 2005. p. 19-52.

PARAGUAY. Congreso Nacional. **Ley N° 22 de 1909**. Asunción, 1909. Disponível em: <www.oas.org/juridico/spanish/par_res10.doc>. Acesso em: 28 mar. 2015.

_____. Congreso Nacional. **Código Rural**. Lei n° 1.248, 31 de setembro de 1931. Asunción, 1931.

_____. Congreso Nacional. **Ley n° 622, de 1960**. Asunción, 1960. Disponível em: <<http://www.bacn.gov.py/OTc5&ley-n-622>> Acesso em: 15 mai. 2015.

_____. Congreso Nacional. **Ley n° 852 de 22 de marzo de 1963**. Que crea el Instituto de Bienestar Rural. Asunción, 1963. Disponível em: <<http://www.bacn.gov.py/MjM3NQ==&ley-n-852>> Acesso em: 13 jul.2015.

_____. Congreso Nacional. **Constitución de la Republica de Paraguay, 1992**. Asunción, 1992. Disponível em: <<http://jme.gov.py/transito/leyes/1992.html>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

_____. Congreso Nacional. **Estatuto Agrario**. Ley N° 1.863, del 30 de enero de 2002. Asunción, 2002

_____. Congreso Nacional. **Ley n° 2.419 de 15 de julio de 2004**. Que creael Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de laTierra. Asunción, 2004. Disponível em: <<http://www.aprh.org.py/leyespy/actualizadas/22.htm>> Acesso em: 13 jul. 2015.

_____. Congreso Nacional. **Ley n° 4026 DE 2010**. Asunción, 2010. Disponível em: <<http://paraguay.justia.com/nacionales/leyes/ley-4026-jun-29-2010/gdoc/>> Acesso em: 15 mai. 2015.

_____. Congreso Nacional. **Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos**. Asunción, 2016. Disponível em: <<http://www.dgeec.gov.py/>> Acesso em: 17 maio 2016.

_____. Congreso Nacional. Paraguai: país de oportunidades. Asunción, 2016. Disponível em: <<http://investparaguay-eu.com/wp/pt/wp-content/uploads/sites/3/2014/08/Country-Presentation-Portugues.pdf>> Acesso em: 18 maio 2016.

PARO, Denise. Ato contra possível retomada de terras reúne 10 mil no Paraguai. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 set. 2011. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/ato-contra-possivel-retomada-de-terras-reune-10-mil-no-paraguai-cibuisqxcmq0tfcrcw95bzhou>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Tradução de Luis Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREIRA, Milene Brandão. **Reforma Agrária**: análise comparativa da desapropriação no

Brasil e no Paraguai. 2015. 66f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR, 2015.

PEREIRA, Milene Brandão; ARANTES, Marco Antonio. As Terras de Ñacunday, Marina Kue e outras calamidades. **Tempo da Ciência**, Cascavel, v. 21, n. 41, p. 163-172, 1º semestre de 2014. Disponível em: <e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/download/11025/7856>. Acesso em: 12 ago. 2015.

PÉREZ, Digno Efigenio Brítez. **Estatuto Agrário Comentado**. Asunción: Comité de Iglesias/Red Rural, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Além das fronteiras**. In MARTINS, Maria Helena (org.). Fronteiras culturais – Brasil, Uruguai, Argentina. Cotia, SP: Ateliê editorial, 2002.

PETIT, Horacio Antonio; FRANCO Carolina Montserrat. **Derecho Ambiental y Agrario**. 1. ed. Asunción: Servibooks, 2001.

PINTO, Celi Regina J. **Teorias da democracia: diferenças e identidades na contemporaneidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

PINTO, Tales. Ligas Camponesas e a Reforma Agrária. **História do Mundo**, Goiânia, 2015. Disponível em: <<http://historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/ligas-camponesas-e-a-reforma-agraria.htm>>. Acesso em: 06 maio 2015.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiás, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/fchf/article/viewFile/5247/4295>>. Acesso em: 31 jul. 2016.

_____. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila Mezan (Org). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH - Unicamp, 2002 (Coleção Textos Didáticos).

POLÉMICO discurso de Cartes: “Usen y abusen de Paraguay”. **El País**, Montevideo, 2014. Disponível em: <<http://www.elpais.com.uy/mundo/polemico-discurso-cartes-usen-abusen.html>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

PORTAL BRASIL. **Reforma agrária altera uso e posse de terras**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/04/reforma-agraria-altera-uso-e-posse-de-terras>>. Acesso em: 06 maio 2015.

PORTAL GUARANI. Comision de verdad y justicia. **Tierras mal habidas** – Informe Final Tomo IV. 1. ed. Assunção: CVJ, 2008. Disponível em: <http://www.portalguarani.com/detalles_museos_otras_obras.php?id=60&id_obras=1167&id_otras=174>. Acesso em: 05 maio 2015.

QUE PASÓ en Curuguaty. **Facebook**. [S.l], 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/quepasoen.curuguaty?fref=ts>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

RAMÍREZ MIRANDA, César; HERNÁNDEZ, Beatriz G. de la Tejera. Agricultura familiar campesina y soberanía alimentaria en América Latina. **Revista Alasru**, Montevideo, Análisis Latinoamericano del Medio Rural nueva época, n. 9, p. 7-19, out. 2014.

RIECHMANN, Jorhe. **Qué son los transgénicos**: bioingeniería y manipulación de los alimentos. Barcelona: RBA Libros, 2011.

RIQUELME, Quintín. **Organizaciones Campesinas**. Informe sobre los Derechos Humanos en Paraguay – Año 1996. Madrid, 1996. Disponível em: <<http://www.derechos.org/nizkor/paraguay/ddhh1996/campesinos.html>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

RODRÍGUEZ, José Carlos. Una ecuación irresuelta: Paraguay - MERCOSUR. In: DE SIERRA, Gerónimo (Comp.). **Los rostros del MERCOSUR**: El difícil camino de lo comercial a lo societal. Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 361-372. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/sierra/rodriguez.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

RUBINO, Francisco. La Leys de Indias. **Revista Digital de História y Ciencias Sociales**. Granada, 2015. Disponível em: <<http://www.claseshistoria.com/america/colonial-administracion-leyesindias.html>>. Acesso em: 06 maio 2015.

SANTA Lucía: Los ex carperos analizan retornar a Ñacunday. **Ultima Hora.com**, Asunción, 2015. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/santa-lucia-los-ex-carperos-analizan-retornar-nacunday-n872410.html>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

SANTOS, Anderson Luiz Machado; TELÓ, Fabrício. O lugar do campesinato no capitalismo: as múltiplas dimensões do processo de (re)criação de uma classe e de um modo de vida. **Agrária**, São Paulo, n. 15, p. 145-170, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza Santos (Org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez 2002.

SANTOS, Francis; TONEZER, Cristiane; RAMBO, Anelise Graciele. Agroecologia e agricultura familiar: um caminho para a soberania alimentar? CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47, 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009.

SANTOS, Ricardo Menezes. A Soberania Alimentar e a Produção Camponesa como Negação da Fome na Velha/Nova Ordem do Capital. SIMPÓSIO BAIANO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, I, E SEMANA DE GEOGRAFIA DA UESB, XI, 2013, Vitória da Conquista, BA. **Anais...** Vitória da Conquista, BA: UESB, 2013.

SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. Território, Territorialidade e Desenvolvimento: Diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In. ALVES, Francelino; CORRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Zanetti Pessoa (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 15-31.

SHANIN, Teodor. **El campesinado como factor político**. In. SHANIN, T. (org.). Campesinos y sociedades campesinas. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

SIEYÈS, Emmanuel Joseph. **A constituinte burguesa**. Org. e Introdução Analítica de

Aurélio Wander Bastos. Rio de Janeiro: Liber Juris, 1986.

SILVA, Kamila. A participação dos brasileiros na crise política do Paraguai: análise a partir do Governo Fernando Lugo. **Revista Fronteiras**, Dourados, MS, v. 15, n. 26, p. 11-40, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/viewFile/2669/1868>> Acesso em: 21 jun. 2015.

SILVEIRA, Ignácio Nunes. Novas dimensões da política: Protocolos e códigos na esfera pública interconectada. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 103-113, out. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v17n34/a08v17n34.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

SINDITAMARATY. **O Conflito Agrário no Leste do Paraguai**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.sinditamaraty.org.br/post.php?x=1947>>. Acesso em: 04 maio 2015.

TEIXEIRA, Gerson. **Aquisição de terras por estrangeiros** – Debates do Brasil e um Resumo das legislações em vários países. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/17151006-Gabinete-do-deputado-beto-faro-aquisicao-de-terras-por-estrangeiros-debates-no-brasil-e-um-resumo-das-legislacoes-em-varios-paises.html>>. Acesso em: 06 maio 2015.

TELESUR TV. Liga Nacional de Carperos, en lucha por tierra em Paraguay. **Youtube**. [Online], 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=17l8Ol40Ts4>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

TELESURPT. Paraguai: sem-terras protestam pela soberania nacional. **Youtube**. [S.l.], 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BQ137wKzXDE>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

TJDFT. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Brasília, DF, 2013. **Juiz do TJDFPT representa a Universidade de Paris em encontro sobre direitos humanos**. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2013/setembro/juiz-do-tjdft-representa-a-universidade-de-paris-i-em-encontro-internacional-sobre-direitos-humanos>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

TORRES, Igor Gonçalves. **O enfraquecimento do Estado Nacional como entidade reguladora do comércio exterior**. Brasília: UNB, 1997. 134 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Departamento de Relações Internacionais - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1997.

UNILA. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. **Institucional**. Foz do Iguaçu, 2015. Disponível em: <<http://www.unila.edu.br/conteudo/institucional>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

_____. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Secretaria de Comunicação Social. **Integração em Prática**: Professores e estudantes da UNILA analisam destituição de presidente paraguaio e se mobilizam. Foz do Iguaçu: UNILA, 2012. Disponível em: <<https://www.unila.edu.br/noticia/integra%C3%A7%C3%A3o-em-pr%C3%A1tica-0>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

VAZ DA SILVA, Vânia Sandeleia. Uma introdução às Teorias de Relações Internacionais: Realismo, Idealismo e Imperialismo. In: COLOGNESE, Silvio Antônio (Org.). **Além das fronteiras sociológicas**: uma agenda para o ensino de ciências sociais. Porto Alegre: Evangraf; Paraná: EDUNIOESTE, 2015. p. 29-49.

VELHO, Gilberto. **Violência, reciprocidade e desigualdade**: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (Orgs.). Cidadania e violência. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. p. 11 -25.

VERSIANI, Daniela B. **Autoetnografias – conceitos alternativos em construção**. Rio de Janeiro: 7letras, 2005.

VIA CAMPESINA. Movimiento Campesino Internacional. **Declaración Política Foro De Los Ongo - Cumbre FAO**. Roma, 2002. Disponível em: <<http://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/soberanalimentary-comercio-mainmenu-38/316-declaracion-politica-foro-de-los-ongos-cumbre-fao>> Acesso em: 25 maio 2016

_____. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Curitiba, 2004. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/OUTROS/O%20CAMPESINATO%20NO%20SECULO%20XXI.pdf>>. Acesso em 18 mai. 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexandre V. Chayanov. In: FERREIRA, Ângela Damaceno; BRANDENBURG, Alfio (Orgs.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1998. p. 29-49.

_____. Raízes Históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo fundo: EDIUPF, 1999.

_____. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas** – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2000.

_____. A Agricultura Familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: CPDA/MAUD, n. 21, p. 42-61, out. 2003.

_____. A Sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. **ALASRU**, Montevideo, 2010. Disponível em: <<http://www.alasru.or/wp-content/uploads/2011/06/>>. Acesso em: 18 maio 2016.

WE EFFECT. Centro Cooperativo Sueco. **Contrapartes Paraguay**. Guatemala, 2015. Disponível em: <<http://www.weeffect.org/es/donde-trabajamos/regional/paraguay/contrapartes-paraguay/>>. Acesso em: 09 jun. 2015.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra Capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ZAMBONI, Marcio. Marcadores sociais. **Sociologia**, Especial. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2015/07/ZAMBONI_MarcadoresSociais.pdf> Acesso em: 31 jul. 2016.

ZIBECHI, Raúl. **Paraguay**: El retorno del conflicto social. Programa de las Américas. México, 2014. Disponível em: <<http://www.cipamericas.org/es/archives/12805>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

APÊNDICE 1 - PROJETO DE PESQUISA

TEMA DA PESQUISA

Compreender o movimento soberanista rural, partindo do âmbito internacional para o local, em especial a Liga Nacional de Carperos e a manifestações das soberanias nacional, popular, cultural e alimentar no assentamento em Santa Lucía, em Itakyry, no Paraguai.

PROBLEMA DA PESQUISA

O que são os movimentos soberanistas nacionais, suas demandas e manifestação das soberanias defendidas? Qual a proposta de reforma agrária e a forma de adesão de novos membros na Liga Nacional dos Carperos?

HIPÓTESE DA PESQUISA

Inicialmente, parte-se da hipótese de que a luta pela soberania decorre principalmente porque o Estado paraguaio está fraco, não possuindo condições para contrapor os interesses das transnacionais, efetuando, assim, a reforma agrária almejada pela Liga Nacional dos Carperos. Consideram-se como hipóteses secundárias: (a) que a soberania popular é invocada pela Liga Nacional dos Carperos dentro e fora do assentamento; (b) que a soberania nacional é usada em seu discurso quando possui embate com os brasiguaios e transnacionais; (c) que existem focos de defesa pela soberania alimentar no assentamento em Itakyry; (d) que apesar da conjuntura de solidariedade global entre a LNC e os demais movimentos sociais, ainda não é permitido que brasiguaios participem da Liga como membros, independente da extensão e da localização das terras que possuem; e, (e) que a luta pela soberania cultural possibilitaria o resgate da identidade camponesa.

JUSTIFICATIVA

Tal pesquisa faz-se necessária para repensar outras formas de desenvolvimento do país, do povo e do território, além das formas produtivistas oferecidas pelas políticas neoliberais. Também contribui para compreender as demandas da Liga Nacional de Carperos em contraponto os conflitos que a mídia acusa ser contra os “brasiguaios”. Assim, possibilitando

elaborar alternativas que venham a solucionar estes conflitos considerando a soberania dos países e dos povos.

OBJETIVO DE PESQUISA

O objetivo desta pesquisa consiste na análise e compreensão das soberanias para os movimentos sociais soberanistas, especialmente a Liga Nacional de Carperos no Paraguai. A pesquisa partirá da análise do âmbito internacional para o local (Assentamento em Santa Lucía, em Itakyry, no Paraguai).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Propõem-se, ainda, os seguintes objetivos específicos:

- 1) Com base na **Teoria de Esvaziamento do Estado** e na **Teoria da Globalização**, ambas trabalhadas por Santos (2005), Bauman, Ianni dentre outros autores, analisaremos os movimentos soberanistas na busca pela soberania e reforma agrária dentro do contexto do Paraguai;
- 2) Analisar os focos das soberanias no Assentamento em Santa Lucía;
- 3) Analisar a estrutura do assentamento de Itakyry;
- 4) Compreender a proposta de reforma agrária oferecida pela LNC, bem como seus princípios teórico-ideológicos; e
- 5) Analisar as formas de adesão de novos membros na LNC.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Plano de trabalho e cronograma de execução, com início em 07/04/2014:

	TRIMESTRE						
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º
Cumprimento das disciplinas	X	X	X	X			
Levantamento, análise e atualização da bibliografia	X	X	X	X	X	X	
Reuniões com o orientador	X	X	X	X	X	X	X
Pesquisa e análise do material da imprensa e do material político			X	X			
Coleta e organização dos dados sociopolíticos do assentamento					X	X	
Aplicação das entrevistas					X	X	
Transcrição das entrevistas					X	X	
Análise das entrevistas diante do referencial teórico					X	X	
Exame de Qualificação					X		
Revisão bibliográfica Final						X	
Redação da Dissertação				X	X	X	
Defesa da Dissertação							X
Publicações de artigos científicos					X		X

METODOLOGIA

Trata-se de uma **pesquisa explicativa** cujo levantamento dos dados ocorrerá em Itakyry, no Paraguai, com o objetivo de coletar informações referentes ao comportamento da LNC direcionado à luta pela soberania e pela reforma agrária. Será realizada **pesquisa de campo do tipo exploratória-descritiva**, que ocorrerá posteriormente à realização de uma **pesquisa bibliográfica** sobre soberania, globalização, movimento agrário, reforma agrária, democracia, história de Itakyry e do Paraguai, seus dados demográficos, econômicos e sociais. Objetiva-se obter tanto informações qualitativas quanto quantitativas do objeto de estudo.

O **método** a ser utilizado é o **hipotético-dedutivo**. O método caracteriza-se por descrever um evento ou caso de uma forma longitudinal, com a aplicação de várias técnicas de pesquisa e de coleta de dados. A vantagem do método consiste em respeitar a “totalidade solidária” dos grupos.

As **técnicas** que serão utilizadas para a **coleta de dados** são: documentação indireta e direta, entrevista, observação direta intensiva não participante e análise do discurso. As **técnicas de registro** que serão utilizadas englobam o diário de campos, gravações de áudio, fotografias, fichas e fichamento.

As **entrevistas** serão do tipo padronizado, pois haverá um roteiro previamente estabelecido e as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas. Com a participação de um informante-tradutor, serão ministradas as perguntas e respostas traduzidas e gravadas em tempo real. O informante-tradutor selecionado é o jornalista Gabriel Fernández Benítez, da RTV, que se dispôs a participar. Ele conhece as regras culturais dos *carperos* e compreende a língua espanhola e guarani. Os campesinos misturam estas duas línguas em seus discursos, pois não se sentem tão à vontade falando apenas o espanhol. Os entrevistados serão os dirigentes e membros da LNC, os fiscais do INDERT e moradores de Ñacunday.

Buscar-se-á também como fonte os vídeos sobre a Liga Nacional de Carperos, os dados da *Dirección General de Estadística, Encuestas Y Censos* do Governo do Paraguai, do *Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra* (INDERT), da Justiça Eleitoral do Paraguai, da *Comisión Económica para América Latina y el Caribe*, além de eventos, seminários, cartas às autoridades e legislações em geral.

CUSTO DA PESQUISA

Gravador	R\$264,00
Fotocópias	R\$280,00
Aquisição de Livros	R\$320,00
Passagens (Itakyry, Assunção)	R\$460,00
Combustível	R\$600,00
Pen drive	R\$30,00
Pilhas pequenas ALCALINA	R\$15,00
Tinta para impressora	R\$80,00
Intérprete	R\$80,00
Pedágio	R\$46,40
Correção	R\$960,00
Encadernação	R\$24,00
Corrida Táxi	R\$120,00
Diária – Hotel	R\$360,00
TOTAL	R\$3.639,40

OBS.: Esta pesquisa foi custeada com recursos próprio e familiar. Os custos com o deslocamento e estadia para apresentação de trabalhos nos eventos, não estão inseridos na tabela acima. Também não estão inseridos os custos com a manutenção do computador, alimentação durante a pesquisa em campo, acompanhamento psicológico e medicamentos para dar conta dos efeitos colaterais. A UNIOESTE custeou as passagens e minha estadia nos eventos que apresentamos partes deste trabalho, somando o total de R\$800,00 (oitocentos reais). O orientador Dr. Marco Antônio Arantes contribuiu com R\$100,00 (cem reais) para o meu deslocamento até os locais de apresentação dos trabalhos. No último ano do mestrado reduzi pela metade o meu padrão de vida para custear a pesquisa e ter tempo disponível para dedicar-me a ela.

APÊNDICE 2 - Transcrição das Entrevistas

AUDIO 1

Data: 7 de julio de 2016

Nombre del Intendente: Carlos Miguel Soria

Pesquisadora: La explicación entre la relación del asentamiento y diferencias entre Brasil y Paraguay de esa forma de organización.

Miguel Soria: Ah, estamos hablando verdad de que... eh ... existen grandes diferencias entre Brasil y Paraguay en cuanto a su organización política, verdad, porque Brasil es una república federativa mientras que Paraguay tienen una democracia representativa verdad, entonces Paraguay es un país totalmente centralizado en cuanto a su organizaciones políticas... eh... institucionales y demás cosas sin embargo Brasil como república federativa prácticamente cada Estado que tiene verdad, que acá se llaman departamento, es un Estado diferente, inclusive hay leyes diferentes en cada Estado, sin embargo acá como republica unitaria todo es...ehm... las mismas leyes para todo el país y entonces en el caso de los campesinos verdad, generalmente me imagino que en el Brasil tienen una organización diferente en el caso de que alguna organización campesina sin tierra vaya a ser insertado en algún distrito, no sé si en Brasil se llama también distrito, pero acá en este caso por ejemplo se hace cargo de ellos en parte el gobierno nacional y también el gobierno municipal, verdad, pero en el caso del Brasil se hace cargo netamente el gobierno eh... el Estado el gobierno estadual, nosotros también tenemos un gobierno estadual acá que es la gobernación que también aporta, osea, tratamos de involucrarnos todos verdad, pero muchas veces lo que pasa es que nosotros los distritos no elegimos ni tampoco... o sino... son ordenes que vienen de... del... nivel central y nosotros tenemos que cumplirlas, verdad.

Pesquisadora: Entendi... eh... tú crees que ..usted cree que o asentamento afetou de alguna forma a comunidade de Itakyry? De forma o positiva ou negativa?Ou das duas formas? O no?

Miguel Soria: Y acá hay que hacer un análisis profundo de la situación verdad, debido a que hay factores muy importantes a tener en cuenta, eh... yo personalmente es mí... en mi visión personal de que *de* cierto modo ha afectado positivamente y también negativamente... Por qué? Porque Itakyry es uno de los distritos más grandes del departamento, de acá, del Alto Paraná pero también es uno de los más pobres, eh... y más grande por eso es más pobre, cuenta con una población totalmente prácticamente más del 90 por ciento netamente paraguayos, la mayoría se dedican a la agricultura familiar verdad, son pequeños productores, entonces, que es lo que pasa? del punto de vista político y desde el punto de vista económico eh... tiene su afectaciones negativas por qué? Porque es una comunidad como asentamiento modelo donde vinieron gente de afuera, digámosle verdad, que hoy en día son hermanos nuestros,son Itakyryenses pero eh... desde el punto de vista te digo en lo económico, en lo social y en muchas cosas afectaron negativamente en el sentido de que no hay mano de obra por ejemplo ahí, no hay trabajo a veces verdad y no hay como esa gente desenvolverse entonces es un problema, constituye un problema social para nosotros, me entendiste?

Pesquisadora: Entendí

Miguel Soria: Problema social, por qué? porque tenemos que nosotros destinar recursos económicos y otros recursos que nosotros no contamos para poder *ayudarle* a esa gente verdad, no tenemos muchas veces presupuesto. Imagínense ustedes que venga usted... ustedes tienen tres hijos y de repente le dan dos más eh... y ustedes tienen para darle de comer a tres nomas y eso dos... *tenes que* procurar por todos lados para darle de comer verdad, entonces más o menos esa es la situación que estamos teniendo, pero estamos tratando... que es lo que hacemos, el

gobierno municipal trata de... encaminar he... así al gobierno departamental y al gobierno nacional buscar las estrategias para poder trabajar y sacarle hacia adelante a esta gente. Eso es lo que tratamos de hacer porque yo como distrito no voy a poder sin la ayuda del gobierno nacional solucionar los problemas de ellos, por eso el gobierno nacional también es una causa para ellos y ellos están trabajando verdad, con todas las instituciones verdad, ya sea con salud, educación eh... ministerio de agricultura y ganadería, tratan de... de... ayudarlos a esta gente a través de diferentes tipos de trabajos que se hacen a través de estas instituciones, por que el gobierno municipal no va a poder, no le da las condiciones ni tampoco económicamente para poder asistir todas las necesidades que hay en ese lugar, porque? Porque son gente que vinieron sin tierras, con problemas sociales como por eje... como qué por ejemplo? Algunos estaban viviendo en la pobreza extrema verdad, entonces como municipio también me afecta siendo luego un municipio pobre donde vienen gente que están más, te afecta entendés, y... teniendo varios problemas sociales constituye también un problema social cuando no hay soluciones a los problemas, cuando el Estado no me resuelve a mí los problemas, entonces, el problema es para mí, para el distrito y tengo que buscar cómo solucionar.

Pero también afecto positivamente en qué sentido verdad, no hay que decir solo lo feo, verdad ,sino eh... positivamente en que por lo menos en que hay un número creciente de población a lo mejor entre ellos vienen mucha gente con ganas de trabajar, de progresar, entonces desde ese punto de vista tenemos verdad, algo positivo que contar verdad. Y hay mucha gente nueva es una colonia... ahí hay una colonia nueva y una colonia vieja verdad, porque Santa Lucía tiene su población vieja, y también aumentó la cantidad de *vecino* a lo mejor de gente y demás eso es... ese lado positivo verdad aumentaron gente, pero hasta ahora más bien verdad lo escuchamos de parte de ellos es siempre el problema negativo, por qué? Porque es la primera vez que el gobierno también hace este tipo de... es un comienzo porque nunca jamás en el país se trató eh... con una eh... agrupación campesina de... de... de darle esa posibilidad de tener una mejor forma de vida verdad, es la primera vez, el gobierno les dio tierra, les dio... les construyó a cada uno para SU casa, y le da la oportunidad de tener una buena educación por que se invirtió muchísimo dinero ahí, cuando vayan revisen qué tienen, tienen agua potable verdad, tienen luz, y tienen osea, les creó las condiciones básicas para poder tener una vida más digna, eso es algo muy positivo a esto compatriotas que estaban viviendo dónde? bajo una carpa, verdad, donde no tenían nada, sin embargo ahora tienen más, eso es algo muy positivo... eso es algo muy positivo verdad... eso es lo que nosotros vemos pero también hay cosas como te dije que entre positivo y negativo tiene sus cosas.

Pesquisadora: Perfecto!

AUDIO 2

Data: 8 de julho de 2016

Rocio: Estamos en el asentamiento Santa Lucía, verdad.

Moradora: Ese es colonia...

Rocio: En la colonia Santa Lucía, en la zona antigua, verdad. Y ahora estamos con una de las moradoras y vamos a hacerle unas preguntas para conocer un poco más del local, su organización, verdad, ehm... usted nos comentaba eh... de que esta zona...

Pesquisadora: Necesita autorización

Rocio: Si, ah! Usted nos autoriza grabarle, verdad.

Pesquisadora: Não precisa responder...

Rocio: Y no necesita responder todas las preguntas si es que no quiere, que sean impertinentes o incómodas.

Pesquisadora: Concorda? Si?

Moradora: Si

Pesquisadora: Pregunta si ella es moradora o si ella es asentada.

Rocio: Aham... eh... vos sos moradora, eh... estás viviendo acá o estás asentada.

Moradora: Nosotros somos *moradora*.

Pesquisadora: Cuanto tempo?

Moradora: Un veintiseis años que ya estamos acá.

Pesquisadora: Ella estaba na época do primeiro assentamento?

Guia: pioneiro

Moradora: Si pioneros.

Rocio: Pioneros *hina* verdad?

Pesquisadora: Eles são pioneiros?

Moradora: Si mi marido ese... Habrá... para comenzar eh... a poblar

Rocio: Ahhh... eh...

Moradora: El viene primero.

Rocio: Su marido eh... fue uno de los primeros que vino digamos a esta región y empezó a organizar los planos para poder diseñar el lugar, digamos.

Pesquisadora: Teve um assentamento antes de este primeiro, ne?

Moradora: Ese es el primero.

Pesquisadora: Este es el primero?

Moradora: Si

Pesquisadora: Es lo primeiro... Não sabia.. Para os moradores de essa colônia quais aspectos negativos ou positivos que viu com a chegada de outras pessoas que são agora do assentamento?

Rocio: Claro, mba'e problema...

[Tradução: Claro, quais problemas...]

Pesquisadora: aspectos positivos, negativos...

Rocio: Claro, trajeron los otros... los nuevos asentados... que problemas trajeron para ustedes...

Pesquisadora: trouxe problemas, aspectos positivos, negativos que... que mudou em relação...

Moradora: Upeishaguaupeva, hetamba'eojeguerúshupekuera, ojeayudá ha ore katunda'oreheshai... Nosotros estamos así como de siempre, tiene que luchar, procurar, a nosotros no no alcanza nada.

[Tradução: Assim, muitas coisas trazem para eles, ajudam eles, mas nós, eles não veem agente. Estamos aqui como sempre, temos que lutar, procurar, para nós já não alcança nada]

Rocio: aham... ta... y ellos por ejemplo que tienen? Mba'eha'ekueraoguereko?

[Tradução: E o que eles tem por exemplo? O que que eles tem?]

Moradora: Comodidad tienen, pero algo para comer...

Rocio: agua...

Moradora: Si, uno tiene agua, otro no tiene, alguno tiene casa, otro no tiene, y así es.

Rocio: ha *peêneîragueteri* pe alcanzá, que los otros ya tienen mayores beneficios a diferencia de ellos.

[Traducción: Y ustedes aún no alcanzaron lo que los otros ya tienen]

Pesquisadora: Esta colonia tiene menos beneficios que...

Rocio: El nuevo asentamiento.

Pesquisadora: Los asentados estudian juntos con los hijos del *pessoal* de la colonia?

Rocio: pende membykueraoestudiapáupepe, pe escuela.

[Traducción: Sus hijos estudian ahí, en la escuela?]

Moradora: Si, hay algunos que van, pero che chemembykuerandarekoveima, *oi* che, último año ojapohikuáiLaurelpe, ha *ápeha'*ekuerandohói. Pero la *ápeoi*ahina... ndojoguerahãporãi según che ahendujey...

[Tradução: Sim, tem alguns que vão, mas os meus filhos já não tenho ninguém (que vá a escola) tem alguns que fizeram ultimo ano no Laurel (colégio). Mas aqui (nessa escola) eles não foram.

Mais os que estão ali, me disseram que não conseguem se levar bem.]

Rocio: Con ellos?

Moradora: Porque ello... es lo privilegiado cualquier parte, ello son privilegiado.

Rocio: hasta en la escuela?

Moradora: hasta en la escuela, todo aparte, si hay *algún* reunión nosotros no *somo* gente como *ello*

Rocio: Ellos no son en la escuela... tem privilégios para os assentados, reunião eles não são convidados como os outros são convidados, os outros são mais privilegiados...

Rocio: En la salud también?

Moradora: Ahí la gente igual se va también *lo* médico que está ante no es que viene recién

Rocio: En la salud van todos los médicos que estaban ahí, era los que estaban antes, atendimento para todos.

Moradora: Ahí es igual...

Rocio: Pero en termos de organização política, en la escuela ellos não são mais convidados para participar, siempre son mais relegados...

Pesquisadora: Pregunta se ela quer hablar mais alguma coisa que ache interessante, puede hablar que nuestro trabalho vai descrever para presentar para a comunidade acadêmica a realidade...

Rocio: Si... cualquier cosa que vos *quieres* decirnos a nosotros, podes decirnos nomas, que nosotros después vamos a presentar universidad-pe hinaropresentatako trabajo, roguerahata pende voz, pende problema, pee reivindicava, cualquier cosa eresea, erente ore hina.

[Tradução: Qualquer coisa que você quiser dizer pode falar para nós. Pois nós vamos levar isso até a universidade, vamos apresentar este trabalho, vamos levar a voz de vocês, seus problemas, suas reivindicações, qualquer coisa que você queira falar, pode falar para agente.]

Moradora: Si porque...ko'ape ha... *la* gobierno la oforzaba la oré...osea que la itakyryguape por ejemplo ajea, ha'ekuera privilegio upepe, ndáikatuiko'ape, pea lo primero,

[Tradução: Sim porque, aqui... os que são de Itakyry têm privilégios, aqui nem tanto.]

Rocio: Ndoguahêimako'ape?

[Tradução: Já não chega aquí?]

Moradora: Oguahê ajea, igual, pero nosotros tenemos poco peso, nda'ore peso ore, ore gente mbo'ybymaoi, ha ha'ekuerahetave ha okonseguihetamba'ehikuái.

[Tradução: Chega, né. Mas nos temos pouco peso, não temos peso, né. Nossa gente já estão menos, e eles são mais grandes (em números) e assim eles conseguem muitas coisas.]

Rocio: Pero pee peje organizáhina?

[Tradução: Mas vocês estão se organizando?]

Moradora: Orenge como de siempre, ore haishaminte.

[Tradução: Nós como sempre, no nosso modo de ser.]

Rocio: Cuál es tu nombre?

Moradora: Teodora

Pesquisadora: Y del marido

Moradora: Antonio Leguizamón.

AUDIO 3

Entrevista com Dirigente – Parte 1

Dirigente: Tá no trabalho agora. Podemo chamar também, mas tem que ir buscar daí tem muita gente. Eu, por exemplo, to completando aqui 8 anos. Lá é mais ou menos 5 pra 6 anos e aqui 2 anos, que to na luta pelo pedaço de terra que até agora não to conseguindo.

Pesquisadora: Pede autorização para gravar.

Dirigente: Mas o que eu to pensando é que você tá trazendo pra nós umas boas coisa, uma boa ajuda, umas boas caminho assim pra poder nós chegar no fim, porque todo mundo necessitava de ajuda, principalmente uma pessoa como vocês.

Pesquisadora: [...] aqui, no Brasil, é considerado um assentamento modelo, referência. Para os camponeses, é um assentamento modelo? Se é um assentamento modelo, então está próximo do que queriam.

Dirigente: O que eu posso responder pra você, pra nós assim, um assentamento modelo é que a gente tem que ter lugar pra produzir. Pra nós aqui, pra nós todos, isso tudo que vemos aqui é só pra fotografia, pro governo mostrar pro mundo. Mas pra nós aqui, pra nós fazer bonito fotografia se alguém nos ajuda a colocar uma horta de produção ali, tudo com técnico, com engenheiro, tudo, que a gente somos pobres não podemos produzir. Pra mim, pra ser um assentamento modelo que eles fala, ai tem que ter ajuda, tem que ter governo, tem que ter saúde, tem que ter caminho, tudo tem que ter pra chegar a ser assentamento modelo.

Pesquisadora: Tem acompanhamento técnico para produção de alimento?

Dirigente: Chega pra fotografia. Pra tudo isso aqui, na hora que chegaram aqui dois anos atrás era assim. Agora, você pode abrir aquela torneira ali e não sai água.

Pesquisadora: Não tem encanamento interno?

Dirigente: Tem, mas tá tudo quebrado.

Pesquisadora: Não tem manutenção?

Dirigente: Não tem nada. To de falando... fizeram um poço artesiano, cavaram um poço e tá tudo estragado, o problema é que não tamparam bem e “grenaram” de areia. Tudo a hora que chegamos aqui, tudo aqui, no começo da casa, até agora o governo conseguiu fazer 500 casa aqui.

Dirigente: Todo assentamento tem 525 casa. Casinha precária, ne, que o governo construiu uma casinha precária.

Pesquisadora: Essa casinha de madeira também é?

Dirigente: Essa o governo construiu a hora que a gente chegou aqui. Era pra gente morar seis meses ai debaixo, já imaginou quatro anos?

Dirigente: Eu que tenho família, eu tenho que passar essa geada agora, essa geada forte debaixo disso aí, esse é vida? Esse é o governo? Esse é saúde? O governo me tem que [garantir?] isso aí, saúde, educação, uma casa limpa, uma casa digna pra morar, não é verdade?

Pesquisadora: como vocês se organizam? fazem reunião entre vocês? Com que frequência?

Dirigente: Agora por exemplo nós tamo assim todo unido aqui porque vamos levantar uma greve geral daqui, daqui vamos sair quarta-feira. Quarta-feira nós vamos sair daqui, num local que fica 30km daqui, porque se nós fazer barulho aqui, quem que vai me ouvir? Só minha senhora, e ela não vai conseguir arrumar todo a casa pra mim. Nós temos que o governo, que o país, por exemplo vocês, que a rede globo venha e mostra pro mundo o que que a gente tem aqui, que a rede globo venha mostrar a realidade da gente aqui.

Pesquisadora: Atendimento de saúde e educação é junto com os antigos moradores?

Dirigente: vocês imaginam mais ou menos um povo indígena, um povo como nós aqui, chegamos a 12 mil pessoas, imagina você tem um médico só.

Dirigente: Mais ou menos 12 mil pessoas. Mas eu to falando com um morador antigo, com um povo indígena, que tem aqui ao redor, nós chegamos facilmente a 10, 12 mil pessoas, e para

isso só 1 médico no posto de saúde, que não tem ambulância, não tem saúde, não tem cama, não tem nem remédio, não tem. Chega segunda-feira e vai quinta-feira, e horário de trabalho dele é das 7 horas até 13 da tarde. Você imagina, você a partir disso aí não tem que ficar doente, nem a tua família, nem o vovozinho, ninguém pode ficar doente, e sábado, domingo, não pode ficar doente. Justiça não temos. Polícia fica 15km daqui, não tem patrulha, não tem nada, to falando a verdade, não tem segurança, é roubo, roubo domiciliares, de galinhas, porquinho, tudo que você tem por aí, vaca, galinha, moto, aí você tem que ficar calado.

Pesquisadora: Como é a relação com os vizinhos fazendeiros/coronel/sojeiro (que planta soja)?

Dirigente: Eles não vê a gente com bons olhos, a gente tá excluído da sociedade, porque eles falam que nós chegamo aqui pra tomar a terra deles. E na realidade o INDER que trouxe a gente aqui, o INDER que mandou caminhão lá em Ñacunday pra trazer aqui e tomar a terra do outro. A gente não vem tomar terra deles, é o governo que traz nós aqui e até agora não tá entregando, entrega terra assim com documento, mas tem outro em cima, tem outro documento em cima ou tem outra pessoa morando, tem casa em cima da terra que o INDER entrega pra nós.

Pesquisadora: Qual a diferença entre a terra que vocês queriam e essa terra? Tem diferença?

Dirigente: Claro, porque a terra vermelha ela produz muito mais, não precisa colocar nenhum ajuda de químico e essa terra, se você não coloca produto químico, mais ou menos 2, 3 anos, ela não produz mais. E a terra vermelha, por isso que o governo não quer entregar pra campesino essa daí...

Pesquisadora: não precisaria de insumos artificiais?

Dirigente: Menos.. menos insumos artificiais. E aqui é muito mais. Pra você alugar uma terra vermelha de lá, mais ou menos o produtor vai pagar 2 milhão, 2 milhão e 200 mil por hectare, e aqui não chega a 1 milhão e meio, pra você ver a diferença, pra alugar, se você tem umas 20 hectares de terra pra alugar, você não precisa trabalhar, você pode morar tranquilamente com tua família.

Pesquisadora: Então a terra de lá era muito mais produtiva e essa é menos?

Dirigente: Claro, muito.

Pesquisadora: Não tem constante atendimento técnico de INDERT? O INDERT tem uma sede aqui?

Dirigente: Tem, mas chega quarta ou quinta e vai embora sábado, ou chega terça e vai embora quinta, fica dois dias. E é um funcionário de muito menor “ramo”, não são engenheiros, são só técnicos só, só um ajudante só, não chega um engenheiro, não tem oficina de capacitação.

Pesquisadora: Ele fica lá e a pessoa que chega pra tirar dúvida ou ele vai em cada casa?

Dirigente: Não, a pessoa que chega dúvida pra ouvir mentira. Ele não vai em cada casa.

Pesquisadora: Sobre as feiras de agricultura campesina com as produções daqui. Não se organizam feira de produção campesina? Pra levar em outros locais?

Dirigente: Não. Agora mesmo ele trouxe um caminhão pra levar mandioca no Brasil, e ela mandou arrancar tudo, uma senhora, tem 3 mil kg se você ver passar na chácara dele, você vai ver que tem 3 mil kg de mandioca arrancada e o caminhão até tinha que vir buscar e levar e foi o caminhão pra Assunción e não voltou, agora está estragando tudo essa mandioca.

Pesquisadora: Vocês dependem de quem para levar os produtos?

Dirigente: O INDERT que mandou um caminhão com frete grátis, pra gente poder vender a mandioca. Se de lá vem um caminhão que compra aqui, paga metade do preço, e pra nós levar lá na fábrica no Brasil, aí é muito maior o preço. Mas vieram uma vez e depois segunda vez e tá mentindo de novo, só pra sair na foto, só pra colocar aqui que a gente tá vendendo mandioca e que o INDER tá ajudando, e vieram dois caminhão e só um saiu, isso aqui é tudo mentira, ninguém foi daqui. [...] chegaram do outro lado que o campesino tá produzindo com ajuda de família, com ajuda de outro familiar que tá em Europa produz e leva em frente do INDER e tira foto pra pôr aqui, que tudo o INDER tá fazendo.

Pesquisadora: O senhor ainda faz parte da LNC – Liga Nacional dos Carpeiros? Deixa de ser carpeiro depois que consegue casa?

Dirigente: Não, a gente não deixa de ser carpeiro.

Pesquisadora: Continua sendo?

Dirigente: Continua sendo porque ele chama carpeiro assim o pessoal que não tem terra, mas a gente conseguindo isso aí (casa?) não vai parar por aí não.

Pesquisadora: É uma identidade?

Dirigente: É uma identidade. Ser campesino já é carpeiro. Esse é o modo de chamar, e a Liga Nacional de Carpero tem muita coisa aí dentro, tem político, a gente não tá ligado nesse setor, a gente tá procurando (esses 500 família?) nos aqui procuramos conversar direto com o governo, não precisamente entrar nesse Liga, essa Liga de Carpeiro, aí todo mundo aí você tem que arrumar um dinheirinho pra poder (ponhar na cabeça??) mas a gente não faz isso pra entrar na liga, a gente se vira sozinho, a gente se vira com o povo daqui, sozinho, diretamente lá.

Pesquisadora: José Rodrigues, os líderes, eles vem aqui ou não?

Dirigente: Não. Vieram de Ñacunday foram negociar nas nossas custas lá no governo, é isso que eles fazem, vende a luta pela terra, só quer pra ele, não quer pra ?? e nós temos ideia diferente, nós queremos pra ??? (tempo: 19:30) Agora motorzinho tá quebrado, sabe quando vamos gastar? 5 milhões de guarani. O que que a gente tá fazendo? Essa senhora tá vendendo ovo, outro tá dando galinha, outro dá uns 5mil, 20mil.

Pesquisadora: Motorzinho de que?

Dirigente: Motor de água, bomba de água.

Daí vai sair água e o INDER vai tirar foto e quem tá pagando? Nós vamos comprar.

Pesquisadora: Então não tem atendimento pra manter a estrutura?

Dirigente: Não tem. Eu vou mostrar pra você o pedido que a gente faz pra INDER, faz uns 2 ou 3 meses pra comprar um motor, uma bomba de água.

Pesquisadora: Quais sementes os campesinos trabalham?

Dirigente: Nada, agora nada, tá tudo parado.

Pesquisadora: Onde vocês fazem as reuniões, onde vocês se agrupam?

Dirigente: Aqui na casa dele e aqui tem um parque. É como uma bomba, uma bomba 12 por 1 você conhece? Que usa no carnaval...

Pesquisadora: Mas alguém vai passando de casa em casa chamando?

Dirigente: Não, nós temos um rádio aqui, rádio frequência, rádio estação (estação de rádio), o rádio local. Avisa tal hora reunião, aí todo mundo vem, daí se é só reunião de cabeça, daí só vem a cabeça que tá na comissão, mas se é reunião geram já vem 1.500 pessoas na hora. Se você chegar domingo você vai ver, que a gente vai fazer a marcha.

Pesquisadora: Vocês tem internet? Banheiro? Esgoto?

Dirigente: Não... nada. Banheiro tem nessa casa, eles fizeram tudo aqui, essa casa moderna, mas as outras casas não tem.

Pesquisadora: Mas, tem rede de esgoto público?

Dirigente: Não.

Pesquisadora: E o esgoto vai pra onde?

Dirigente: Aqui tem um poço cego.

[Nesse momento, nos 23 minutos, o Dirigente mostra os documentos solicitando ao INDER a bomba d'água].

Pesquisadora: Com que frequência muda os dirigentes?

Dirigente: A cada 1 ano

Pesquisadora: Como seria um plantio ideal de alimentação que vocês gostariam? Seria apenas para subsistência ou não? Consumo próprio ou para venda fora?

Dirigente: A gente pensa assim, pra nos poder plantar aqui, necessitamos de máquina... e como vamos conseguir uma máquina se não podemos comprar nem uma enxada.

Pesquisadora: Que tipo de máquina?

Dirigente: Máquina trator, colheitadeira, pra fazer um plantio direto... pra nós poder entrar no mercado; pra você poder competir no mercado, você tem que produzir. Como que eu to plantando uma cebolinha aqui mas não produz, como o mercado vai vender se não tá produzindo bem? Vou vender no meu vizinho...

Pesquisadora: Oportunidade equitativa de mercado?

Dirigente: Claro. É. Nós precisamos de ajuda de uma cooperativa, por exemplo.

Pesquisadora: Não tem cooperativa aqui?

Dirigente: Agora tá fazendo uma, mas não tá funcionando ainda.

Pesquisadora: O trabalho é individual ainda ou não?

Dirigente: Individual, mas só pra gente se alimentar, assim... a vida “a cá” é difícil... A vida “a cá” se você entrar numa cozinha aqui, você vai ver só farinha.

Pesquisadora: Você conhece o MST no Brasil?

Dirigente: MST é partido...?

Pesquisadora: Na época do acampamento, havia estrangeiro ou só paraguaio?

Dirigente: Só paraguaio... ou paraguaios que foram morar em Argentina e moraram há 30, 40 anos e queria voltar... queria voltar pensando que ia ter terra pra morar.

Pesquisadora: E tinha brasiguai?

Dirigente: Tem, tem sim... inclusive um brasileiro tá comprando uma casa pra morar aqui.

Pesquisadora: Tinha naquela época (a baixo da alta tensão) brasiguai dentro do movimento?

Dirigente: Sim, e a gente tem uma carteirinha de identificação da Liga de lá, da época que morava lá... mas não só esses vieram pra cá... não é que você não sofreu lá e não vai entrar aqui... todo mundo que tava lá, o governo trouxe aqui.

Pesquisadora: Mas coube todo mundo? Tinha 50 mil pessoas..

Dirigente: Sim, é que a propaganda na época era de 50 hectares pra cada um, aí chegou essa quantidade de pessoas... mas depois de 2 ou 3 anos todo mundo deixou, porque ninguém quer morar debaixo de lona.

Entrevista com Dirigente – Parte 2

Pesquisadora: A questão dos agrotóxicos, o senhor tem algo a dizer sobre isso?

Dirigente: Se você levantar a cabeça você vai ver daqui, aqui na esquina tem plantio de soja... aqui, tá vendo... no canto, depois daquela planta ali, olha, eu moro aqui, aquela é um pouco de barra de proteção (barreira de vegetal). A lei diz 5 metros e às vezes não tem nem 2 metros. Então depois desse aí tem que deixar 60 metros pra poder plantar. Mas, da minha casa, onde mora, onde tá dormindo minha família e tudo, ele (o soja) tá plantado em 20 metros. Na escola, se você passar na escola agora, você vai ver daí, da onde começa a plantação de soja.

Pesquisadora: Há quanto tempo está aqui?

Dirigente: Aqui? Dois anos.

Pesquisadora: Estava também lá em Ñacunday?

Dirigente: Sim

Pesquisadora: É brasiguai?

Dirigente: Sim. Não é só eu tem muito... eu conheço umas cinco famílias...

Pesquisadora: O que seria a cultura campestre?

Dirigente: Cultura campestre? Se fomos falar de cultura... cultura é muita coisa... cultura da gente fazer um jeitinho de botequinho? Você quer saber isso aí ou...

Pesquisadora: O que você achar que cultura é no meio rural, própria do movimento campestre...

Dirigente: A cultura campestre é da luta pela terra... sempre a cultura é para poder ver a família, procurar ter a terra e sobreviver só disso, deixar pra família também.

Pesquisadora: Alguém aqui tem alguma descendência indígena?

Dirigente: A história do Paraguai é tudo é descendente de indígena, eu por exemplo, minha família são alemães, mas os meus bisavô chegaram aqui com 5 anos de idade da Alemanha, de parte da minha mãe... O meu sobrenome é “Aler”.

Pesquisadora: Então tem várias culturas?

Dirigente: Tem, tem... tem espanhol, e daí tem também indígena. Porque na época da guerra, muitos paraguaios foram...

Pesquisadora: E como que se dá as votações nas reuniões?

Dirigente: “viva vó” nós chamamos... todo mundo diz aceita ou não aceita, aprova ou não aprova. Mas na época da reeleição é só na urna, igual política.

Pesquisadora: Na época em Ñacunday?

Dirigente: Na época de Ñacunday era outra coisa, na época de Ñacunday era quase tipo ditadura... que naquele lá não tinha todo ano campeão, porque o líder era muito forte.

Pesquisadora: Naquela época em que vocês estavam abaixo do frio de alta tensão?

Dirigente: É... o líder [dos carpeiros] era muito forte... Esse aí tá na cadeia agora, tá cumprindo uma pena aí, [...] por invadir a terra do outro.

Pesquisadora: Então tinha uma organização muito rígida na época?

Dirigente: É. Não permitia eleição assim pra eleger quem ia tá na cabeça né.

Pesquisadora: Mas, tinha reuniões? Ou não?

Dirigente: Tinha.

Pesquisadora: Votações, tinha?

Dirigente: Viva vó...

Pesquisadora: O que seria soberania territorial?

Dirigente: Soberania territorial é na lei paraguaia, é a soberania territorial é o rio Paraná, é todo o rio, do território é 60km, [...] aí tinha que ter nome de Paraguai.

Pesquisadora: Seria que, aquele território ali não esteja em mãos de estrangeiros?

Dirigente: Exatamente. Só de paraguaios. Não pode colocar em nome deles se não tiver identidade paraguaia... aqueles que tem identidade paraguaia não tem problema, mas aquele estrangeiro que não tem identidade paraguaia... (nacionalidade formal paraguaia)... igual esses fazendeiros, não pode ter fazenda em limite de fronteira, é 60km de fronteira... no puede...nem sociedade anônima, não pode. Essa seria a soberania territorial.

Dirigente: Quem que tem que cuidar dessa soberania territorial é o militar. Quando vê que os perigos do país, a soberania territorial tá em perigo, aí tem que defender isso aí...

Pesquisadora: E a soberania cultural do Paraguai? Com os transnacionais, a globalização... como poderia defender a cultura paraguaia?

Dirigente: Com boas políticas. Com boa política pra poder ajudar e defender. Mas, os transnacionais só quer pra eles, não quer saber de outra coisa, [do bem-estar da população], você já viu grandes empresas plantando uns 2 ou 3 hectares de plantação, assim... eucaliptos, pra poder proteger a soberania, proteger o meio ambiente? Não. Eles plantam no caminho... se você ver, eles plantam até no caminho.

Pesquisadora: E em época de eleições? Nas eleições passadas, houve candidatos campesinos? Aqui vocês tem intenção de lançar um candidato? É importante essa participação para vocês ou não acreditam tanto? Na questão da participação, da soberania popular? É importante, vocês interagem?

Dirigente: É muito importante na época de “Campura” “Tecamúa”?? [...] frente iguaçu, é o movimento, é um programa de governo tipo Bolsa Escola ou uma cesta familiar, esse é de “campua”, esse estamos recebendo ajuda do governo, mais ou menos 80 dólar, cada dois meses, esse é de “campua”. E na época de frente Iguazu, a gente vivia na colônia, de cidade pra fora todo mundo vivia bem, uma época de Lugo [ex presidente do PY, Fernando Lugo] aí se você falar na política que Lugo tá querendo voltar, aí todo mundo tá com ele. Mas, o que que acontece

na eleição passado, partido liberal e colorado, né, partido liberal teve 960 mil votos, colorado teve 1 milhão e cento e pouco mil votos... que nunca na história de política, to de falando que nunca teve essa votação, ninguém dos partidos, chegava até 500 mil, liberal, 500 mil, 600 mil, e colorado 900 mil, o que acontece agora: a população tá crescendo no Paraguai, o votante tá crescendo no Paraguai, e aonde vai morar esse povo que tá crescendo? Que as cidades já tá cheia... e só venha morar na colônia, que daqui a pouco, que um grande transnacional tem milhões, imagina, só um brasileiro... desculpe... Favero, tem um milhão e pouco mais hectare no Paraguai... Isso pode, pode ser se todos os paraguaios tá morando mais de 2 milhões de brasileiros tá pra fora... por que paraguaio não produz e não vive aqui?! Por que que anteriormente, 60 anos atrás, paraguaio não saia fora... porque o pai, vovozinho dele tinha 40, 50, 100 hectares de terra, produzia aí, morava aí, tranquilamente, agora você tem 4 ou 5 filhos e vai morar numa área (?) assim, sem lugar de trabalhar, aqui não tem nenhuma indústria pra poder trabalhar, e eu como pai de 4 família (filhos), sem trabalho, que vou dar, que exemplo vou dar pros meus filhos, e todo dia tô ficando velho, e na fábrica se você chegar no Paraguai, é idade de só até 35 anos no máximo eles pegam... é, tudo errado, pra mim é tudo errado. Os poucos que tem, não pensa no povo aqui, que mora aqui na região pobre.

Pesquisadora: No Paraguai vocês tem aposentadoria?

Dirigente: Aposentadoria se você foi trabalhar no governo ou algumas empresas, agora esses programas de 3º idade, é um programa de governo que tá pagando 450 mil pra pessoa de 65 anos pra cima.

Pesquisadora: Independente de comprovar tempo (de serviço/contribuição)?

Dirigente: Esse é uma ajuda alimentar, você não tem que ter nada, nem geladeira, nem televisão na tua casa, se eles percebem isso aí, não te paga. A hora que chega o fiscal pra fiscalizar como você mora aí, se ele ver que você tem uma moto, ou ver que tua família, que teu filho, tua filha tá trabalhando, tá (recebendo) mensalmente, não paga, aí você tem que correr atrás, não é completar 65 anos e chegar lá e o governo de paga, tem que correr atrás de novo, tem que correr atrás... agora nós temos uma senhora ali de 78 anos que não tá recebendo nada, agora eles falaram pra ela, que a ajuda dela tem que ir lá em banco pra receber, não chega, não paga 150 mil guarani de passagem pra ir e voltar daqui de lá, já fica por caminho...

Pesquisadora: Como seria a reforma agrária para o Paraguai, como seria o ideal de Reforma Agrária? Na época da Liga (do carpeiro), qual era a proposta de reforma agrária?

Dirigente: Tudo o que eles pedia era ajuda do governo para a reforma agrária, porque a reforma agrária, ele fala de 20 hectare de terra pra cada um... se você tiver, mais ou menos, cinco família, aí é 20 hectares, se você tiver mais de 20 hectares... é, 30, 40 hectares, é a reforma agrária. (explicação da tradutora: se você tiver até 5 filhos, é 20 hectares para cada, mas, se tiver mais de 5 filhos, são 30, 40 hectares para cada).

Dirigente: Porque no Paraguai tem pessoa que tem 18, 20 filhos...

Tradutora: Então é de acordo com a família...

Pesquisadora: Essa média, quem propôs?

Dirigente: Tem uma lei que tem que ser cumprido, por isso é Reforma Agrária, que os políticos não querem fazer esse reforma agrária sabe por quê? Porque tudo os políticos, os militares, na época tá se da terra do Paraguai

Rocio: A questão agrária é difícil de fazer, porque tem militares, tem políticos que ficaram com essas terras na época da ditadura, e não estão querendo(17:22 inaudível)

Dirigente: O que que os políticos fazem... como o que acontece em Curuguaty terra de Marina ??? A Marina é Marina, militar... por isso é Marina Kue, aí tinha Marina, eu não to entrado na faculdade, mas eu entendo muita coisa...

Pesquisadora: Então essas terras eram dadas para políticos e militares? Para a mídia brasileira, falavam que as terras que estavam procurando eram aquelas terras que foram adquiridas por brasileiros de maneira ilegal...

Dirigente: No solo (não somente)

Pesquisadora: Então também envolve terras para políticos, de maneira ilegal, e para militares, não apenas para estrangeiros de maneira ilegal, correto?

Dirigente: Nós estamos falando da pergunta que você me fez aí... da reforma agrária... Na reforma agrária, cada paraguaio que não tiver terra, esse entra na reforma agrária, porque ela é estudante não é que ela fica fora da reforma agrária, ela tem que ter terra também, não é que ela tem um carro bom, uma casa bom, que ela tá excluída da terra, e o que o INDERT, o governo quer fazer... quando você tem uma casa boa, assim, na cidade, em 12m por 30m, [...] aí to fora da reforma agrária, e na reforma agrária fala que quando você tiver no banco dinheiro, mais de 150 mil dólar mais ou menos, aí que você sai da reforma agrária. Não é que você tem uma casa que vale 30 mil dólar que você sai da reforma agrária. E aqui, eles também querem fazer de novo isso daí. Aqui o amigo tem esse carro aqui, aí eles já falam q ele não entra na reforma agrária, porque nós vamos tomar a terra... aqui, conhece o Wasmosy?

Pesquisadora: Wasmosy?

Dirigente: Ex presidente da república, ele tem mais de 5 mil hectares de terra aqui... é, aqui, 12 km daqui e ninguém entra, tem pessoa armada ali cuidando, se eu entrar aí, eles me matam.

Pesquisadora: Existe diferença entre a Liga Nacional dos Carpeiros e outros movimentos campesinos. Qual a diferença dos carpeiros para os outros movimentos?

Dirigente: Tem que nos movimentos dos carpeiros alguns líderes procuram ver no governo alguma chance de ter alguma coisa, de fazer negócio com INDERT, inclusive com o governo, e outro que luta pra dar para os pobres, outro jeito de lutar, de conseguir terra. Tu imagina que aqui tem 2 mil hectares mais ou menos, tu ver essa área verde ali, aí esse é do governo, e esse do governo de quem que é? É do povo! Aí se vou arrumar uma quantia de povo aí pra entrar nessa aí, nessa área, que que vai vim mim, é dólar, é dólar que vai vir pra mim, pra nós entrar aí... e aí que tá o negócio, você tem que ter coração e ter cabeça e ter amor pelo outro pra não fazer essas coisas.

Pesquisadora: Atualmente, quem são os líderes da Liga?

Dirigente: Não sei.

Pesquisadora: Tem algum documento sobre a estrutura do assentamento?

Dirigente: Sim, o mapa.

Dirigente: Leitura do mapa: amarelo seria terra pra nós. O roxo aqui, é que tem documento, e essa aqui branco assim, essa aqui é arregrado...

Entrevista com dirigente – Parte 3

Pesquisadora: A parte branca seriam os arraigados que estariam lá há quanto tempo?

Dirigente: Essa aqui é o plano das 5 hectares que vão entregar pra nós. Aqui, essas que tá pintada assim, já tem dono. Já tem dono até aí a medida, aqui a medida, aqui a parcela onde fica, o número da parcela, tudo, tudo que tem aqui. E tem tudo o titulado, que tem documento, esse daí tem, essa aqui é a planta lá que eles falam que são moradia antiga que você comentou a chegada aí... que são moradia antiga, aqui e tem morador indígena também... que seria nessa parte mais ou menos aqui, aqui depois do rio já aqui... pra lá pra cima daí. Essa é da parcela, essa aqui é do centro urbano onde nós ficamos aqui, aqui se divide por “manzana”, aqui é “manzana” 7, seria lá, aqui seria manzada 2, aqui essa parte aqui, manzana 1, essa parte aqui, toda essa parte aqui, manzana uno, manzana 4, esse na entrada [...] manzana 3 aqui onde nós estamos, no fundo está seis casas, aqui nesta parte, este es mi lote, el ultimo lote es mi lote, e aqui três e aqui três...

Pesquisadora: quantas hectares foram dadas para cada família?

Dirigente: Aqui? Aqui nem chega a 1 hectare.

Pesquisadora: Mas falaram pelo vídeo do INDERT que era 5 hectares no total, no título são

quantas hectares?

Dirigente: Ele não dá título nada, só o direito de ocupação.

Pesquisadora: Não é o título da terra?

Dirigente: Não, não.

Pesquisadora: Não é proprietário da terra?

Dirigente: vou te mostrar... só o que a gente ta ocupando aqui... só um documento, não é um título válido... que você chega num banco e não tem validade nenhuma. E se chega um título falso aqui... alguém trazer um título aqui falso, ele vale mais do que esse documento aqui.

Pesquisadora: Você estava na época que a Rede Globo foi até o acampamento?

Dirigente: Rede Globo? Sí, sí... no acampamento lá.

Pesquisadora: Como foi a chegada da Rede Globo?

Dirigente: Eles chegaram fazendo pergunta também... pela comunicação que tiveram lá, tinha muita gente, chegaram pra comprovar que tinha [inaudível] por isso chegaram aqui. E eu acho que nossa mudança aqui eles chegaram na parte dos brasileiros, o brasileiro fala que tá perdendo a terra, aí chegaram a rede globo chamado pelo brasileiro... não é que vieram mostrar onde que a gente estava.

Pesquisadora: vocês tiveram acesso à publicação da rede globo?

Dirigente: Não. Na época era outro que tava na cabeça e fizeram entrevista com a rede globo.

Pesquisadora: Na rede globo relataram que foram recebidas com foices nas mãos. Correto? Mas era no sentido de uma ameaça, mas era a ferramenta de trabalho, não é?

Dirigente: Era com foice e com pau. Tudo pro campesino, a arma do campesino é o pau ou enxada, ou foice... e facão. Lá quase que era meio violento mesmo,

Pesquisadora: Foi difícil aceitar a saída de Ñacunday para Itakyry? O que levou a aceitarem? Por que aceitaram?

Dirigente: Essa pergunta nós fizemos todo dia... Porque o INDERT fez uma política em nós.

Pesquisadora: Ele prometeu?

Dirigente: Prometeu... por terra e nós queria pegar uma terra, porque nós precisamos de terra... estamos na luta de terra... então ele foi, falou que ia deixar a terra por Favero e ia da aqui pra nós, então nós prometimos pra ele, dentro do ... Paraná, seja no que seja, nós queria terra.

Pesquisadora: Independente de onde fosse, vocês queriam terra...

Dirigente: Mas tinha também uma ameaça em cima...

Pesquisadora: tinha uma ameaça?

Dirigente: Claro... se nós não pegasse essa oferta do governo, né, ele fava que tinha outro grupo que ia ter aqui e nós seria tudo desalojado de lá... com polícia, com tudo... Aí o que tava na cabeça lá, todo mundo fala que recebeu, não sei né... mas todo mundo fala... aí fizeram um acordo e quem queria vem pra cá, subia no caminhão e vinha, mas ficaram lá 60 família mais ou menos...

Pesquisadora: ficaram 60 famílias?

Dirigente: Mais ou menos ficaram... e foram tirando tudo ali do lugar... foram tirando tudo do lugar... as polícias foi avisa e eles saíram né, saíram e foram fica 500 metros de onde tava o acampamento... e agora já acabou, ninguém ta lá.

Pesquisadora: Sabe se a Liga dos carpeiros ainda está ativa? As pessoas estão ativas politicamente?

Dirigente: Aqui desse assentamento aqui, aqui agora que nós estamos começando a luta da terra... Agora nós estamos começando a luta da terra... por que to falando pra você que estamos na luta, porque agora nós vamos vender nossa galinha, nós vamos vender nosso porquinho, pra poder sair, porque a gente vai sair agora... e se você ficar mais no Paraguai, a gente vai se encontrar lá em Ciudad del Este.

Pesquisadora: Quando que vai ser?

Dirigente: Quarta-feira.

Dirigente: Se o governo chegar e entregar a terra pra ele, pra mim, pra todo mundo, com documento e sem problema, aí nós não vamo marcha. Se não acontecer isso aí, nós vamos caminhando daqui até chegar em Ciudad del este, com filho, com todo mundo...

[momento de trocas de endereços eletrônicos, celular, contatos em geral]

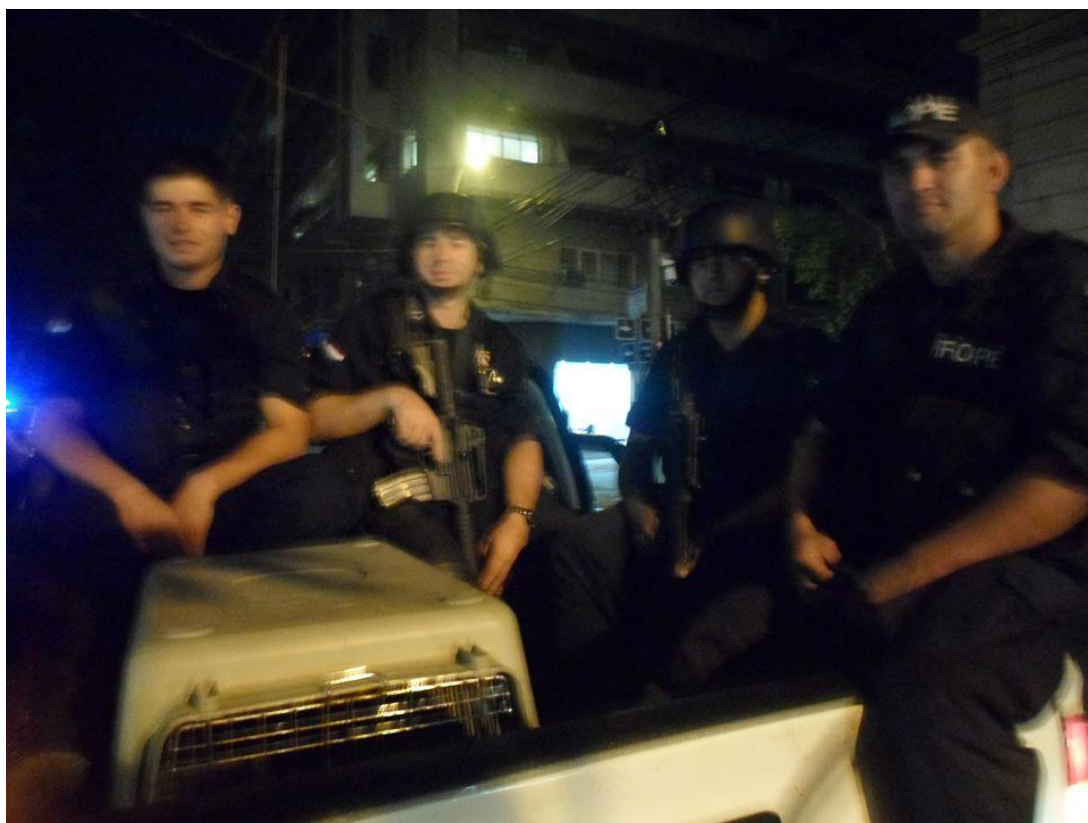
Pesquisadora: Vocês têm transporte público aqui?

Dirigente: Você viu esse transporte que passou agora... esse que leva nossa criança na escola, esse que o INDERT fez de boa pra nós também... temos que falar as coisas boas também

Pesquisadora: O que seria as coisas boas?

Dirigente: Coisa boa é a escola, tem escola boa, tem merenda escolar, tem almoço na escola, mas tá faltando também, mas eles fizeram isso também...

APÊNDICE III – FOTOS



Polícia paraguaia, Assunção (2014) - existem vários tipos de polícias no Paraguai.



Evento – Greve Geral (2014)



Greve Geral (2014)



Rua de Assunção (2014) – Liberdade para presos de Curuguaty e não a Aliança Pública e Privado (APP)



Ruas de Assunção (2014) – Liberdade para os presos políticos de Curuguaty



Ruas de Assunção (2014) – pela Reforma Agrária



Assunção (2014) – Arte em prol da alimentação



Entrada de Cruce Itakyry (2016)



Prefeitura de Itakyry (2014)



Prefeitura de Itakyry (2016)



Rua principal de Itakyry (2016)



Plantação (2016) – trajeto até o assentamento



Cidade de Minga Porã – Trajeto até o assentamento



Estrada até o assentamento



Cemitério Indígena localizado no trajeto até o assentamento



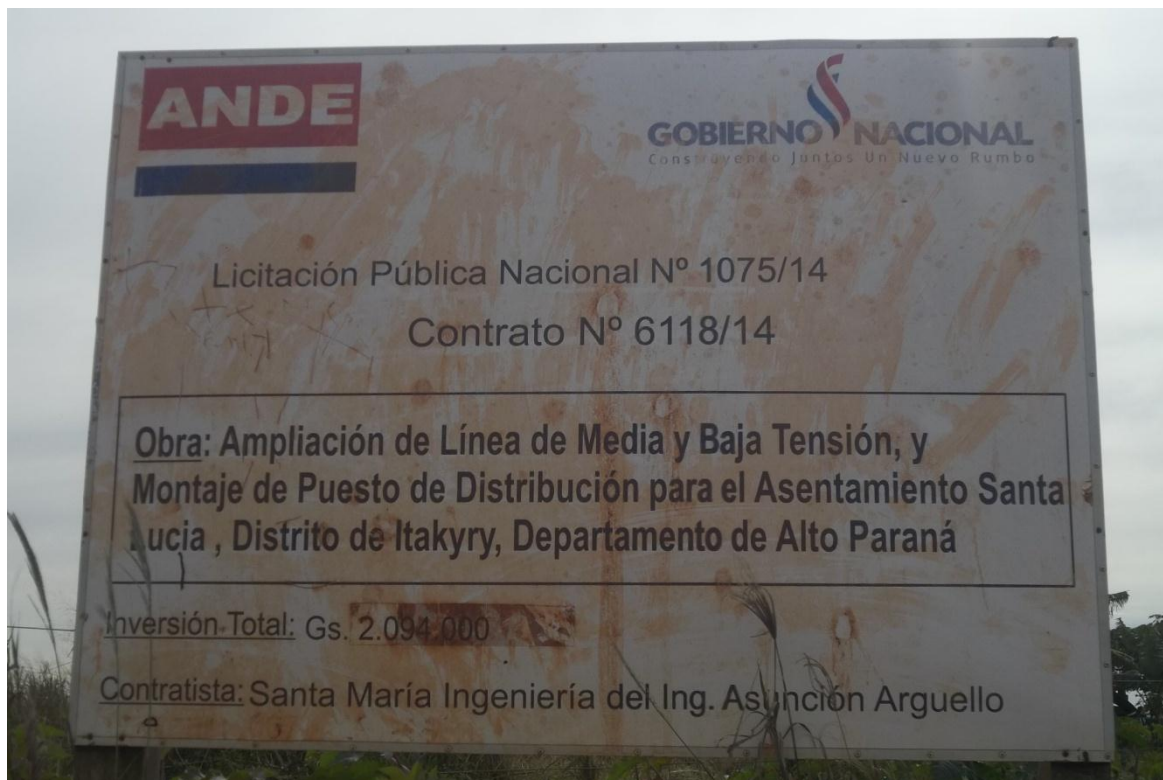
Escola Indígena



Escola Indígena localizada no trajeto até o assentamento



Terras vizinhas ao assentamento



Placa - entrada da Colônia



Placa – entrada da Colônia



Entrada da Colônia Santa Lucía (2016)



Moradias



Ruas internas da Colônia



Rua interna Colônia



Moradias



Dirigentes do Assentamento



Escola da Colônia



Parte interna da escola



Parte interna da escola



Ginásio de esporte da escola

ANEXO 1 - Autorização



MUNICIPALIDAD DE ITAKYRY

Av. cerro Corá esq. 12 de Junio - Itakyry
 R. U. C. N° 80044947-9 Teléfono N°: 0677 210 200
 E-mail: municipalidad_itakyry@hotmail.com



INTENDENCIA

AUTORIZACION

Por la presente, La Municipalidad de Itakyry, autoriza suficientemente a la Srta. MILENE BRANDAO PEREIRA CON RG N° 9.857.860-9, estudiante de la UNIOESTE (universidad Estadual de Oeste de Paraná) de Toledo, Paraná Brasil, a realizar un trabajo de investigación y recopilación de informaciones para el trabajo de **DISCERTACION** (trabajo de Tesis) en la mencionada Universidad., se le ruega a los Directivos de Comisiones y autoridades pertinentes a cooperar con la portadora para la realización de trabajo.-

A pedido de la interesada se expide la presente autorización a los 16 días del mes de junio del año 2015, para los fines que hubiere lugar.-



Lic. Hilda Erotida Galeano
 Secretaria General



Lic. Hugo Bernadino Barreto
 Intendente Municipal

ANEXO II - Termo de Ciência do Responsável pelo Campo de Estudo



ANEXO IV

TERMO DE CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELO CAMPO DE ESTUDO

Título do projeto: “MAIS DO QUE A TERRA, QUEREMOS SOBERANIA”:
Democracia e globalização no movimento social agrário da Liga Nacional dos Carperos em Ñacunday - Itakyry, no Paraguai”.

Pesquisadore(s): Milene Brandão Pereira

Local da pesquisa: Assentamento em Santa Lucía, Distrito de Itakyry, no Departamento do Alto Paraná, Paraguai

Responsável pelo local de realização da pesquisa:

O(s) pesquisador(es) acima identificado(s) está(estão) autorizado(s) a realizar a pesquisa e a coleta dados, os quais serão utilizados exclusivamente para fins científicos, assegurando sua confidencialidade e o anonimato dos sujeitos participantes da pesquisa segundo as normas da Resolução 466/2012 CNS/MS e suas complementares.

La investigadora identificada anteriormente está autorizada para llevar a cabo la investigación y recopilación de datos, los cuales serán utilizados sólo para fines científicos al tiempo que garantiza la confidencialidad y el anonimato de los sujetos que participan en la investigación de acuerdo con las normas de la Resolución 466/2012 CNS / MS y su complementaria.

Toledo, 12 de junho de 2015.

MUNICIPALIDAD DE IT
TOLEDO
PR
Código de Registro
SEC
Hilda Eustida Galeano.

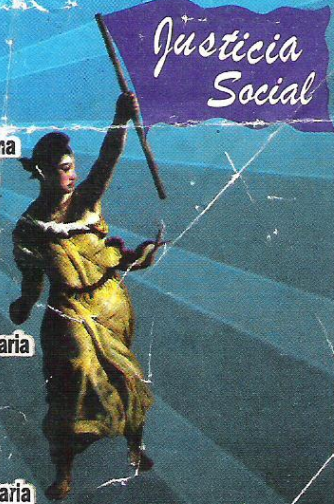
(Nome(s) e assinatura(s) do(s) responsável pelo campo da pesquisa)

ANEXO III – Folder da Greve Geral de 2014

¡MOVILIZACIÓN NACIONAL!

CONTRA EL GOBIERNO ANTIPOPULAR DE CARTES

- ✓ Por el derecho al trabajo
- ✓ Por la no discriminación a los trabajadores
- ✓ Que el estado promueva políticas de pleno empleo
- ✓ Por un salario justo que le permita al trabajador y a sus familiares una vida digna
- ✓ Por el respeto al derecho de huelga y de paro
- ✓ Por la defensa de la capacidad de consumo del trabajador "Canasta básica"
- ✓ Respeto al salario mínimo, vital y móvil
- ✓ El estado debe ejecutar políticas para llevar adelante la verdadera reforma agraria
- ✓ Por la expropiación de latifundios improductivos
- ✓ La adopción de un sistema tributario que estimule la producción rural
- ✓ Por la participación de la mujer campesina en los programas de la reforma agraria
- ✓ Por un Modelo Económico que responda a los intereses Nacionales.



APOYA: PARTIDO LIBERAL RADICAL AUTENTICO

TODOS A LA HUELGA GENERAL

26 DE MARZO DEL 2014

ANEXO IV – Solicitação de cerca, iluminação e banheiros

Itakyry, Colonia Santa Lucia 28 de abril de 2016

James Spalding

Director General

Itaipu Binacional Lado Paraguayo

E. S. D.

La Comisión de Desarrollo y Fomento de la Colonia Santa Lucia, tiene el honor de dirigirse a usted a objeto de solicitar el cercado, iluminación y un baño sexado de la canchita del barrio que está ubicada en la manzana 1, 2 y 3 que se beneficiaran los niños/as y jóvenes de la comunidad.

En espera de una respuesta favorable a lo peticionado aprovechamos para saludarle y desearle éxitos en sus funciones.

Atentamente.

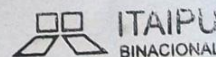
Artemio Cabral López
Artemio Cabral López

Presidente

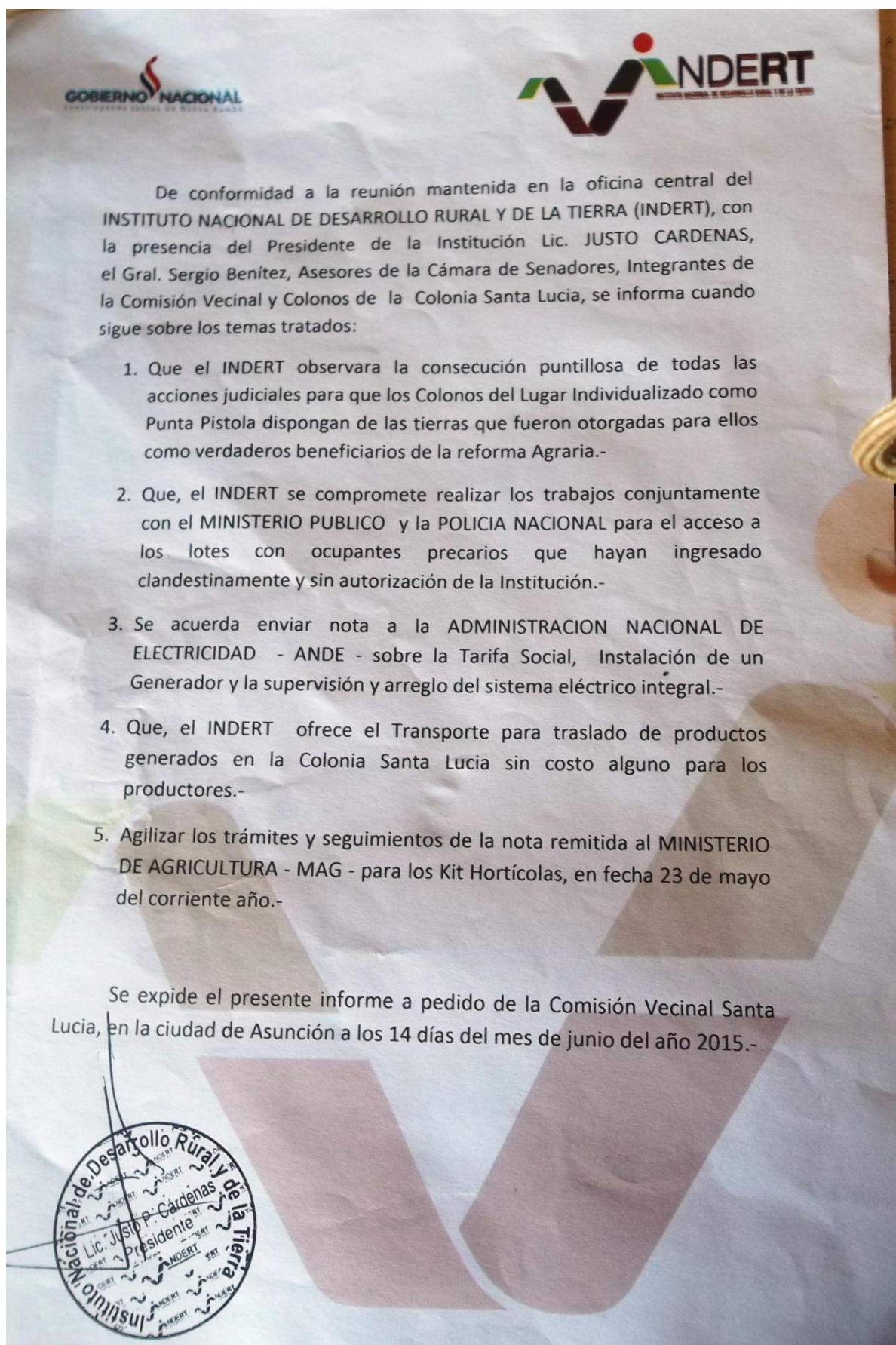
Luis G. Ovelar
Luis G. Ovelar

Carlos Espinola
Carlos Espinola

Tesorero



CENTRAL DE PROTOCOLO - CDE
RECIBIDO POR: *Jenny Inchausti*
FECHA: 29-04-16 HORA: 09:52
EXPEDIENTE N°: 01629112016-70

ANEXO V – Acordo realizado entre o INDERT e a Comisión Vecinal



De conformidad a la reunión mantenida en la oficina central del INSTITUTO NACIONAL DE DESARROLLO RURAL Y DE LA TIERRA (INDERT), con la presencia del Presidente de la Institución Lic. JUSTO CARDENAS, el Gral. Sergio Benítez, Asesores de la Cámara de Senadores, Integrantes de la Comisión Vecinal y Colonos de la Colonia Santa Lucia, se informa cuando sigue sobre los temas tratados:

1. Que el INDERT articulara todas las acciones Legales para que los Colonos del Lugar Individualizado como Punta Pistola dispongan de las tierras que fueron otorgadas para ellos como verdaderos beneficiarios de la reforma Agraria.-
2. Que, el INDERT se compromete realizar los trabajos conjuntamente con el MINISTERIO PUBLICO y la POLICIA NACIONAL para el acceso a los lotes con ocupantes precarios que hayan ingresado clandestinamente y sin autorización de la Institución.-
3. Que, el INDERT se compromete a enviar nota a la ADMINISTRACION NACIONAL DE ELECTRICIDAD - ANDE - sobre la Tarifa Social, Instalación de un Generador y la supervisión y arreglo del sistema eléctrico.-
4. Que, el INDERT ofrece el Transporte para traslado de productos generados en la Colonia Santa Lucia sin costo alguno para los productores.-
5. Agilizar los trámites de la nota remitida al MINISTERIO DE AGRICULTURA - MAG - para los Kid Hortícolas.-

Se expide el presente informe a pedido de la Comisión Vecinal Santa Lucia, en la ciudad de Asunción a los 14 días del mes de junio del año 2015.-

ANEXO VI – Solicitación encaminhada a Itaipu Binacional do lado Paraguai

Itakyry, Colonia Santa Lucia 28 de abril de 2016

James Spalding
 Director General
 Itaipu Binacional Lado Paraguayo

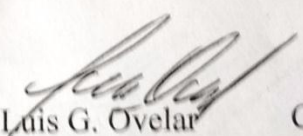
E. S. D.

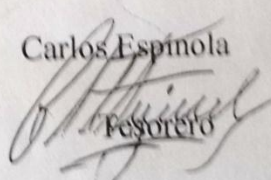
La Comisión de Desarrollo y Fomento de la Colonia Santa Lucia, tiene el honor de dirigirse a usted a objeto de solicitar la ampliación del empedrado desde la manzana 5, 6, 1, 2, 3 y 7 incluyendo un puente sobre el arroyo moroti que une las manzanas 1,3 y 7 una dimensión de 10 kilómetros de largo que se beneficiara los niños/as de la institución educativa y al mismo tiempo el puesto de salud de la comunidad, esta situación va ser muy factible por que los niños utilizan transportes que en caso de lluvias dificulta para llegar a este lugar de estudio.

En espera de una respuesta favorable a lo peticionado aprovechamos para saludarle y desearle éxitos en sus funciones.

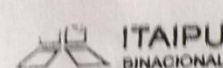
Atentamente.


 Artemio Cabral Lopez
 Presidente


 Luis G. Ovelar
 Secretario


 Carlos Espinola
 Tesorero




 CENTRAL DE PROTOCOLO - CDE
 RECIBIDO POR: Yenny Lechuga
 FECHA: 29-04-16 HORA: 09:52
 EXPEDIENTE N°: 016288/2016 - 65

ANEXO VII – Comissão de fomento e desenvolvimento da terra da colônia - 2016

176



MUNICIPALIDAD DE ITAKYRY

Avda. Cerro Cora esq. 12 de Junio - Itakyry
 R.U.C. N° 80044947-9 Telef N°: 021-3286315
 E-mail: municipalidad_itakyry@hotmail.com



INTENDENCIA

RESOLUCIÓN N° 200/2016 I.M.

POR LA CUAL SE RECONOCE LA COMISION DE FOMENTO Y DESARROLLO DE LA TIERRA DE LA COLONIA SANTA LUCIA, DISTRITO DE ITAKYRY.

Itakyry, 08 de Marzo de 2.016.-

VISTO: La presentación efectuada a la Intendencia Municipal por LA COMISION DE FOMENTO Y DESARROLLO DE LA TIERRA DE LA COLONIA SANTA LUCIA, DISTRITO DE ITAKYRY.- quien solicita el reconocimiento del mismo y,

CONSIDERANDO: Que la citada Comisión, con el apoyo de sus miembros, llegarían a realizar actividad gestionar ante las Autoridades correspondientes los recursos necesarios mejorar las condiciones de vidas los pobladores del lugar, por tanto:

**EL INTENDENTE MUNICIPAL DE LA CIUDAD DE ITAKYRY,
 EN USO DE SUS ATRIBUCIONES QUE LE FACULTA EL ART. 60, INCISO "d" DE LA LEY 3.966 ORGANICA MUNICIPAL:**

RESUELVE:

Art. 1°- Reconocer LA COMISION DE FOMENTO Y DESARROLLO DE LA TIERRA DE LA COLONIA SANTA LUCIA, DISTRITO DE ITAKYRY.-
 Constituida por la sig. Personas:

Presidente:	Artemio Cabral López.
Vicepresidente:	Arnaldo Méndez Fretes.
Secretario:	Luis Gilberto Ovelar Sosa.
Prosecretario:	Edelio Joel Aquino.
Tesorero:	Carlos Alberto Espínola Aller.
Protesorero:	Pedro Javier Martínez Franco.
Sindico Titular:	Domingo Germán Gómez.
Sindico Suplente:	Guillermo Cáceres Benítez.
Miembro Titular:	Juana Coronel, Estela Caballero, Vicenta Ramírez, M Duarte, Epifania Caballero, Felipe Martinez.
Miembro Suplente:	Regino Fretes, Miguel Garrido, Ilse A. Paiva, Eladio Eladio Barreto.

Art. 2° - Disponer que la Citada Comisión presente Cuatrimestralmente a la Intendencia Municipal balance de las actividades realizadas en el cumplimiento a la LEY 3.966/10 Orgánica Municipal y que la presente comisión tenga validez por un periodo de un año.-----

Art. 3° - Comunicar a quien corresponda y cumplido, archivar-----

Art. 4° - La presente Resolución no autoriza a la Comisión realizar ninguna invasión de inmuebles y propiedades.-----



Carlos Antonio Alfonso.



Carlos Miguel Soria Casco.